



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional



DIOGO JORDÃO SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS USOS DO TERRITÓRIO:

Uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes, RJ.

2018

DIOGO JORDÃO SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS USOS DO TERRITÓRIO:

Uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Regional e Ambiental

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Cristina da Silva

Campos dos Goytacazes, RJ.

2018

DIOGO JORDÃO SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS USOS DO TERRITÓRIO:

Uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Regional e Ambiental

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Silvana Cristina da Silva (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Leda Regina de Barros Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Tatiana Tramontani Ramos
Universidade Federal Fluminense

Prof^o Dr^o Fabio Tozi
Universidade Federal de Minas Gerais

Campos dos Goytacazes, RJ.
2018

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa realização. A todos o meu agradecimento!

À minha família, pelo apoio e incentivo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, que compartilharam seus conhecimentos com dedicação e seriedade.

À secretária do Programa, Elisangela Matos, pelo prestativo apoio durante a realização do Mestrado.

Aos colegas de turma, que compartilharam comigo as expectativas, alegrias e desafios da pós-graduação.

À professora Silvana Cristina da Silva, pela competência, paciência e prestativa orientação.

Aos professores Fabio Tozi, Tatiana Tramontani e Leda Regina, pela participação na banca e importantes contribuições.

Aos queridos amigos Ailton Batista, Beto Maia e Victor Carvalho que, mesmo de longe, deram apoio e incentivo.

Àqueles que usam o território como abrigo, fazendo da rua um lugar de moradia e sustento. Agradeço pela inspiração e valiosa contribuição à elaboração da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos aqueles que expressaram satisfação e se preocuparam com a minha trajetória durante a realização do Mestrado em Geografia.

RESUMO

A população em situação de rua constitui uma das faces mais extremas da pobreza urbana. Em um contexto de excessiva privação, esses sujeitos se apropriam de espaços e de recursos específicos no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território um abrigo. Diante dessa realidade, o presente trabalho objetiva analisar os usos do território pela população em situação de rua que ocupa a área central de Campos dos Goytacazes/RJ, com suas estratégias para obter moradia e trabalho. A pesquisa é de cunho qualitativo, baseando-se em pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo com o uso de fotografias, observações no cotidiano dos sujeitos pesquisados, assim como entrevistas com roteiros previamente elaborados. As análises realizadas permitem considerar que as condições territoriais como a concentração de pessoas e serviços no Centro da cidade condicionam a execução das estratégias de sobrevivência desse grupo social. Calçadas, marquises, praças e equipamentos abandonados são apropriados por esses sujeitos em suas vivências cotidianas. Atividades como catação de materiais recicláveis e “flanelinha” também constituem essa realidade. Tais usos constituem racionalidades opostas àquelas empreendidas pelos agentes hegemônicos, resultando em conflitos que, na maioria das vezes, se dão no sentido de eliminar essas pessoas dos espaços privilegiados da cidade. Considera-se ainda que analisar os usos do território por essa população possibilita uma melhor compreensão da complexidade do espaço urbano, revelando uma realidade desconhecida e estigmatizada socialmente.

Palavras-chave: população em situação de rua; território usado; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

The homeless people build up one of the heaviest faces of urban poverty. In a context of extreme deprivation those people take over spaces and resources in order to guarantee minimum surviving conditions, turning the spaces a shelter. In face of this reality, this piece of work aims analysing the uses of the territory by homeless people who live at the central area in Campos dos Goytacazes/RJ with their strategies to obtain housing and labour. The research is qualitative, based on bibliographic research and fieldworks with the use of photos, homeless people observation, as well as interviews with pre-elaborated scripts. The analysis performed allows considering that the territorial conditions such as concentration of people and services in the central area of the city condition the execution of surviving strategies of this social group. Sidewalks, marquees, squares and abandoned equipments are appropriated by these people in their everyday lives. Activities like recyclable materials collection and parking attendance also constitute this reality. Those activities go against the ones undertaken by supremacy, resulting in conflicts that, most of the times, happen in order to get these people rid of the privileged spaces of the city. Analysing the use of the territory by those people makes possible a better comprehension of the complexity of the urban space, unveiling an unknown and socially stigmatized reality.

Key words: homeless people; used territory; Campos dos Goytacazes.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFA	Albergue Francisco de Assis
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Centro POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviços Sociais
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDH-3	3ª Fase do Programa Nacional de Direitos Humanos
PNPSR	Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua
PNPSR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SMDHS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01	Localização de Campos dos Goytacazes	46
Figura 02	Centro de Campos dos Goytacazes	48
Figura 03	Locais de concentração da população em situação de rua no Centro de Campos dos Goytacazes	71
Figura 04	Pessoas dormindo dentro da quadra de esportes embaixo da ponte Leonel Brizola	72
Figura 05	Grades e tapumes usados como proteção	73
Figura 06	Pessoas dormindo próximo à pilastra de sustentação da Ponte Leonel Brizola	73
Figura 07	Terminal Rodoviário Roberto da Silveira	74
Figura 08	Pessoas em situação de rua na calçada da “Beira-valão”	75
Figura 09	Pessoas em situação de rua na calçada da “Beira-valão”	75
Figura 10	Pessoas em situação de rua na Praça da República	76
Figura 11	Praça São Salvador	77
Figura 12	Pessoas dormindo na calçada da agência dos Correios às 6h da manhã	77
Figura 13	Pedestres desviando de mulher deitada na calçada da agência dos Correios	78
Figura 14	Mulher recolhendo seus pertences na calçada da agência dos Correios	78
Figura 15	Pessoas em situação de rua em marquise de loja desativada	79
Figura 16	Pessoas em situação de rua em marquise de loja desativada	79
Figura 17	Pertences da população de rua na parede dos Correios.	80
Figura 18	Colchão, papelão e cobertor embaixo de marquise na Praça São Salvador.	80
Figura 19	Homem em situação de rua lavando carros na Praça São Salvador.	81
Figura 20	Hospital Plantadores de Cana	82
Figura 21	Pessoas em situação de rua na calçada do Jardim São Benedito	83
Figura 22	Pessoas dormindo ao lado da Paróquia São Benedito	83
Figura 23	Coreto no Jardim São Benedito onde ficam as pessoas em situação de rua	84
Figura 24	Mulher deitada no jardim do Teatro Trianon	84
Figura 25	Marquise de loja desativada próxima ao Teatro Trianon	85
Figura 26	Estádio Ary de Oliveira e Souza	85
Figura 27	Galpão provisório do Mercado Municipal	86
Figura 28	CentroPop	89
Figura 29	Pessoas aguardando distribuição de alimentos no Mosteiro da Santa Face	90
Figura 30	Fogareiro improvisado usado pela população de rua na obra do Mercado Municipal.	91

Figura 31	Homem em situação de rua retira água do chafariz da Praça São Salvador	92
Figura 32	Homem dorme próximo ao carrinho de materiais recicláveis.	97
Figura 33	Flanelinha lavando carros em área próxima à Praça da República.	97
Figura 34	Flanelinha na Praça da República	98
Figura 35	Localização das instituições de atendimento à população em situação de rua em Campos dos Goytacazes	112
Figura 36	Guarda Municipal removendo pessoas em situação de rua do Centro da cidade	131
Figura 37	Guarda Municipal removendo pertences de pessoas em sit. de rua	132
Figura 38	Homem se retira do local após intervenção da Guarda Municipal.	132

TABELAS

Tabela 01	População em situação de rua segundo tempo de permanência na rua	23
Tabela 02	População em situação de rua segundo grau de escolaridade	40
Tabela 03	Evolução das rendas petrolíferas – Royalties e Participações Especiais – Campos dos Goytacazes – 1999 a 2016	55
Tabela 04	Quantidade de pessoas atendidas mensalmente pelo CentroPop 2014 - 2016	114

QUADROS

Quadro 01	Aglomerados subnormais em Campos dos Goytacazes	58
Quadro 02	População segundo cor/raça	58
Quadro 03	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento domiciliar per capita Campos dos Goytacazes - 2010	59
Quadro 04	Principais avanços políticos e normativos da população em situação de rua no Brasil	108
Quadro 05	Perfil dos equipamentos de atendimento à população em situação de rua	114

GRÁFICOS

Gráfico 01	Pessoas atendidas no Centro POP 2014 – 2016	20
Gráfico 02	População em situação de por raça/cor	22
Gráfico 03	Origem dos usuários do CentroPOP - 2016	24
Gráfico 04	Usuários do CentroPop segundo fatores que desencadearam a situação de rua	26
Gráfico 05	População segundo cor/raça – Campos dos Goytacazes 2010	45
Gráfico 06	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento mensal	56
Gráfico 07	Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo cor ou raça, por classes de rendimento nominal mensal – Campos dos Goytacazes	57

	2010	
Gráfico 08	Demanda dos usuários do Centro POP - 2016	117
Gráfico 09	Experiências de impedimento de entrada em locais ou realização de atividades (%)	127
Gráfico 10	Denúncias de violação de direitos humanos da população em situação de rua 2014 – 2016	128
Gráfico 11	Denúncias por tipo de violação dos Direitos Humanos da população em situação de rua - 2016	129

SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO 01 - POBREZA URBANA, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E TERRITÓRIO USADO.....	16
1.1. A face extrema da pobreza no espaço urbano	16
1.2. Espaço urbano e pobreza urbana em Campos dos Goytacazes	45
CAPÍTULO 02 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	63
2.1. A rua como espaço de morar	64
2.1.1. <i>Por que o Centro da cidade?</i>	67
2.1.2. <i>Os locais de permanência</i>	70
2.1.3. <i>A alimentação</i>	87
2.1.4. <i>O banho e a água para beber</i>	92
CAPÍTULO 03 – O CIRCUITO INFERIOR E O TERRITÓRIO USADO	94
3.1. A rua como espaço de trabalhar	94
3.2. Território usado e as políticas sociais para a população em situação de rua	104
3.3. Usos do território e conflitos no espaço urbano	124
Considerações Finais	137
REFERÊNCIAS.....	141

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo analisar os usos do território pela população em situação de rua que ocupa a área central de Campos dos Goytacazes/RJ em suas estratégias para obter moradia e trabalho. Partimos do pressuposto de que o cotidiano desses sujeitos é dotado de intencionalidades e que, em um contexto de extrema privação, acabam se apropriando de espaços e recursos específicos da cidade no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território usado um abrigo.

Localizada na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes exerce a função de *cidade média* (SPOSITO, 2001)¹ e polariza as cidades da região. Historicamente o município se destacou em escala nacional devido ao seu dinamismo econômico, primeiramente com a indústria sucroalcooleira e, mais recentemente, pelo recebimento de recursos provenientes da exploração de petróleo na Bacia de Campos. No entanto, essa opulência financeira não se reverteu em desenvolvimento socioespacial, de modo que seu espaço urbano é marcado pela desigualdade e pobreza extrema. Ao caminhar pela área central da cidade é comum encontrar pessoas vivendo em precárias condições, fazendo da rua seu local de moradia e sustento, possuindo presença ativa na construção e no uso do território.

Concordamos com Santos (2005, p.255) que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” e, por isso, falamos em território usado, definido a partir dos objetos e das ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. O uso do território se dá tanto pela implantação de infraestruturas, como pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS e SILVEIRA, 2011). No entanto, tais usos não se restringem àqueles engendrados pelos agentes hegemônicos, como o Estado e as grandes corporações. O território usado é também “preche das experiências daqueles que conquistam

^{1 1} Para a autora, as cidades médias se definem a partir dos papéis que desempenham na hierarquia urbana. Estas apresentam forte relação com as regiões nas quais estão situadas, possuindo elevado potencial de comunicação e articulação entre cidades maiores e menores (sob sua influência). Caracterizam-se pela concentração e centralização econômica, sendo elas os locais para onde os moradores de cidades menores e de áreas rurais se deslocam para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles que geralmente têm acesso. No atual período, com a intensificação do consumo de bens e serviços à distância, o papel das cidades médias se amplia à medida que aumenta a sua capacidade de oferecer bens e produtos mais qualificados e/ou mais baratos, competindo com outras cidades médias ou mesmo de maior importância na hierarquia urbana (SPÓSITO, 2001).

a sobrevivência em ambientes hostis e antagônicos” (RIBEIRO, 2005, p.12.458). Portanto, é também o território usado pela população que faz da rua seu espaço de vida.

Enquanto os agentes hegemônicos usam o território como um recurso, ou seja, apenas como um meio para potencializar suas estratégias corporativas, os agentes hegemonizados usam o território como um abrigo, ao passo que buscam constantemente adaptar-se ao espaço urbano, recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. Nessa concepção, o território usado é o lugar da existência e resistência, o lugar onde o pobre toma consciência de sua condição e desenvolve estratégias de luta e sobrevivência, mesmo que, muitas das vezes, sejam opostas às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 2000).

Embora vivam em condições de profunda escassez, as pessoas em situação de rua desenvolvem práticas no espaço urbano que se mostram essenciais à sobrevivência, constituindo, assim, novos usos do território. Na verdade, vivenciam a geografia urbana de forma particular, fazendo da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diversas daquela preconizada pela ordem urbana (FRANGELLA, 2004). Para eles, a rua torna-se um lugar de moradia e sustento. Isso vai ao encontro do que afirma Santos (2001), segundo o qual, embora a pobreza seja uma situação de carência, é também uma situação de luta, um estado de vida ativa, ao passo que ante a racionalidade hegemônica, desejosa de tudo conquistar, os pobres criam formas alternativas de racionalidade que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nos lugares.

Assim como Koga (2011), consideramos que a dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social, pois além de trabalhar com os aspectos das necessidades, se refere também às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência. Considerar o território a partir de seus usos pelos sujeitos sociais permite ainda que se alcance as gamas de relações nas suas formas objetivas e subjetivas, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade.

É nesse sentido que se propõe a presente pesquisa cujo objetivo geral é analisar os usos do território pela população em situação de rua que ocupa a área central de Campos dos Goytacazes/RJ em suas estratégias de habitação e trabalho. Especificamente, buscamos atingir tais objetivos: 1) Identificar o perfil da população em situação de rua no Brasil e na cidade de Campos dos Goytacazes; 2) Cartografar os espaços ocupados por esse grupo social em suas dinâmicas cotidianas no Centro da cidade; 3) Compreender suas estratégias de sobrevivência no território considerando a busca por condições de moradia e trabalho; 4) Analisar como essa

população relaciona-se com as políticas sociais presentes no território, e, por fim; 5) Discutir os conflitos resultantes dos usos do território pela população em situação de rua na cidade.

Parte-se da hipótese de que os usos do território pela população em situação de rua na área central da cidade de Campos dos Goytacazes estão condicionados às formas espaciais ali contidas. Por ser dotada de equipamentos e serviços públicos e privados, a área oferece uma variedade de fixos e fluxos pelos quais este grupo populacional pode fazer uso em suas necessidades de moradia e sustento.

O grande fluxo populacional durante o dia, ligado ao comércio e aos serviços, permite à população em situação de rua a realização de atividades ligadas ao circuito inferior da economia que possam gerar rendimentos, a exemplo da catação de reciclados, serviços de venda ambulante, além da lavagem e guarda de carros - “flanelinhas”. Nessa mesma perspectiva, por não ser uma área predominantemente residencial, essa região fica menos movimentada durante a noite, ganhando novos usos e possibilitando que esse grupo encontre espaços mais propícios para o descanso e para a realização de outras atividades mais privadas.

A pesquisa é de cunho qualitativo e baseia-se em levantamento e análise bibliográfica sobre a temática abordada, pesquisa em bancos de dados, entrevistas a instituições de acolhimento e principalmente trabalhos de campo nos quais se lançou mão de fotografias, observações no cotidiano de vida dos sujeitos pesquisados, assim como entrevistas com roteiros previamente elaborados.

Para a caracterização geral da população em situação de rua no Brasil foram utilizados dados da Pesquisa Nacional sobre a População de Rua (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009), realizada entre os anos de 2007 e 2008 em 31 cidades do país sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Em relação à população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes, foram considerados os dados do Registro de Atendimento Mensal do Centro de Referência para a População em Situação de Rua (CentroPOP) referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).

As atividades de campo foram realizadas no período compreendido entre os anos de 2016 e 2017. Considerou-se a rua em seu sentido amplo, incluindo espaços geralmente usados como abrigo para essa população, a exemplo de praças, marquises e pontes. Além disso, foram realizados trabalhos de campo nos abrigos e albergues que atendem à população em situação de rua em Campos dos Goytacazes.

Inicialmente foi realizado um mapeamento das instituições, assim como dos principais pontos de concentração no Centro da cidade. Para identificar e localizar as instituições foi realizada uma entrevista com uma assistente social do CentroPOP. A instituição constitui a principal referência no território para os sujeitos em situação de rua na cidade.

A partir do CentroPOP foram identificadas as outras 3 instituições que compõem a rede de assistência a essa população no município: a Casa de Passagem, o Abrigo Lar Cidadão e o Albergue Francisco de Assis. Após a identificação e mapeamento, foram realizados trabalhos de campo em cada instituição a fim de compreender a estrutura e funcionamento de cada uma delas.

O mapeamento dos locais de concentração dessa população nas ruas da cidade se deu a partir de pesquisa de campo envolvendo três procedimentos: 1) Entrevista com uma integrante do Serviço de Abordagem de Rua no CentroPop; 2) Atuação do pesquisador junto aos integrantes de um projeto social que realiza atendimentos às pessoas em situação de rua na cidade e, posteriormente; 3) Observações nas ruas do Centro.

Após os mapeamentos foram realizadas entrevistas com as pessoas em situação de rua. No total, foram feitas 18 entrevistas de cunho qualitativo, sendo sete delas nas instituições de acolhimento e 11 nas ruas. Desse total, 15 pessoas eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Nas instituições, técnicos fizeram a mediação entre o pesquisador e os entrevistados. Estes foram escolhidos sem considerar critérios específicos, considerando apenas a disponibilidade de entrevista. Nas ruas, buscou-se entrevistar pessoas nos diferentes pontos identificados no mapeamento, a fim de obter uma melhor compreensão dos diferentes usos do território. A escolha dos entrevistados nessa etapa se deu de maneira aleatória. Questionava-se às pessoas sobre a disponibilidade para responder algumas perguntas. Em alguns casos a resposta foi negativa, em outros, embora a resposta fosse positiva, as pessoas não apresentavam condições de prosseguir com a entrevista. No entanto, estes casos foram minoria no total de tentativas.

As observações e entrevistas foram realizadas em dias diferentes: tanto dias úteis, finais de semana ou, até mesmo, feriados. Do mesmo modo, os horários também foram alternados: nos turnos matutino, vespertino e noturno, inclusive ao amanhecer e após as 21 horas. Estes procedimentos mostraram-se necessários devido às características próprias do cotidiano dessas pessoas já que, a depender do horário, muitas delas estão andando pelas ruas a procura de alimento ou mesmo a trabalho.

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Por questões éticas e salvaguardando a identidade dos entrevistados, todos os nomes contidos nesta pesquisa são fictícios. As observações eram anotadas em caderno de campo. Um celular foi utilizado para fazer registros fotográficos. Buscou-se não identificar as pessoas nos registros em questão.

Além desta introdução e das considerações finais, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo “Pobreza urbana, população em situação de rua e território usado” está dividido em dois subitens. O primeiro, “A face extrema da pobreza no espaço urbano”, busca caracterizar a população em situação de rua, situando-a como um fenômeno multideterminado e inerente, mas não natural, ao sistema capitalista. O segundo subitem “Urbanização e pobreza urbana em Campos dos Goytacazes” analisa a formação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes, destacando a questão da pobreza na escala local, que tem na população em situação de rua a sua face mais extrema.

O segundo capítulo, intitulado “População em situação de rua no Centro de Campos dos Goytacazes”, analisa as estratégias territoriais dessas pessoas na área central da cidade. No subitem “A rua como espaço de morar” discute-se como a rua é ressignificada pela população de rua em suas estratégias de sobrevivência. O motivo da permanência dessas pessoas pelo Centro da cidade, seus locais de descanso, além da busca por comida e água são aspectos analisados.

Por fim, o terceiro capítulo “O circuito inferior e o território usado” está dividido em três subitens. Em “A rua como espaço de trabalhar” analisa-se a inserção dessa população no circuito inferior da economia urbana de Campos dos Goytacazes, com a criação de trabalho em suas diversas formas. O subitem “Território usado e as políticas sociais para a população em situação de rua” apresenta as políticas sociais direcionadas à população de rua, analisando como as estas se inserem no cotidiano dessas pessoas em Campos dos Goytacazes. Por fim, “Usos do território e conflitos no espaço urbano” discute como as racionalidades situadas entre a população de rua se contrapõem aos interesses dos agentes hegemônicos, resultando em conflitos no sentido de eliminá-los dos espaços melhor equipados da cidade.

CAPÍTULO 01 - POBREZA URBANA, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E TERRITÓRIO USADO

1.1. A face extrema da pobreza no espaço urbano

A presença de pessoas vivendo nas ruas constitui uma importante e perversa realidade das cidades do Brasil e do mundo. Dispersos em ambientes como calçadas, praças e marquises, esses sujeitos apresentam-se como uma das faces mais extremas da pobreza urbana, sendo alvos dos mais variados tipos de olhares, sentimentos e reações.

Envolvendo inúmeros fatores, esse fenômeno é extremamente complexo, de modo que sua análise e compreensão apresentam diversas dificuldades. Conforme Robaina (2015), estabelecer critérios e variáveis que identifiquem, delimitem e classifiquem esta população é um verdadeiro risco, haja vista a complexidade interna que caracteriza este conjunto de pessoas, seus modos de vida e suas relações territoriais.

A atribuição de termos e classificações a esse grupo ao longo do tempo acompanharam as transformações do fenômeno e das respectivas leituras sobre ele. O tema da mendicância constitui como uma peça fundamental para a compreensão histórica deste fenômeno nas cidades. Todavia, esta prática não está unicamente associada ao fenômeno da população em situação de rua, haja vista a existência de pessoas que possuem espaço domiciliar fixo e realizam esta prática como meio de vida. O uso da terminologia *mendigo* perdurou no Brasil até o final da década de 1980, quando autores passaram a dar maior peso aos fatores sociais e econômicos, em detrimento dos fatores individuais, pelos quais geralmente reportagens jornalísticas e diversos ensaios se pautavam até então.

A partir do início da década de 1990, a categorização social pelo termo *mendigo* vai desaparecendo da literatura construída por objetivos políticos, isto é, aquela elaborada para fins de denúncia das condições miseráveis ou inumanas. Ela também desaparece da literatura sociológica, até porque também foi, em grande parte, produzida pelo mesmo engajamento, tendo muitas vezes por objetivo a construção da consciência pública, a saber: elaborada visando à compreensão do que se apresentava como grandes formas de injustiça e desigualdades socioeconômicas. Em correspondência, os autores passaram a acentuar o peso dos fatores sociais e econômicos, em detrimento dos fatores individuais, pelos quais geralmente reportagens jornalísticas e diversos ensaios se pautavam até então. De qualquer forma, mesmo para os olhares mais inocentes, a expansão da presença de pobres vivendo e trabalhando na rua já não podia ser entendida tão somente por fatores individuais ou pessoais (NEVES, 2010, p.19, grifo do autor).

Durante as décadas de 1980 e 1990, surgiram inúmeras classificações que concorriam com a categoria de mendigo, dificultando a compreensão mais geral do próprio fenômeno. Termos e classificações como *moradores de rua*, *vagabundos*, *itinerantes*, *nômades*, *nômades urbanos*, *população flutuante*, *população itinerante*, *trecheiro*, *doentes mentais* e *maltrapilhos* tornaram-se bastante usuais (ROSA, 2005 *apud* ROBAINA, 2015). Pouco a pouco, estes termos foram sendo unificados e substituídos como resultado de lutas político-sociais nos âmbitos acadêmico, assistencial e militante que buscavam novas orientações para o tratamento do fenômeno e, especialmente, para a sua inserção no campo das políticas sócio-assistenciais.

A partir da década de 2000, esta população passou a ser tratada pela designação *Em Situação de Rua*. No caso brasileiro, esta categorização foi incorporada pelo Estado por meio da Política Nacional da População em Situação de Rua, cujo decreto nº 7053/2009 considera enquanto população em situação de rua:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009b).

Lopes (2009) utiliza praticamente a mesma classificação, no entanto, empregando elementos explicativos ao conceito:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, nos cursos da construção de saídas das ruas (LOPES, 2009, p.136).

Para a autora a expressão *em situação de rua* é considerada apropriada, pois designa uma condição que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital. Consiste em uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados.

Robaina (2015) considera que o termo *em situação de rua* estabeleceria em comum, para esta população, a permanência temporária nas ruas, ocasionada por um conjunto complexo de adversidades. A partir da ação do Estado os indivíduos nesta situação retornariam a um esperado padrão sócio-espacial de vida. No entanto, apesar do avanço e da busca pela desestigmatização do fenômeno por atribuí-lo uma dimensão passageira, o autor ressalta que a classificação adotada desconsidera que as políticas sócio-assistenciais existentes não conseguem reverter a “situação”², havendo a constatação de que em muitos casos, a “ida” para os espaços públicos e assistenciais acaba representando um caminho, muitas vezes, sem volta. Concordamos com o autor quanto à necessidade da continuidade das lutas pelo reconhecimento dos indivíduos “em situação” de rua, já que para muitos esta é uma condição permanente.

Até recentemente, pouca atenção era dada a essa problemática, tanto no âmbito acadêmico, quanto no campo das políticas públicas. Atualmente, embora o Estado reconheça essas pessoas como sujeitos de direitos, ainda são escassos os relatórios, levantamentos, censos ou estimativas sobre as mesmas.

A Pesquisa Nacional Sobre a População de Rua realizada nos anos de 2007 e 2008 sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009) consiste no primeiro e único estudo realizado sobre esse segmento em âmbito nacional e serve de referência para a os estudos sobre essa população no país. Até então, os levantamentos se restringiam àqueles realizados por iniciativa de algumas prefeituras.

O levantamento abrangeu 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e considerou apenas os adultos em situação de rua, tirando da análise as crianças e adolescentes. As capitais São Paulo, Belo Horizonte e Recife e Porto Alegre não compuseram a amostra, pois haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes. A pesquisa identificou um contingente de 31.922 adultos vivendo em situação de rua nas cidades.

Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas) (BRASIL, 2008, p.6).

² Considerando as críticas apontadas, o autor opta em seu trabalho pelo emprego de aspas no uso do termo, ficando assim, *População “em situação” de Rua* como forma de reinserir a continuidade das lutas pelo reconhecimento dos indivíduos “em situação” de rua, além de chamar atenção para a necessidade de uma melhor compreensão espacial do fenômeno.

Quando somados aos dados das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que juntas contabilizavam 13.915 pessoas à época, chega-se ao número total de 45.837 pessoas vivendo situação de rua³.

Atualmente, uma ferramenta que pode ser utilizada para obter informações sobre esse segmento populacional consiste no banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁴, vinculado ao MDS. A população em situação de rua é um dos grupos que devem ser cadastrados a fim de obter o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família. Segundo informações do CadÚnico atualizadas no mês de fevereiro de 2018 e referentes a todos os estados da federação, há um total de 95.667 pessoas em situação de rua cadastradas. Um número bastante superior ao que foi identificado na pesquisa do MDS em 2008. Todavia, ele ainda não corresponde à totalidade, haja vista a dificuldade de identificar e cadastrar essas pessoas. Logo, é bastante provável que essa população seja ainda maior. Segundo relatório produzido por Natalino (2016) e publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA⁵, com base nos dados do CadÚnico de 2015, estima-se que o total dessa população seja superior a 101.854 pessoas.

Embora os números aparentem-se pequenos diante do quadro de milhões de pessoas que compõem a população brasileira, eles tornam-se expressivos se considerarmos a realidade sub-humana sob as quais essas pessoas vivem e leva ao questionamento sobre as causas dessa problemática, além de fazer refletir sobre a naturalização que se faz dessa situação, pois essa não é uma realidade distante, haja vista ocorrer em grande parte das cidades do país, sejam espaços metropolitanos ou não.

Assim como na maioria das cidades do país, em Campos dos Goytacazes o poder público municipal não realiza pesquisas sobre as pessoas que vivem nas ruas. A principal fonte de dados sobre essa população na cidade é o Centro de Referência Especializado para a

³ A população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros, e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar. O público-alvo da pesquisa foi composto apenas por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua.

⁴ Consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/>>. Acesso em: 06 de março de 2018.

⁵ O estudo apresenta estimativa da população em situação de rua no Brasil utilizando-se de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas). Com base nessas informações, realizou-se um modelo linear generalizado, com a variável de resposta assumindo uma distribuição de Poisson, considerando o tamanho da população municipal como variável de *exposição* ao fenômeno, ou *offset*, para estimar a população em situação de rua para as demais municipalidades brasileiras. O modelo teórico considera variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social e serviços voltados à população de rua, bem como o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único (IPEA, 2016).

População em situação de rua – (Centro POP), ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), que registra o perfil das pessoas atendidas na instituição. Considerando que o Centro POP atua como a porta de entrada dessa população para os serviços públicos, é provável que a maioria das pessoas em situação de rua do município faça uso do equipamento. Logo, apesar de não se tratar de uma pesquisa demográfica, os registros de atendimento no equipamento permitem uma análise sobre o perfil desse grupo populacional no município.

O gráfico 01 apresenta o número de pessoas em situação de rua atendidas nos anos 2014, 2015 e 2016. Os dados se referem à soma dos registros feitos em todos os meses de cada ano. Ressalta-se que uma mesma pessoa pode ser atendida várias vezes durante o ano, sendo contabilizada uma única vez por mês em que é atendida no Centro POP. Logo, este número não expressa o número de pessoas em situação de rua que existem na cidade. Consiste apenas na soma de pessoas atendidas pela equipe técnica do Centro POP nos meses do ano e registradas no Registro Mensal de Atendimento da instituição. À primeira vez que uma pessoa é registrada, a instituição a contabiliza como um “caso novo”. O total apresentado no gráfico inclui tanto os “casos novos”, quanto os demais atendimentos, ou seja, as demais vezes que a mesma pessoa foi atendida.

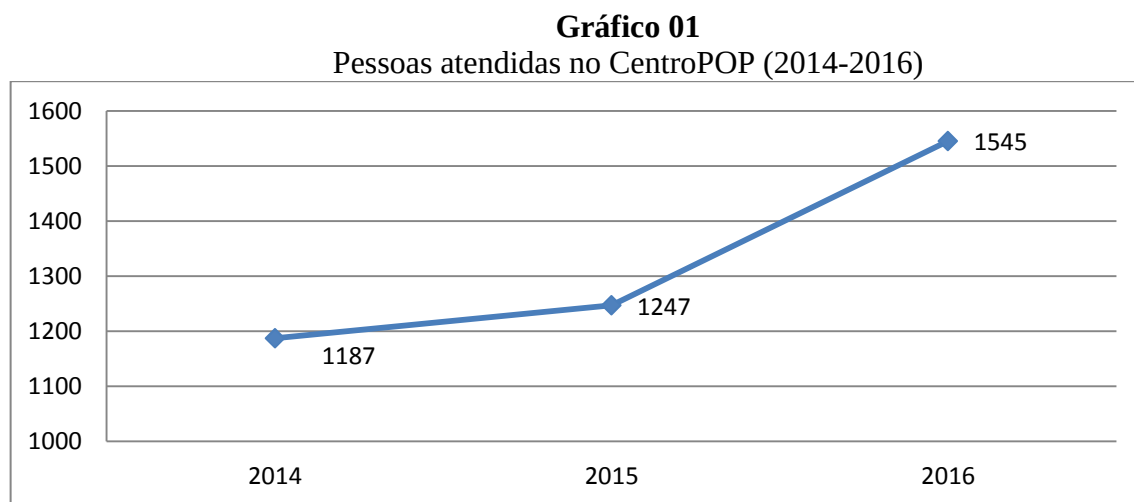


Gráfico: Pessoas atendidas no Centro POP 2014 – 2016.

Fonte: SMDHS (2017). Organização do autor.

Em decorrência do modo como esse dado é coletado, o Centro POP trabalha com a média de pessoas atendidas, ou seja, dividindo-se o número total de pessoas atendidas no ano pela quantidade de meses contabilizados. Assim, em 2014 a média de pessoas atendidas foi de

99, em 2015 foi de 113⁶ e em 2016, 129 pessoas. Observa-se, portanto, um aumento progressivo na média de pessoas atendidas no referido período.

A seguir serão apresentadas algumas das características da população em situação de rua a partir dos dados da Pesquisa Nacional e do relatório de atendimento do CentroPOP de Campos dos Goytacazes. Apesar de não se referir à totalidade desse grupo no Brasil e na cidade, os dados permitem analisar o perfil dessa população que geralmente é invisibilizada pela sociedade em geral.

Quanto ao gênero, a Pesquisa Nacional aponta que essa população é predominantemente masculina, de modo que 82% dos entrevistados são homens e apenas 18% mulheres. Em Campos, os dados do CentroPOP⁷ também apontam que a maioria é formada por homens (87%), sendo apenas 13% de mulheres.

Quiroga e Novo (2009) consideram que o pequeno número de mulheres vivendo nas ruas pode ser um indicativo de que muitas mulheres “preferem” permanecer em suas casas, muitas vezes suportando situações de violência e opressão, a terem que morar nas ruas, enfrentando as dificuldades que esta vivência implicaria. Para as mulheres, a rua é vista apenas como a última opção, nem sempre vinculada à noção de liberdade, geralmente frisada pelos homens.

Para Lopes (2009), fatores culturais também influenciam essa tendência de predominância do sexo masculino na composição da população em situação de rua.

Por um lado, histórica e culturalmente no país, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família. Da mesma forma, aos jovens do sexo masculino, a partir dos 18 anos, é atribuída a tarefa de autossustento. Em um contexto de elevadas taxas de desemprego, essas pessoas, pressionadas a cumprir tais responsabilidades, utilizam diversas estratégias para encontrar uma colocação no mercado de trabalho, mas nem sempre conseguem. Assim, alguns mudam de cidade ou mesmo saem de casa em decorrência das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprir as tarefas que lhes são atribuídas. Esse caminho, não raro, conduz à situação de rua. (p.148).

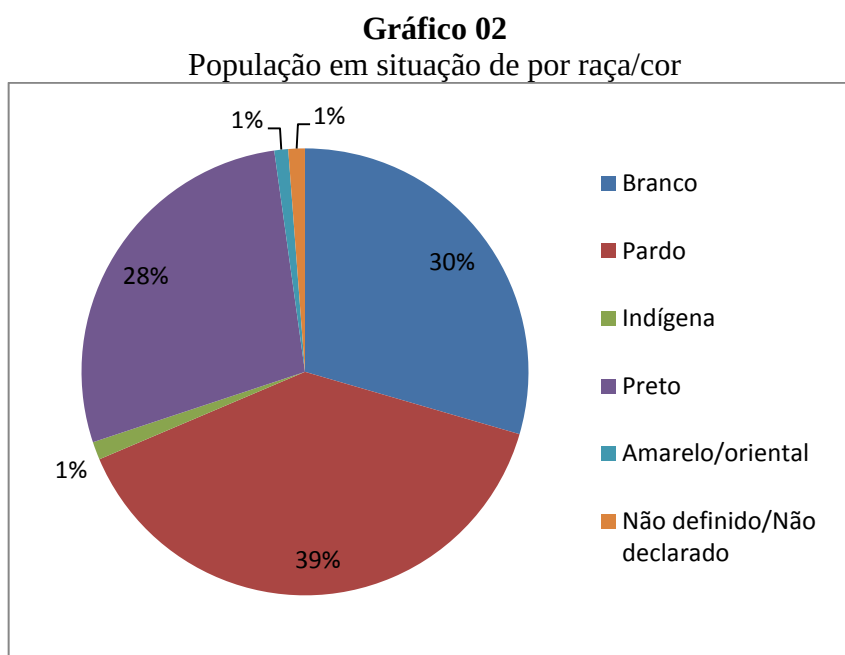
Observa-se que, em geral, essa população encontra-se em idade produtiva. No Brasil, mais da metade (85,7%) possui entre 18 e 54 anos. Em Campos dos Goytacazes, 97% possui idades entre 18 e 59 anos, de modo que idosos são minoria nessa população⁸.

⁶ A média de 2015 foi feita em cima de 11 meses.

⁷ Levando em consideração a média de 129 pessoas atendidas em 2016.

⁸ A Pesquisa Nacional considerou apenas adultos maiores de 18 anos. O CentroPOP também atende apenas adultos. Ressalta-se que os grupos de idade considerados nos dois bancos de dados são diferentes, logo, não é possível fazer uma comparação exata.

Quanto à cor, 39,1% das pessoas em situação de rua no Brasil se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira à época da pesquisa (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% na população em geral) e pretos 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua (Gráfico 02).



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009)
Organização do autor

No município⁹, a porcentagem dos moradores de rua que se declaram pretos (35%) é mais do que o dobro do mesmo grupo na população em geral (14%). O oposto se observa com aqueles que se declaram brancos. Ou seja, embora componham quase a metade da população em geral (48,5%), entre os que vivem nas ruas somam apenas 20%. Já aqueles que se consideram pardos somam 45% na rua e 37% na população em geral.

Os dados referentes à raça/cor expressam o modo como se deu a formação da sociedade brasileira na qual, durante séculos, a população negra foi explorada como mão de obra escrava e, com o fim da escravidão, foi abandonada e condicionada a viver em condições miseráveis, com péssimas condições de moradia e sustento. No país, a população negra é aquela que recebe os menores salários, vivendo em condições inferiores à população branca. Assim como ocorre nas favelas, entre aqueles que vivem nas ruas os negros também são

⁹ Dados referentes ao total de 566 casos novos registrados no CentroPOP em 2016.

maioria. Essa discussão será retomada com maior profundidade posteriormente no presente trabalho.

Quanto ao tempo de permanência na rua, chama a atenção o fato de que quase metade da população em situação de rua está há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de cinco anos (Tabela 01). Se forem considerados aqueles que estão dormindo na rua desde que nasceram (1,3%), chega-se ao total de 30,9% de pessoas que estão na rua há mais de cinco anos, o que pode indicar uma acentuada cristalização da situação de rua como modo de vida. Situação que, por sua vez, conduz a uma difícil reversão, onde a baixa ou nenhuma escolaridade, desemprego e discriminações vivenciadas cruzam-se, estabelecendo um denso quadro de isolamento social desse grupo (BRASIL, 2009).

Tabela 01
População em situação de rua segundo tempo de permanência na rua

Tempo	%
Menos de 1 mês	7,8
Menos de 1 mês até 6 meses	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	10,9
Mais de 1 ano até dois anos	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	18,8
Mais de 5 anos	29,6
Desde que nasceu	1,3
Não sabe/Não lembra	2,1
Não respondeu	1,1
Total	100,0

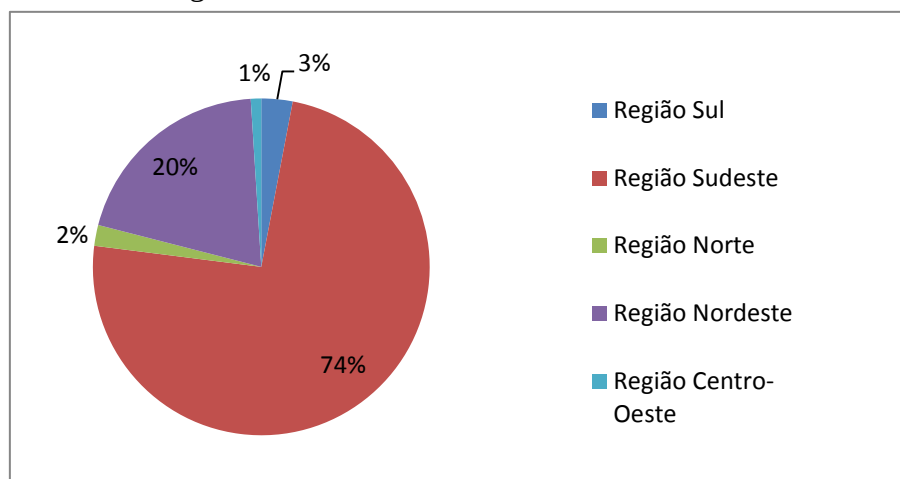
Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009)
Organização do autor

Quase metade dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que morava no dia da pesquisa. Já 30,3% deslocaram-se de um município dentro do mesmo estado. Ou seja, a grande maioria é originária do mesmo local ou de locais relativamente próximos. Entre os mudaram de cidade, os motivos apontados foram principalmente a procura por oportunidades de trabalho (45,3%) ou conflito familiar (18,4%). Do total de entrevistados, 95% informou que possui parentes na cidade em que moram ou em outra cidade, no entanto, apenas 40,9% deles mantêm contato com estas pessoas.

Em Campos dos Goytacazes, quando se analisa a origem dessas pessoas, constata-se que 22,8% nasceram em Campos, 74,9% vieram de outros lugares do país e 2,3% são

estrangeiros. Dos migrantes, a grande maioria (74%) tem origem na própria Região Sudeste (Gráfico 03).

Gráfico 03
Origem dos usuários do CentroPOP - 2016



Fonte: SMDHS (2017). Organização do autor.

A Pesquisa Nacional identificou que 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde. Entre os problemas de saúde mais citados destacam-se hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). Do total, 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais, enfim, o exercício da cidadania.

Chama a atenção o fato de que a maior parte dessas pessoas não é atingida pela cobertura dos programas governamentais. Apenas 11,5% afirmaram receber benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%).

A grande maioria (95,5%) não participa de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação. A maioria (61,6%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, uma vez que não possui título de eleitor.

A Pesquisa também questionou aos entrevistados os motivos pelos quais passaram a viver na rua. Antes de apresentar os dados, convém ressaltar que essa questão é de grande importância quando se discute e analisa o fenômeno da população em situação de rua.

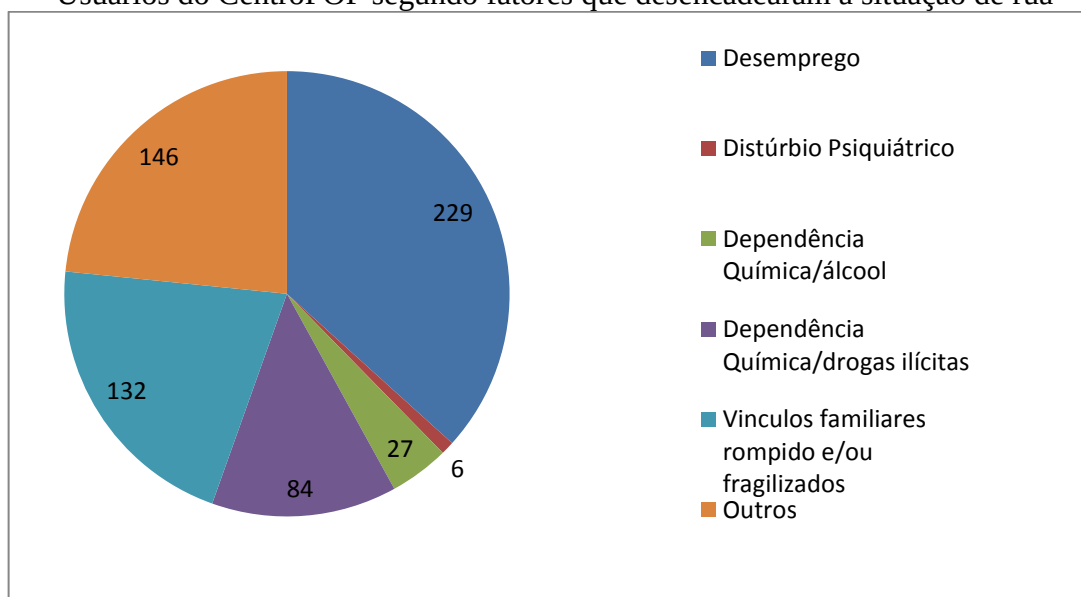
Historicamente considerou-se que as pessoas que vivem nessas condições o fazem por escolha própria, de modo que a ida para as ruas deu-se por motivos puramente individuais e que, portanto, tais pessoas poderiam sair dessa condição por vontade própria. Todavia, com o avanço das lutas político-sociais, buscou-se uma desnaturalização do fenômeno mediante discussões mais aprofundadas sobre suas causas e condições. Atualmente, a maior parte dos estudiosos da questão considera que a ida para as ruas envolve fatores inerentes à vida de cada pessoa. Todavia, por trás dos aspectos individuais, o fenômeno estaria condicionado a um contexto maior, sendo resultado de um processo macroestrutural.

A Pesquisa Nacional apresentou respostas múltiplas para essa questão, de modo que cada um poderia apontar mais de um motivo. Os resultados apontam que os principais motivos se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro. Ou seja, em alguns casos, por exemplo, é possível que o alcoolismo e o uso de drogas tenha se desencadeado a partir do desemprego ou dos problemas familiares. Em outros casos, os problemas familiares podem ocorrer a partir do desemprego do chefe de família, que deixa de cumprir sua função de provedor principal.

Os dados do CentroPOP também permitem analisar os fatores que desencadearam a situação de rua da população atendida na instituição. De modo geral, os motivos não se diferem daqueles apontados na Pesquisa Nacional. O gráfico 04 apresenta a quantidade de vezes que determinado fator foi apontado como causa da condição de rua. Como demonstrado, o desemprego foi o fator mais citado, seguido pela questão dos vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e da dependência química.

Gráfico 04

Usuários do CentroPOP segundo fatores que desencadearam a situação de rua



Fonte: SMDHS (2017). Organização do autor.

Obs.: A pessoa podia apontar mais de um fator.

Segundo Lopes (2009), na literatura sobre o tema há um consenso quanto à multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua. Os fatores mais enfatizados pelos estudiosos coincidem com aqueles apontados na Pesquisa, sendo eles: as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool ou outras drogas e problemas referentes às situações de desabrigos. Todavia, causas estruturais estariam na origem e reprodução do fenômeno.

Caracterizado como multideterminado, a autora afirma que o fenômeno é uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, sendo esta, por sua vez, uma expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas, que se processam a partir do eixo capital-trabalho. A autora adverte sobre as diferentes análises que tendem a naturalizar a questão social, desconsiderando as reais causas de sua origem. Isso tem levado à responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais, e, geralmente, conduzindo a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas, a exemplo do que acontece com a população em situação de rua no Brasil, que é frequentemente responsabilizada pela situação em que se encontra.

Nas palavras de Ribeiro e Parrão (2013, p.13), “é necessário entender que esse fato não vem a ser isolado, possui todo um contexto por trás dessa problemática”. No mesmo sentido, Loschiavo (2009, p.146) afirma que “em decorrência de um amplo processo macroestrutural, essa população foi empurrada para a rua somando-se a isto os diversos fatores biográficos da vida de cada um, que tornaram algumas pessoas mais vulneráveis do que as outras”. Assim, considera-se que o fenômeno insere-se num contexto amplo e estrutural de produção de pobreza, inerente ao sistema de produção capitalista.

Ao discorrer sobre a pobreza, Ozanira da Silva (2010, p.157) explica que a mesma pode ser entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. Envolve também a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna; assim como a não participação social e política. O sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, explica a autora.

Para Lopes (2009), a pobreza decorre não apenas da distribuição desigual da riqueza social, mas também da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores. A pobreza extrema “se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas” (ibid. p.129). Esta está intimamente vinculada à população em situação de rua que, segundo a autora, é um fenômeno cujas causas estruturais vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista, sendo sua produção e reprodução originária dos processos imanentes à acumulação do capital no contexto de produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo.

Com base na teoria marxista, Lopes (2009) explica que a força de trabalho é fator essencial para a expansão do capital, de modo que uma população trabalhadora excedente constitui um produto necessário nesse processo de acumulação. É a existência dessa força de trabalho disponível que influencia na diminuição do valor dos salários mantendo, conseqüentemente, a expansão do acúmulo de capital.

Sabe-se que o movimento geral dos salários é regulado pela expansão e contração do exército industrial de reserva correspondente às mudanças periódicas do ciclo industrial. Durante as fases de expansão econômica, o exército industrial de reserva (parte da classe trabalhadora em ociosidade forçada) exerce uma pressão sobre a parte da classe trabalhadora empregada (exército industrial em ação). Nas fases de superprodução, esse exército modera as exigências dos trabalhadores. Assim, a lei da oferta e demanda de trabalho se move, em condições absolutamente favoráveis ao capital, condicionada pela existência da superpopulação relativa (ibid, p.66).

Esse exército industrial de reserva existe sob três formas: *população flutuante* (trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelo mercado de trabalho nos grandes centros industriais); *população latente* (trabalhadores expulsos da zona rural em decorrência do processo de acumulação do capital na agricultura) e ainda a *população estagnada* (aqueles trabalhadores que atuam em ocupações irregulares e que possuem condições de vida abaixo do padrão médio da classe trabalhadora).

Além dessas formas, há o que Marx chama de *pauperismo*, que consiste na parte do exército de reserva composta pelos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos e também por aqueles incapacitados para o trabalho, como pessoas com deficiência, idosos e enfermos. Trata-se da camada que vive em piores condições, cuja sustentação geralmente depende de gastos por parte do Estado.

A autora considera que a população em situação de rua se origina da forma flutuante, latente ou estagnada da superpopulação relativa, sendo que suas características e seu perfil possibilitam associá-la ao *lumpen proletariado* (parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo e não é absorvida pelo mercado), ou, no máximo, ao exército industrial de reserva na forma de superpopulação relativa *estagnada*, que sobrevive do trabalho precarizado.

Ao discutir a categoria do *lumpen proletariado* e sua relação com o fenômeno da população de rua, Escorel (1999) afirma que o *lumpen* pode ser caracterizado como a última franja da classe trabalhadora, indivíduos que estão não somente à margem, mas fora da dinâmica econômica, por que não tem valor de troca como força de trabalho. População desnecessária e supérflua do ponto de vista da valorização do capital, pois perdeu a condição de existência (como trabalhador), a venda da força de trabalho.

A categoria de *lumpen* teria, portanto, três principais características: integrar a camada pauperizada; adotar comportamentos criminosos e sociais que entram em choque com as próprias leis da burguesia e configurar um “lixo humano” impossível de ser erradicado, existindo em qualquer sociedade e em qualquer período histórico (ESCOREL, 1999, p.210).

Todavia, para a autora, a população de rua não se resume a essa categoria social, pois, embora estejam em péssimas condições, muitas dessas pessoas exercem atividades laborais. Logo, possuem valor de troca como força de trabalho, estando, desse modo, inseridos na dinâmica econômica, ainda que de forma precária, instável e com poucos rendimentos.

Lopes (2009) salienta que a história do fenômeno da população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Assim, muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por forças das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo. “É nesse contexto que se origina o fenômeno da população em situação de rua. No seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção e reprodução capitalista” (ibid. p.25).

Como explica a autora, as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capital e asseguram a sua acumulação, todavia, devem ser resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país.

Para Santos (2001), as discussões sobre a pobreza devem ir além das análises estatísticas para situar o homem na sociedade global à qual pertence. Isso por que a pobreza não é apenas uma categoria econômica. Antes de tudo, trata-se de uma categoria política, pois estamos lidando com um problema social. Conforme salienta o autor:

[...] ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo. E essa condição se amplia para um número cada vez maior de pessoas (SANTOS, 2001, p.59).

Pereira (2008) considera que essa preocupação de ir além dos dados numéricos é fundamental quando o problema da pobreza é estudado do ponto de vista geográfico, haja vista que o contexto em que determinado segmento social se insere dentro de formações territoriais específicas fazem com que as leituras estatísticas distorçam os verdadeiros significados da pobreza, ocultando a sua dimensão política e também as suas dimensões geográficas. Para o autor, se a pobreza pode ser identificada como a carência ou a escassez de bens que atendam às necessidades básicas a uma vida digna em sociedade, esta se diferencia

conforme aspectos sociais e geográficos. Ou seja, os contextos geográficos em que a escassez e as carências se encontram fazem com que a pobreza se diferencie substancialmente no território. “As necessidades básicas não são as mesmas entre os homens e lugares” (PEREIRA, 2008, p.02).

Santos (2001) explica que, de modo geral, os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social: a *pobreza incluída*, a *marginalidade* e a *pobreza estrutural*. A primeira consistia em uma pobreza às vezes residual ou sazonal e que era vista como desadaptação local aos processos mais gerais de mudança, ou como inadaptação entre condições locais e condições sociais. Naquele contexto no qual o consumo ainda não estava largamente difundido, a pobreza era menos discriminatória e as soluções ao problema eram privadas, assistencialistas e locais.

O segundo tipo de pobreza, chamada de *marginalidade*, se dá num momento caracterizado pela ampliação do consumo. Nessa situação os indivíduos são classificados pela sua capacidade de consumir e pela forma como o fazem. Embora considerado como grave, o problema da pobreza não era visto como insolúvel, de modo que se generalizou a busca de soluções por parte do poder público.

Finalmente, o atual período revela uma *pobreza estrutural globalizada* que, por sua vez, resulta de um sistema de ação deliberada. Se até então havia uma divisão do trabalho espontânea, hoje o que se tem é uma divisão do trabalho administrada, movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. O desemprego e a baixa remuneração do emprego advindos do processo de modernização, assim como a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação contribuem para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza (SANTOS, 2001).

A pobreza se evidencia de forma mais severa nos países subdesenvolvidos, haja vista os efeitos perversos da modernização em seus territórios. Criações do sistema tecnológico polarizado nos países centrais, as modernizações do período atual são comandadas pela força da grande indústria, representada essencialmente pelas empresas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informações. As modernizações se concretizam nos lugares na forma de objetos técnicos que, implantados de modo seletivo, formam territórios e lugares desiguais, condicionando a ampliação da pobreza (SILVANA SILVA, 2012).

Em geral, as modernizações eliminam a necessidade do trabalho humano, aumentando o desemprego ou condicionando a existência de empregos com baixa remuneração. Conforme Santos (2013, p.45):

Considerando o progresso tecnológico atual, a indústria cria apenas um número limitado de empregos, porquanto é “capital intensivo”. Além do mais, uma boa parte do emprego indireto é criada nos países centrais ou a partir deles. A agricultura também se moderniza: industrializando-se, expulsa sua população. Isso explica o êxodo rural e a chamada urbanização terciária. Uma alta porcentagem da população fica sem atividade e sem salário permanente, o que por sua vez resulta na deterioração do mercado de trabalho (SANTOS, 2013, p. 45).

Nesse processo, o Estado se retira das tarefas de proteção social e atua favorecendo as grandes corporações, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Assim, a existência de uma grande massa de pessoas trabalhando em atividades ocasionais ou vivendo com salários muito baixos, ao lado de uma minoria portadora de altas rendas, cria nas cidades uma divisão entre os que podem ter acesso permanente aos bens e serviços e aqueles que não têm condições acessá-los. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços nessas cidades, que Santos (2004) define como circuito superior e circuito inferior da economia urbana.

Cada circuito se define por dois conjuntos de variáveis: o conjunto das atividades realizadas em certo contexto e o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. Todavia, a definição não é rígida, de modo que a caracterização do circuito não pode ser feita através de variáveis isoladas, sendo necessário considerar o conjunto das atividades.

O circuito superior é resultado direto das modernizações que atingem o território. É constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Consiste nas atividades criadas em função das pessoas que podem se beneficiar dos avanços tecnológicos, ou seja, aquelas que possuem maior poder aquisitivo e controle da informação. Suas relações se dão com o que é externo à cidade e à região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior.

O circuito inferior, por sua vez, também resulta da mesma modernização tecnológica, todavia de forma indireta. É constituído por atividades pouco capitalizadas e que apresentam um menor grau de tecnologia. O mesmo apresenta-se como um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno:

Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória. A tendência das camadas médias e abastadas de consumir mais serviços pessoais quanto mais baixos forem os custos, assim como o fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicam os empregos: sapateiro, alfaiate, pequenos merceiros e vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de táxis, pedreiros e engraxates, carregadores de água, plantonistas, meninos de recados e domésticas de todo tipo. Algumas profissões, como a dos engraxates, acham-se no limite da mendicância (SANTOS, 2004, p.202).

Essas atividades do circuito inferior estão intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico local e aproveitam-se da economia de aglomeração, assim como dos interstícios deixados pelos setores mais modernos. Assim, ocupam ruas, becos, terminais rodoviários, praças, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos (ARROYO, 2008).

É necessário, pois, considerar que, embora as cidades apresentem-se como centro da acumulação e gestão do capital, elas constituem-se também no refúgio dos pobres, onde estes desenvolvem estratégias que garantem sua sobrevivência. Como assinala Santos (2006), o fato de o espaço urbano reunir áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos assegura às cidades a possibilidade de acolher as mais diversas atividades, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, ao mesmo tempo em que a cidade acolhe uma racionalidade hegemônica que se constitui no uso corporativo do território, ela também acolhe outras racionalidades que se localizam entre os pobres, os migrantes e as minorias em geral com suas atividades marginais realizadas nas áreas menos modernas, tornadas irracionais para usos hegemônicos.

Essas novas racionalidades florescem a partir da própria limitação da racionalidade hegemônica que é criadora de escassez e pobreza. Por não disporem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea, os pobres tornam-se incapazes de se subordinarem completamente às racionalidades dominantes. Assim, a experiência da escassez torna-se a base de uma adaptação criadora à realidade existente, de modo que estes buscam formas alternativas de racionalidades que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nas cidades.

Tratando da pobreza no Brasil, Maria Laura Silveira (2005) demonstra que o incremento da técnica no território nacional ao longo do tempo gerou diferentes tipos de pobreza. A autora parte do princípio de que a quantidade e qualidade das infraestruturas e das políticas empregadas em cada pedaço do território autorizam o exercício e um tipo de trabalho valorizado no mundo contemporâneo. Todavia, nem todas as pessoas e regiões

possuem capacidade de acompanhar esse processo de modernização material e organizacional, o que resulta em um empobrecimento.

Silveira (2005) explica que, num primeiro momento, ainda no início da colonização do território pelos europeus, a pobreza estava ligada, principalmente, à seleção que a natureza fazia das produções e às formas pelas quais se buscava domesticar o meio natural. Por coincidir com as condições dos meios naturais ou com as sazonalidades da produção, a pobreza ainda não significava uma exclusão social.

Posteriormente, com o advento da técnica, as lógicas e os tempos humanos se impõem à natureza, todavia ainda de forma incompleta e pouco difundida. Com a constituição dos primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro permitindo o deslocamento de materiais e fluidos, a localização da produção tornou-se menos dependente da presença de matérias-primas e de fontes de energia e mais vinculada à oferta de mão de obra e de mercados. Nesse período, a pobreza vinculava-se principalmente à desigual estrutura fundiária, apresentando-se de forma mais incisiva no meio rural.

Com a integração do território nacional pelos transportes e comunicações e pelas necessidades advindas da industrialização, assim como da criação de um mercado interno, ocorre um aumento do número de cidades no interior do país. Ao mesmo tempo, a permanência de uma estrutura fundiária muito desigual e a tecnificação da produção agrícola favorecia a persistência da pobreza no campo. Buscando melhores condições de vida, milhares de indivíduos migravam para as cidades, onde se deparavam com um novo tipo de pobreza.

A partir da década de 1970, a instalação de complexas redes de comunicação e transportes permite a ampliação do consumo e do crédito, modificando a noção de pobreza:

Tal promessa de consumo, encarnada na publicidade e no crédito, espalha-se na sociedade e no território, de modo que os pobres já não podiam ser definidos como os excluídos de tal consumo, nem o fato de consumir era prova de inclusão social. Considerada a oferta infinita de bens e serviços e a criação científica e permanente de necessidades, a pobreza torna-se relativa e quantificável, enquanto a carência dos mais elementares bens e serviços ganha, agora, indicadores e participa de complexas equações. Pobreza e miséria passam a ser alvos de programas específicos ou da aplicação de ações do Estado de bem-estar ou mesmo dos países socialistas (SILVEIRA, 2005, p.153).

Seguindo a implantação do modelo desenvolvimentista, a economia passa a ser orientada pelos mercados externos. Nesse processo avança a modernização da produção e da circulação, tornando o território mais fluido à ação das grandes firmas. Tal modelo se sustenta mediante investimentos públicos, maior proteção ao grande capital, e menor

retribuição ao trabalho. Nesse processo, o Estado adota uma política favorecimento às grandes empresas, abrindo mão de suas funções sociais, de modo que grande parte dos serviços como saúde e educação passam para as mãos do capital. Essa situação conduz a uma maior seletividade na distribuição dos provedores de bens e serviços, intensificando a geração de pobreza, haja vista que o setor privado tende a alojar-se nos lugares que lhes proporciona lucro imediato e, além disso, nem todas as famílias podem enfrentar essas despesas de modo integral sem a mediação do Estado.

Como explica Silveira, a divisão do trabalho que resulta do neoliberalismo é produtora de pobreza e dívidas sociais (2005, p. 171):

Fundada nos acréscimos técnico-científico-informacionais e nos mecanismos financeiros, ela é feita da superposição das divisões do trabalho das grandes corporações. É por isso que a divisão do trabalho no país tem um papel ativo na desvalorização dos fazeres e lugares que não perfazem essas necessidades. Daí os mecanismos de exclusão e produção da pobreza. Essa economia assim planejada é incapaz de criar um número de empregos satisfatórios, pois despreza as atividades que não são modernas. Diminuem o número de empregos e o valor dos salários porque se desvaloriza o trabalho da maior parte da sociedade (SILVEIRA, 2005, p.171).

Trata-se de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas, de modo que o território pode ser adjetivado como um território corporativo. Do mesmo, as cidades também podem ser assim chamadas, já que dentro delas se verificam processos idênticos, haja vista o espaço urbano ser planejado e gerido visando atender os interesses corporativos. Nesse processo, ao mesmo tempo que ocorre um aumento concentrado da riqueza, evidencia-se uma disseminação da pobreza urbana no país.

Ao discutir a pobreza urbana no Brasil, Santos (2013) afirma que o rápido processo de urbanização do país revelou uma crescente associação com o aumento da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade. O autor explica que com a modernização da agricultura ocorre a expulsão dos trabalhadores do campo que vão buscar na cidade suas condições de sobrevivência. Já a indústria, que também se moderniza, reduz drasticamente o número de empregos. Por fim, o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação. Acrescenta-se a esse processo o direcionamento dos investimentos públicos para a viabilização de uma cidade corporativa, que interessa, em primeiro lugar, aos agentes socioeconômicos hegemônicos. Para atender ao capital

monopolista o Estado atua dotando a cidade com infraestruturas indispensáveis ao processo produtivo e à circulação dos agentes e dos produtos, em detrimento da maioria da população.

Como resultado se tem o agravamento da pobreza urbana e o aprofundamento das desigualdades que, cada vez mais, se evidenciam na organização interna das cidades grandes e também das cidades médias. Geralmente, é comum o segmento populacional com maior poder aquisitivo residir nas áreas privilegiadas, podendo acessar os bens e serviços com facilidade, enquanto grande parte da população carente amontoando-se nas favelas e espaços periféricos com precária infraestrutura e sem acesso aos serviços básicos essenciais à sobrevivência, aprofundando a situação de pobreza. Para muitos, em situação de extrema carência, a rua torna-se a única opção.

Para Harvey (1980), tanto as mudanças na forma espacial da cidade quanto nos processos sociais que operam na cidade provocam alterações na renda do indivíduo, com o consequente aumento da pobreza urbana. As mudanças na alocação de recursos, assim como na localização do emprego e habitação impactam diretamente a renda dos cidadãos. O autor exemplifica da seguinte maneira:

A mudança na localização da atividade econômica na cidade significa uma mudança de localização de oportunidades de emprego. A mudança de localização da atividade residencial significa mudança de localização de oportunidades de moradia. Ambas devem, presumivelmente, estar associadas a gastos em mudanças em transporte. Mudanças em transporte afetam certamente, em grande escala, o custo de acesso a oportunidades de emprego a partir da localização das moradias (HARVEY, 1980, p. 49).

O autor considera que cada mercadoria, no capitalismo, assume um duplo aspecto: valor de uso e valor de troca. O solo urbano e suas benfeitorias se inserem nessa dinâmica, uma vez que também se constituem em mercadorias no capitalismo, todavia, se tratam de mercadorias especiais e caras. Ao discorrer sobre o uso do solo urbano, afirma que diversos atores atuam no mercado de moradia, tendo cada um deles um modo distinto de determinar o valor de uso e de troca: os usuários de moradia; os corretores de imóveis; os proprietários; os incorporadores e a indústria da construção de moradias; além das instituições financeiras e instituições governamentais.

No espaço urbano capitalista, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, tendo o solo grande importância na reprodução do capital. A atuação dos diferentes grupos determina espaços com valores de solo diferenciados, definindo o direcionamento da população para cada área da cidade. Os grupos hegemônicos possuem os recursos necessários e grande poder

de barganha política, podendo determinar a disposição final dos recursos e da infraestrutura urbana, implicando no aumento do valor do solo em benefício próprio. Tal processo reforça a desigualdade na cidade, haja vista que dificulta os pobres de obter uma moradia adequada e em local acessível ao emprego e aos equipamentos de serviços (HARVEY, 1980).

Lefebvre (2001) explica que é a classe operária quem mais sofre com as transformações da cidade:

Ela é vítima de uma segregação. (...) Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). A segregação e a miséria de seu “habitar” designam na prática a classe operária. (LEFEBVRE, 2001, p.138).

No caso brasileiro, ao tratar da pobreza e da forma como ela se materializa na cidade é fundamental considerar o processo de escravização da população negra como um elemento determinante. Não é por acaso que grande parte da população de rua é composta por negros.

Souza (2017) considera a escravidão como a semente de toda a sociabilidade brasileira, tendo criado uma singularidade excludente e perversa que permanece até hoje. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça social seria toda baseada na escravidão. Contrariando a visão romântica de uma sociedade racial e culturalmente híbrida, o autor salienta que nunca houve uma igualdade entre as culturas e raças. Pelo contrário, houve domínio e subordinação sistemática do povo negro durante e depois da escravidão.

Com a abolição e a consequente mudança para as cidades, o ex-escravo sofre um verdadeiro abandono, transformando-se em perigoso e criminoso na visão hegemônica. Ele é jogado dentro de uma ordem social competitiva que não conhecia e para qual não havia sido preparado, concorrendo com a mão de obra estrangeira e dos nacionais não escravos já acostumados com o trabalho livre.

Antes animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado, agora é exigido dele que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que até então era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Assim, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, ao negro restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. O abandono familiar, o trabalho intermitente e a ida para as ruas constituem essa realidade pós-escravidão:

Como resultado do processo que o tornava um desajustado estrutural nas novas condições sociais, o negro desenvolveu, reativamente, uma resposta que radicalizava

a anomia e o não pertencimento social: o não pertencimento à família, à comunidade e ao trabalho (SOUZA, 2017, p.78).

Por sua vez, Campos (2010) sustenta que a população pobre, majoritariamente negra, sempre teve negado o acesso a terra no Brasil, processo que perdura até hoje. Para o autor, a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial explica, em grande medida, a problemática urbana nas cidades brasileiras. Ele afirma que tal estrutura é consequência da legislação discricionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos chave do Império, e favoreceu a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distâncias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos.

A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso a parte das terras, ela possibilitou a existência de um exército de miseráveis que vive das sobras da sociedade (CAMPOS, 2010, p.21).

Com a Abolição da escravidão, milhares de ex-escravos, juntamente com brancos pobres, deslocaram-se para as cidades ou para os quilombos periurbanos ou rurais. No entanto, as terras apropriadas tanto nos espaços urbanos quanto nas periurbanos foram postas na ilegalidade, não se admitindo a propriedade das pessoas não brancas. “A Lei de Terras, editada em 1850, que impedia a propriedade de qualquer parcela de solo por negro escravo, continuou a valer em muitos lugares do país” (CAMPOS, 2010, p.69).

Além da negação ao acesso a terra, os negros também foram impedidos de exercer funções tipicamente urbanas, que propiciaram a manutenção do status vigente nos séculos anteriores, como a restrição ao voto, o ingresso nas ordens religiosas, ou nos principais cargos do Estado, explica o autor. Ressalta-se ainda que, antes mesmo da Abolição, muitos negros fugiam das fazendas e formavam os quilombos, que se constituíam em espaços de resistência contra a ordem vigente. Com a abolição, muitos desses espaços apropriados, sobretudo aqueles próximos às áreas urbanas, continuaram a ser ocupados, transmutando-se posteriormente em favelas.

No nosso entender, uma das possibilidades é compreender a favela como uma transmutação do espaço quilombola, pois, no século XX, a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções históricas, vem integrando as “classes perigosas”: os quilombolas por terem representado, no

passado, ameaça ao Império; e os favelados por se constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a instalação da República (CAMPOS, 2010, p.64).

Historicamente, esses espaços apropriados pela classe trabalhadora foram estigmatizados pelos grupos dominantes. Estigma que, apesar de ser generalizado, atinge sobremaneira, os negros, que excluídos da política e marginalizado economicamente, eram - e continuam a ser - apontados como “vadios”, “vagabundos” e “desocupados”. Quanto ao Estado, sua atuação em relação a esses grupos sempre se expressou pela marca da violência e ausência de serviços básicos, seja na favela ou na rua.

Ao fazer uma explanação sobre a realidade pós-escravidão, Souza (2017) salienta que o abandono e precarização social não atingiram apenas o ex-escravo. Após a escravidão constituiu-se o que ele chama de “ralé brasileira”, fruto do abandono do ex-escravo, composta pelos negros libertos e por pessoas de todas as cores, para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. “Ela serve às classes incluídas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar o prazer de ‘superioridade’ e do mando; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil” (ibid. p. 67).

A formação das favelas nas grandes cidades passa a ser um dos destinos reservados pelo seu abandono. Do mesmo modo, consideramos que, para muitos deles, a rua é o único destino. Além do abandono e desprezo, os pobres herdaram todo o ódio que antes era dirigido ao escravo, sendo estigmatizados como inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas pelas forças policiais com licença para matar pobre e preto. Violência que tem como fonte as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido.

O autor explica ainda que, apesar de passar de um mercado de trabalho escravocrata para formalmente livre, o Brasil manteve todas as virtualidades do escravismo na nova situação. “Os ex-escravos da “ralé de novos escravos” continuam sendo explorados na sua “tração muscular”, como cavalos aos quais os escravos de ontem e de hoje ainda se assemelham” (p.103). Sem acesso ao ensino escolar, essa classe é reduzida ao corpo, executando um trabalho com baixo retorno financeiro, mas que é de grande valia para a elite o processo de acumulação do capital.

Lopes (2009) aponta uma estreita relação entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil. Segundo a autora, o ajuste

estrutural tendo como base a reestruturação produtiva, a reorientação nas funções do Estado e a financeirização do capital provocou mudanças no mundo do trabalho, agravando o desemprego, a precarização das relações e condições de trabalho e a queda da renda média dos trabalhadores. A autora cita as mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, além do enxugamento da máquina estatal, por meio dos Programas de Demissão Voluntária e da privatização das empresas estatais que fortaleceram os processos em curso, contribuindo para a elevação dos níveis de pobreza. “Nesse contexto, o fenômeno da população em situação de rua ganhou maior visibilidade no país” (LOPES, 2009, p. 260).

Scorel (1999) afirma que as pessoas em situação de rua se originam da classe dos trabalhadores pobres. Antes da vida nas ruas, a maior parte dessa população vivia em condição de pobreza caracterizada como integrada por um conjunto de vulnerabilidades, entre as quais a econômica, habitacional, afetiva, à violência e à discriminação. As reações individuais às vulnerabilidades familiares são diferentes segundo o papel que desempenham e os vínculos afetivos com a família, de modo que, para algumas pessoas, passa-se de uma pobreza abrigada para a pobreza desabrigada.

Para a autora, a vulnerabilidade econômica é um pano de fundo em que se desenrolam os acontecimentos de uma sociabilidade excluída. Ela explica que na análise das trajetórias ocupacionais anteriores de rua, algumas características sobressaem, como a segmentação na duração dos vínculos – empregos irregulares, descontínuos, temporários; atividades de baixa qualificação com alto potencial de substituição e nível de rendimentos limítrofes com o consumo de sobrevivência. Assim, ocorre uma dinâmica de deslocamentos por atividades e por lugares em busca de atividades, chegando ao extremo das ruas.

Antes de morar nas ruas esses indivíduos mantinham com o mercado de trabalho relações que já eram extremamente precárias e instáveis. Os processos de desvinculação do mundo do trabalho evidenciados nas trajetórias dos moradores de rua ocorrem – de forma mais ou menos abrupta, partindo de posições variáveis segundo a formalização ou não – sobre uma estrutura geral de inserção no mundo do trabalho extremamente vulnerável. (SCOREL, 1999, p.184).

A vulnerabilidade habitacional prévia à condição de ruas inclui a moradia em favelas, casas abandonadas, internatos de menores, albergues, casas de ex-patrões e alojamentos de empresas. Crises econômicas, especulação imobiliária, precariedade das condições de vida nas favelas, além dos processos de violência protagonizada por traficantes de drogas e policiais, aumentam a vulnerabilidade habitacional. Aliás, segundo a autora, entre os pobres a

vulnerabilidade à violência é maior, seja ela de vizinhança ou doméstica. Pois, além da exposição ao perigo dos confrontos entre policiais e traficantes nas favelas, para muitos a própria casa inclui a violência sexual e os castigos físicos. A violência como mediação principal nas interações sociais emerge também nas discriminações, criminalizações e construção de estereótipos que rotulam os pobres como criminosos em potencial.

A Pesquisa Nacional identificou que a população de população caracteriza-se pelo pouco acesso ao sistema de ensino regular. No que diz respeito à formação escolar, 15,1% dos entrevistados nunca sequer frequentaram uma escola. A maior parte (63,5%) não concluiu o Ensino Fundamental, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. Apenas 3,2% possuem o Ensino Médio completo. Embora sejam poucos (0,7%), também chama à atenção a existência de pessoas com o ensino superior completo vivendo nas ruas (Tabela 02).

Tabela 02
População em situação de rua segundo grau de escolaridade

Escolaridade	%
Nunca estudou	15,1
Ensino Fundamental incompleto	48,4
Ensino Fundamental completo	10,3
Ensino Médio incompleto	3,8
Ensino Médio completo	3,2
Superior incompleto	0,7
Superior completo	0,7
Não sabe/Não lembra	7,7
Não informado	10,1
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009)
Organização do autor

Quanto aos vínculos empregatícios, 47,7% dos entrevistados afirmaram nunca ter trabalhado com carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos). Portanto, são pessoas que, de certa forma, mantinham com o mercado de trabalho relações que já eram extremamente precárias e instáveis antes de chegarem às ruas.

Vieira, et al (2004) explicam que numa sociedade capitalista que se organiza com base na compra e venda da força de trabalho, a legitimidade social e a dignidade da pessoa se firmam através da ética do trabalho. Assim, se estabelece uma um valor moral associado ao trabalhador honesto e ao chefe de família responsável que se opõe à marginalidade. “Registra-

se uma ética do provedor, que atribui legitimidade àquele que, através do trabalho regular, mesmo com todas as dificuldades, consegue sustentar a família: pôr comida dentro de casa.” (ibid. p.18). Todavia, diante do desemprego, o papel de provedor sofre uma desqualificação e ele passa a ser alvo de pressão por parte da família, bem como do mercado de trabalho. Segundo os autores, este é um dos caminhos possíveis de chegada à rua, momento em que o trabalhador, sob essa pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho, atravessando o limiar tênue que no imaginário social estabelece os parâmetros de uma ordem legítima de vida.

Os relatos obtidos nas entrevistas realizadas com pessoas que vivem nas ruas do Centro da cidade de Campos dos Goytacazes revelam uma heterogeneidade de perfis e trajetórias. Todavia, em sua grande maioria, trajetórias de vida marcadas pela pobreza e por trabalhos intermitentes, muitas das vezes em diversos lugares do país. Em alguns casos, nunca sequer frequentaram uma escola, mas trabalham desde a infância ou adolescência para ajudar no sustento de suas famílias. Suas trajetórias são ainda marcadas pela solidão, pois ao se mudarem em busca de emprego, deixam suas famílias para trás. Ressalta-se ainda que, apesar de passarem a maior parte de suas vidas trabalhando, o dinheiro que recebiam não fora suficiente para comprar uma casa.

O Sr. Pedro, negro, de 55 anos, nasceu no interior de Alagoas e passou a infância e a adolescência trabalhando em uma fazenda com sua família. Sem estudos, após sair do seu antigo local de moradia, continuou trabalhando com serviços do campo ou em atividades de mão-de-obra pesada. Deixou sua família para trás e, na busca por emprego, chegou a Campos dos Goytacazes. Na cidade, trabalhou em indústria de cerâmica e em diversas usinas de cana-de-açúcar, sempre de maneira intermitente. Após adoecer e ficar impossibilitado de trabalhar, não teve condições de pagar o aluguel e passou a morar em um abrigo.

Eu morava em Alagoas. Mas eu nunca estudei em colégio não. Morava numa fazenda, aí tinha uma escolinha lá e ficava pro professor ensinar. Mas não aprendi nada não. Aí o pai colocou eu pra roça. Aí eu fui trabalhar na roça. Eu era pequeno. Tinha uma base de dez anos. Fazia todo tipo de serviço. Trabalhava em lavoura. Serviço de usina. Fazia tudo. Passamos 20 anos nessa fazenda. Aí com o tempo meu pai saiu.... foi trabalhar em outros cantos. Aí eu procurei outros serviços. Aí procurei o campo mesmo. Trabalhei no pesado... cortar cana... Fazia todos os serviços no campo. Meu serviço foi negócio do campo mesmo. Lavoura... já tomei conta de animal... Agora, negócio de indústria na cidade, isso eu não trabalhei por que não tive estudo, né. Eu trabalhei na cerâmica... na cerâmica de tijolos... Aqui mesmo, em Campos. Aqui eu trabalhei na Cana Brava, trabalhei em Santa Cruz, tudo fichado, né. Eu fazia contrato... Só na Cana Brava eu passei um ano e nove meses. Na cerâmica eu passei nove meses. Na Sapucaia eu trabalhei, mas foi clandestino. Estava sem fichar. Recebia por semana. Mas teve o tempo que

eu perdi meus documentos, aí eu fiquei parado por que adoeci. Ai me levaram pro hospital, aí me trouxeram aqui pro abrigo. Dei pneumonia, fiquei tuberculoso... Aí eu passei nove meses em tratamento. Eu parei de trabalhar... A primeira vez que eu parei de fazer contrato foi em 2014, em 2015 eu não pude mais. Nessa época eu morava numa casinha, na Tapera. Mas não era minha, sabe... Era de aluguel. Mas sem documento... e eu não pude mais trabalhar pra pagar o aluguel, pra pagar nada. Aí quando eu saí do hospital, sem poder trabalhar, pra pagar nada, aí a mulher me botou pra cá. Agora eu tô mais de um ano. Tô quase dois anos (Sr. Pedro, 55 anos, Abrigo Lar Cidadão).

Assim como no caso do Sr. Pedro, o Sr. João passou a adolescência trabalhando no campo. Posteriormente, percorreu por diversas capitais do país trabalhando no ramo da construção civil por meio de contrato trabalhista. Após ficar desempregado, teve como destino as ruas.

Até 18 anos eu trabalhei na agricultura. Depois dos 18 anos, até 2015 eu trabalhei em construção civil. Eu sempre trabalhei em capitais diferentes. Trabalhei no Rio, trabalhei em São Paulo, trabalhei em Vitória, em várias capitais. Eu trabalhava e me mantia. Trabalhava, alugava uma casa e morava. Trabalhava em empresas. Sou operador de equipamentos. Mexo com elevador. Tenho curso. Eu trabalhei até fevereiro de 2015 de carteira assinada. Em empresa de construção civil. Trabalhei na Lorenge, trabalhei na Vilage. Não sei nem o tanto de empresa que eu trabalhei. Eu fui demitido. Nós fizemos três shoppings em Vitória. Aí terminou a obra e todo mundo foi embora. A empresa dispensou as pessoas. Aí eu peguei o dinheiro, não segurei. O tempo passou rápido. Aí fiquei sem dinheiro. Me pesou muito isso. Todo mês eu pagava 450,00 de aluguel (Sr. João, 52 anos, Abrigo Lar Cidadão).

André, negro, de 33 anos, estudou até o oitavo ano do Ensino Fundamental. Seu caso chama a atenção, pois ele é casado e possui três filhos. Até três meses atrás trabalhava como repositor em um supermercado na cidade de São Fidélis, no Norte Fluminense. Após ficar desempregado e não ter condições de pagar o aluguel de sua casa, passou a viver nas ruas de Campos. Sua esposa, juntamente com os filhos, foi viver na casa dos pais.

É que eu morava numa casa (em São Fidélis). Aí fiquei desempregado e a mulher pediu a casa. Na minha cidade eu não vou ficar na rua. Eu peguei e vim pra cá. (Sr. André, 33 anos).

Em alguns casos, a trajetória de ida para as ruas é desencadeada por questões familiares. Em alguns casos relatados, ao perderem suas esposas, os maridos adquiriram problemas psicológicos ou de dependência alcoólica e abandonaram seus empregos.

Falta de família... filhos. Ela foi embora e levou meus filhos. Foi pra outra cidade. Eu trabalhava... Só que ela é pensionista. Ela não precisa de mim pra nada. A mãe dela morreu e deixou uma pensão pra ela. (Sr. Nicolau, 43 anos).

Eu entrei em depressão por conta de separação... Eu tenho 4 filhos. 2 filhos do primeiro casamento – 22 anos de casado. A mulher aprontou comigo e eu deixei pra lá. Me casei de novo e tive um casal de filhos. A mulher aprontou comigo... Com

depressão, eu pedi conta de emprego. O dinheiro que eu recebi: 275 mil. Eu gastei em menos de seis meses. Gastei com carro... um prisma. Tomava cachaça e ficava rodando... Fortaleza, Maceió, Aracajú... e tome cachaça. Aí eu ficava em hotel e motel também. Tinha vez que eu ficava um mês em motel. Era muito dinheiro. O dinheiro foi embora. (Sr. Francisco, 52 anos).

Sr. Joaquim, não concluiu o Ensino Fundamental e trabalhou a vida inteira em sem ter um trabalho fixo, ora como ajudante de obra, cortador de cana ou mesmo fazendo “bicos”. Sua trajetória de ida para as ruas é marcada pelo desemprego, vínculo familiar interrompido e vício em bebida alcoólica, que adquiriu após a separação.

Foi após a separação. Eu não aceitava ela colocar um homem dentro de casa. Pegou ela, a casa... pegou tudo. E botou eu pra dormir junto com o cachorro. Nos fundos da casa. (Sr. Joaquim, 50 anos).

Segundo Escorel (1999), considerando que esse conjunto de situações de fragilização e ruptura dos vínculos familiares incide sobre pessoas oriundas, preponderantemente, das classes trabalhadoras pobres, a desvinculação na dimensão sociofamiliar tem uma relação estreita, ainda que não mecânica e determinística, com as vulnerabilidades de ordem econômica-ocupacional e de rendimentos. Ela ressalta haver uma fragilização dos laços familiares tendo a pobreza como pano de fundo, ou seja, destaca-se relações entre a precariedade material, a pauperização dos núcleos familiares e a sua desintegração parcial ou completa.

No entanto, a autora salienta que, apesar de o processo se dar mediante um contexto de pobreza caracterizada por inúmeras vulnerabilidades, esse pano de fundo geralmente é minimizado pelas pessoas em situação de rua, sendo considerado pouco importante na sua decisão de morar nas ruas, ou é até mesmo caracterizado como inexistente em sua trajetória de vida. Ocorre uma naturalização da pobreza, pois tendo a pessoa crescido numa família e vizinhança onde essas eram as condições de vida da maioria, passa-se a perceber como uma condição “normal”. Condição esta que se configura por um aprendizado de como (sobre)viver restringindo cada vez mais o consumo, um saber-viver com cada vez menos. “Esse aprendizado lhes será muito útil nas ruas, onde é preciso sobreviver com rendimentos baixos e irregulares, assim como saber despojar-se de seus pertences e de suas referências de valores”. (ESCOREL, 1999, p.130).

Embora seja invisibilizada socialmente, essa população constitui parte integrante do espaço urbano, ao passo que, em suas vivências, acabam se apropriando de espaços e de recursos específicos da cidade no intuito de garantir mínimas condições de sobrevivência. O espaço urbano é aqui considerado a partir da definição de Corrêa (1989), segundo o qual, este

é a própria sociedade em sua dimensão mais aparente, ou seja, aquela materializada nas formas espaciais. Assim, o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta” (CORRÊA, 1989, p.09). O mesmo é um produto social, resultado de ações executadas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço de maneira complexa mediante o processo de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Segundo o autor, os principais agentes que fazem e refazem a cidade são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos¹⁰. Estes atuam das mais diferentes maneiras, de acordo com seus objetivos e possibilidades. Quanto ao Estado, sua atuação mais corrente se faz através da implantação de serviços públicos, além da elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Entretanto, essa atuação se dá de forma desigual perante a população, pois os segmentos da classe dominante são sempre os mais privilegiados. Já os grupos sociais excluídos são aqueles que não conseguem acessar os bens e serviços produzidos socialmente, mesmo que tenham as mesmas necessidades dos demais grupos. Nesse sentido, o autor destaca como exemplo o caso daqueles que não tem acesso a uma residência. Estes são segregados a partir da dinâmica urbana e, mediante a ocupação de terrenos públicos, produzem seu próprio espaço de moradia, constituindo uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência às adversidades a que são impostos.

Embora não produzam moradias convencionais, considera-se que a população que vive nas ruas também se constitui enquanto grupo social organizador e criador do espaço urbano. Conforme explica Daiane Santos (2009), a necessidade de um espaço para abrigo faz com que essas pessoas sejam obrigadas a transformar um ambiente inóspito num território existencial. Desse modo, ocupam espaços sem mínimas condições de habitação e os adaptam de modo que neles seja minimamente possível realizar necessidades básicas. Portanto, constituem-se enquanto agentes produtores do espaço urbano, embora suas ações nem sempre causem grandes modificações visíveis no território.

¹⁰ Mantivemos a denominação original do autor, mas ressaltamos que o uso do termo “grupos sociais excluídos” é alvo de críticas. Consideramos que esses agentes estão incluídos na produção do espaço urbano. Todavia, suas ações nesse processo são, em grande medida, condicionadas pelas regras do Estado e do grande capital e, além disso, seu acesso aos bens e serviços se dá de modo desigual, com reduzida capacidade de macro-organizar o território.

Os usos que esses sujeitos fazem do espaço urbano estão intimamente ligados às suas necessidades de sobrevivência, tais como comer, dormir, tomar banho e trabalhar. Com as experiências desenvolvidas no dia a dia, adquirem conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando assim, práticas e dinâmicas específicas na cidade.

É necessário considerar que a forma como a cidade está organizada se impõe e condiciona a vida dessas pessoas, haja vista que suas estratégias de uso se definem a partir desta organização da cidade (PENTEADO, 2012). Como explica Silveira (2011), o território usado consiste em uma norma, pois ao abrigar as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, atua como um princípio e um molde para a ação presente, ou seja, condiciona novos usos. É, pois, nesse sentido que o território apresenta-se como um condicionante das ações da população em situação de rua.

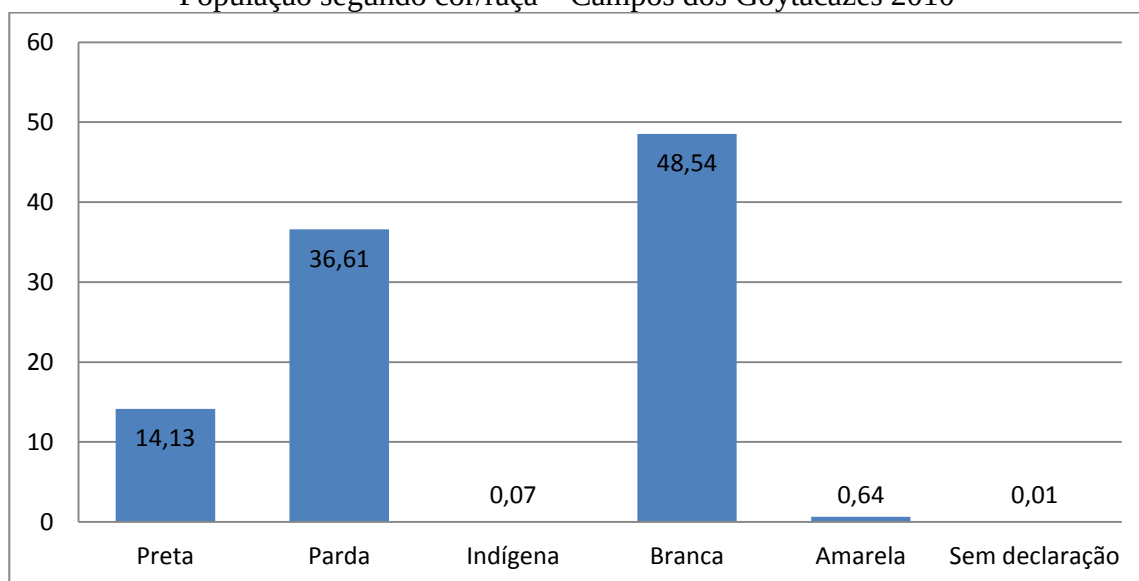
1.2. Espaço urbano e pobreza urbana em Campos dos Goytacazes

Localizado na Região Norte Fluminense (Figura 01), Campos dos Goytacazes possui uma população total de 463.731 habitantes. Desses, 418.725 (90%) vivem na área urbana e 45.006 (10%) residem na área rural (IBGE, 2010).

Quanto à composição étnica e racial, os dados do IBGE (2010) mostram que a população negra representa 50,74% da população, sendo 36,61% de pardos e 14,13% de negros. Os brancos são 48,54% da população campista, enquanto amarelos e indígenas somam 0,71% (Gráfico 05).

Gráfico 05

População segundo cor/raça – Campos dos Goytacazes 2010



Fonte: IBGE (2010)

Organização do autor

Ressalta-se aí a pouca presença de população indígena. Considerando que Campos dos Goytacazes foi uma terra inicialmente povoada por tribos indígenas, os dados apontam um verdadeiro massacre e extermínio desses povos após o início do processo de colonização. Destaca-se ainda a forte presença de população negra, cuja mão-de-obra foi escravizada nas fazendas agrícolas, possuindo expressiva importância na formação do município e da região.

O território do município é dividido em 13 distritos: sendo eles: Dolores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro, Santo Eduardo, São Sebastião, Serrinha, Tocos, Travessão, Vila Nova de Campos, mais o distrito sede. Trata-se do maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro (4.026.696 km²) e que, além de exercer a função de cidade média, historicamente polarizou as demais cidades da região na qual está inserida.

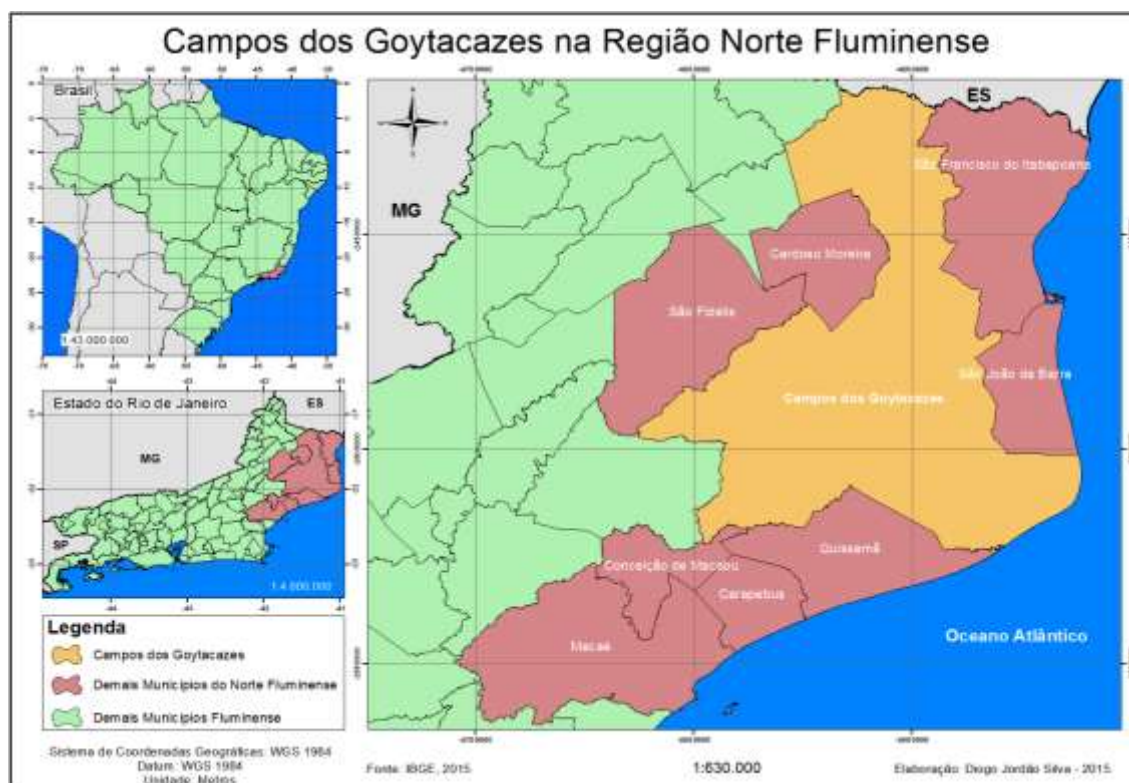


Figura 01: Localização de Campos dos Goytacazes.

Fonte: IBGE (2015). Elaboração do autor.

O desenvolvimento de Campos confunde-se com o do próprio Norte Fluminense, sendo marcado por um aparente paradoxo, pois embora apresente um dinamismo econômico, sempre se caracterizou pela desigualdade socioespacial e pobreza. Tanto o município quanto a região tiveram como principal atividade econômica, desde o período colonial, a monocultura da cana de açúcar e a transformação industrial desse produto (açúcar e álcool). A ação regionalista das elites açucareiras promoveu a monopolização do acesso e do controle de recursos oriundos das políticas setoriais, reproduzindo uma economia extremamente concentrada e polarizada em termos de renda e do mercado de trabalho. Com a modernização tecnológica e a expansão da atividade tradicional, em detrimento de uma diversificação econômica, agravou-se a pobreza, com um mercado de trabalho marcado pelo desemprego e pela sazonalidade, na qual os trabalhadores alternavam entre o trabalho na agroindústria da cana e os serviços domésticos, entre outros considerados não qualificados (CRUZ, 2003).

Após a década de 1970, a indústria sucroalcooleira sofre forte declínio e a produção de petróleo e gás torna-se a atividade mais importante região, aportando altas rendas em *royalties* e participação especial aos municípios que integram a Bacia de Campos. Além disso, nos últimos anos, a região também vem recebendo grandes empreendimentos, com destaque para

o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú, em São João da Barra, cujos impactos econômicos e sociais são sentidos em Campos dos Goytacazes. Todavia, a despeito desse dinamismo econômico, apenas uma parcela da população consegue se beneficiar, de modo que persistem no município e na região o desemprego e o subemprego da imensa parcela da força de trabalho, não qualificada para o exercício das atividades modernas (analfabeta ou pouco escolarizada ou sem formação técnica para os novos circuitos produtivos), que vive de empregos informais e mora em favelas, loteamentos não regularizados ou mesmo nas ruas.

O processo de urbanização de Campos dos Goytacazes e sua configuração espacial estão intrinsecamente relacionados aos processos econômicos vivenciados no município e na região. O início do seu processo de formação socioespacial remonta ao século XVII quando, após inúmeros conflitos, colonizadores portugueses ocuparam as terras férteis até então dominadas pelos índios goitacazes. O povoamento capitalista iniciou-se com a criação de gado, todavia, foi com a monocultura canavieira que se consolidou. À medida que esta se desenvolvia, o povoamento aumentava, até que em 1677 funda-se a Vila de São Salvador de Campos (PIMENTEL, 2016). Com o crescimento de sua importância econômica e política, decorrente da prosperidade adquirida com a produção de açúcar, em 1835 a Vila de São Salvador é finalmente elevada à categoria de cidade, figurando como principal centro urbano da região (FARIA, 2005).

O núcleo original da cidade estabeleceu-se na área próxima ao cais do Rio Paraíba, que consistia na principal via de circulação de mercadoria e pessoas à época. Ali foi se formando um aglomerado que, posteriormente, consolidou-se como o Centro de Campos dos Goytacazes (Figura 02), concentrando as atividades políticas, sociais e comerciais. Tinha como importante elemento a Praça Principal, atualmente chamada de Praça São Salvador. Próximo a ela foram realizadas importantes construções, como a Igreja Matriz, a Casa de Misericórdia, a Casa de Câmara, a Cadeia e o Pelourinho, reforçando sua importância enquanto lugar privilegiado (FREITAS, 2011).

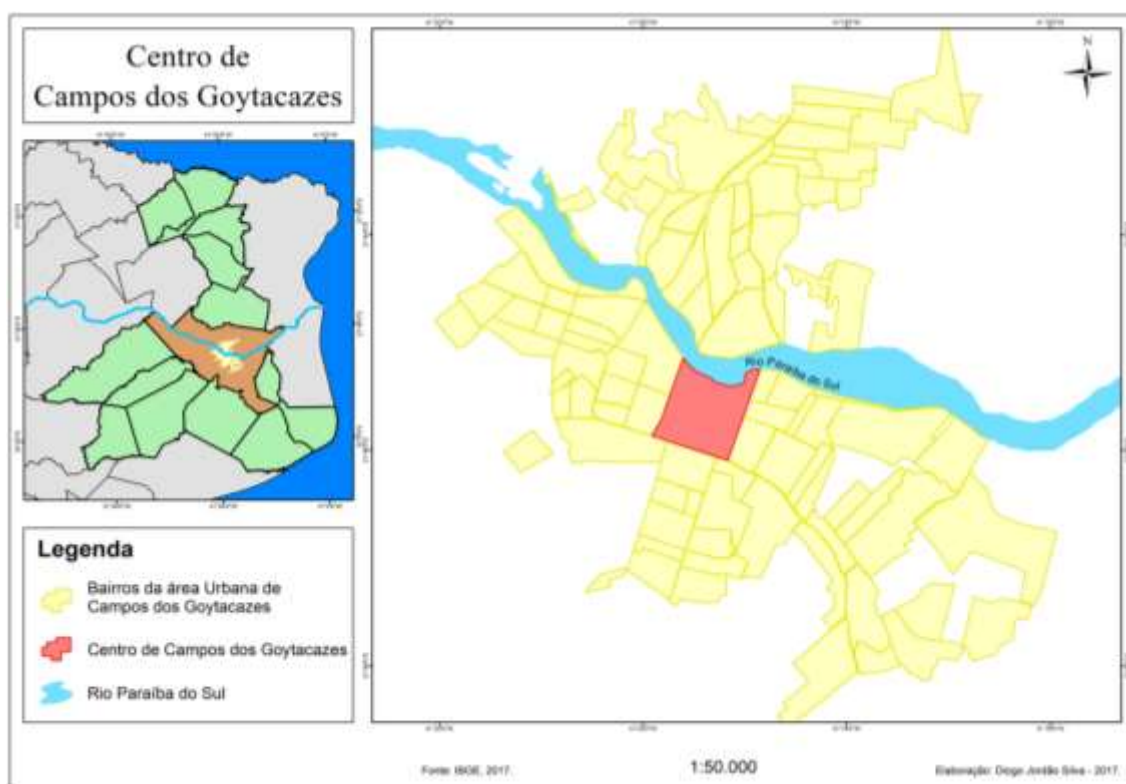


Figura 02: Centro de Campos dos Goytacazes
 Fonte: IBGE (2017). Elaboração do autor

Na segunda metade do século XIX a indústria açucareira estava em plena ascensão e a maioria da população ainda se localizava nas áreas rurais. Todavia, já havia uma intensa vida urbana na cidade de Campos e esta começou a transformar e organizar o espaço para se adaptar aos progressos trazidos pela mecanização dos engenhos. Em 1875 houve a instalação de várias companhias de navegação, permitindo a dinamização dos transportes, e em 1883 Campos tornou-se a primeira cidade a receber luz elétrica na América Latina. Além disso, nesse período ocorreu um crescimento dos espaços culturais, teatros e cafés que eram frequentados pela elite política, econômica e intelectual campista (POHLMANN e FARIA, 2013).

No início de 1888, nas grandes fazendas de cana-de-açúcar no interior do município, os escravos mobilizavam-se em conjunto com o movimento abolicionista no sentido de conquistar a alforria. Ribeiro (2012) explica que, às vésperas do anúncio oficial da abolição da escravatura, os escravos incendiavam canaviais e realizavam fugas em massa à cidade. Ao mesmo tempo em que setores hegemônicos preocupavam-se com a “ordem urbana”, os fugitivos recebiam o apoio da população:

Nos jornais, desde princípios de março daquele ano, eram registradas as notícias da chegada dessas levas de *retirantes*, como ficaram conhecidos os escravos que, abandonando suas fazendas, grande parte deles, das freguesias rurais, como São Gonçalo e São Sebastião, rumavam em direção a Campos (RIBEIRO, 2012, p.146). (...)

Retirando-se sem grandes conflitos ou impedimentos das fazendas, os escravos não encontravam resistência por parte da polícia quando chegavam à cidade. Diante do quadro e do número de escravos, o que poderia fazer a polícia? A população os auxiliava e o apoio era incontestável. Poucos foram os senhores que se aventuraram a buscar seus escravos. “Mais de 500 chegavam diariamente à cidade sem fazerem a menor desordem, e sem serem também incomodados pela polícia” (FEYDIT, 1979, p. 371). (*ibidem* p.146).

Após a abolição, os negros libertos das fazendas campistas procuraram pelos seus próprios significados de liberdade que, no geral, estava ligada ao relacionamento que ele mantinha com o trabalho e com a terra. A “liberdade” conquistada não trazia maiores direitos ou grandes possibilidades de escolha. “No geral, mudaram as formas de exploração do trabalho e, não a exploração em si” (RIBEIRO, 2012, p.218). No entanto, para muitos deles, a liberdade significava um total desprendimento. Abdicavam qualquer vínculo espacial, familiar ou laboral. Afastavam-se de qualquer tipo de relação de trabalho que lembrasse os tempos do cativo:

A mão de obra livre em Campos seguiu, aparentemente, pelos seguintes caminhos: 1) permanência dos ex-escravos junto aos antigos senhores, mantendo, muitas das vezes, as antigas formas de relação patriarcal, mas agora voltadas não mais para a violência e sim resignificadas por um novo prisma: a proteção; 2) libertos que, ligados ou não a antigos ou novos senhores, estabeleceram relacionamento de vida e trabalho com a terra, desenvolvendo, quase sempre, produções familiares de pequeno excedente para a venda; 3) inserção no mercado de trabalho, especialmente, nas fazendas da região; 4) e, *por fim, aquele grupo que tendo inicialmente negado a nova ética, continuou a negar o trabalho assíduo e frequente, empregando-se apenas em jornais ou diárias, quando não apenas vivendo pelo mundo, sem estabelecer relação com a terra, com a família ou com o trabalho, parecia ligar-se apenas à liberdade* (RIBEIRO, 2012, p.221, grifo do autor).

Muitos deles, por escolha ou por falta de opção, passaram a viver nas ruas, que se tornavam locais de moradia e sustento. Outros, na tentativa de refazer suas vidas, passavam a viver em cortiços. Assim, a cidade crescia e aumentavam-se também os problemas urbanos, principalmente aqueles relacionados à insalubridade, haja vista a ocupação de áreas alagadas e pantanosas, além das péssimas condições dos cortiços onde morava a população pobre. Somam-se a isso as constantes enchentes e as doenças epidêmicas que atingiam a população, como a peste bubônica e a tuberculose (FARIA, 2000; FREITAS, 2011).

O cenário de uma cidade de herança colonial, com seus modelos inconvenientes de habitação, apresentava-se inapropriado para os padrões urbanísticos adequados aos processos

de acumulação capitalista e desejados pela elite local. Esta começa então a propagar discursos no sentido de promover mudanças na configuração da cidade, dotando-a de símbolos do progresso e de uma imagem de modernidade (FARIA, 2000).

Até então, a rua constituía-se como o lugar das relações sociais, culturais, econômicas, de luta e de resistência para a população pobre. No entanto, a partir de agora, na cidade que passou a ser a sede do capital, a rua deixa de ser um lugar de tais práticas e passa a ser símbolo do progresso, da circulação de mercadorias. Nesse contexto, os jornais e revistas campistas passaram a publicar diversos artigos, nos quais médicos e engenheiros propagavam ideias higienistas e defendiam a transformação do espaço urbano (POHLMANN e FARIA, 2013).

Era comum encontrar artigos criticando os hábitos ditos “viciosos” da população pobre que vivia nas ruas, em uma tentativa de moralizar tal segmento social. É o que se percebe neste artigo de autoria do promotor público Lima Thompson, publicado na revista *A Aurora-Letras-Artes-Sciencias* em maio de 1900 e transcrito por Pohlmann e Faria (2013, p. 07):

“em um paiz como o nosso, onde em pouca monta se tem interesse commum, um problema que está a clamar por urgente solução é o meio de se oppor um dique a vadiagem, que se avoluma dia a dia, ao incitamento do pouco caso com que o governo deixa sem remédio eficaz tão grande mal (...) Uma verdadeira medida de hygiene social deve ser forçosamente adoptada para que o governo não se torne cúmplice da perdição desses indivíduos que, atirados aos caprichos da sorte, irão mais tarde engressar as fileiras dos criminosos (...) A creação de colônias agrícolas, pois, é a medida regeneradora que se impõem aos nossos governantes (...) Reprima-se a vadiagem e termos a estatística criminal de Campos reduzida a nulas proporções (A AURORA, ANNO-VIII, 13/5/1900.p.10 *apud* POHLMANN e FARIA, 2013, p. 07).

Com o passar do tempo, as discussões sobre as condições do espaço urbano tomam conta do cenário político local, levando à criação de normas referentes à limpeza pública, higiene, à construção e manutenção de matadouros, cemitérios e também das habitações na área central (FARIA, 2005). Na Câmara Municipal criou-se ainda uma Comissão Higiénica a fim de visitar os cortiços e fechar aqueles que não apresentassem as devidas condições higiênicas (POHLMANN e FARIA, 2013).

As normatizações referentes ao uso dos espaços públicos atingiam principalmente as pessoas pobres que, por não serem absorvidas pelo comércio e pela indústria, utilizavam as ruas da área central da cidade para habitar e também para executar atividades de subsistência. Desse modo, tornava-se cada vez mais difícil realizar atividades como a de engraxate e a de

vendedor ambulante. Além disso, tornou-se comum ter a força policial levando os chamados “mendigos”, “vagabundos” e “vadios” para a delegacia (POHLMANN e FARIA, 2013).

Essa questão normativa possui íntima relação com o fim da escravidão que levou os negros anteriormente escravizados a buscarem novas formas de vida e sobrevivência. O Estado brasileiro agia no sentido criminalizar a vadiagem e instituir uma ética do trabalho. Aqueles que se opunham a essa ética eram considerados perigosos. Conforme Valença (2014, p.98):

No início da era republicana, a necessidade de se criar uma ética voltada para o trabalho, o aumento da pauperização visível e o medo do que se chamava, nos discursos legislativos, de “ordas de ex-escravos” conduziram a uma criminalização das ilegalidades populares e à construção dos saberes acerca dessa classe perigosa, com grande contribuição da criminologia positivista, mas, também, da dogmática penal. Nesse contexto criminalização da vadiagem é, sem dúvidas, uma expressão desse processo de identificação do crime com a pobreza.

Conforme Ribeiro (2012), aos olhos da sociedade o escravo aparecia como um elemento a ser tutelado. Acreditava-se que seria necessário tutelar suas atitudes e cercear os antigos hábitos então considerados tendentes à promiscuidade, à desordem e ao ócio. A dita liberdade deveria ser moldada de acordo com os princípios hegemônicos, com total submissão à “moral” estabelecida:

Acima de tudo paira a aplicação ao trabalho, já que seria ele o instrumento moralizador dos negros – em consequência dele viriam o respeito à ordem, à família, a moralidade, entre outros. Sua dignidade seria construída nos próprios esforços empreendidos em torno do trabalho, de modo a fazê-los entender que à liberdade que lhes foi “concedida” em nada poderia consistir na vadiagem e na entrega aos vícios. Eis o significado socialmente foi atribuído à liberdade do negro – liberdade de entrega ao trabalho e à moralidade. Repreensão representada contra seus “vícios” significava-lhes o cerceamento dessa mesma liberdade e, por isso mesmo, é que os negros irão desenvolver significados vários para as suas muitas liberdades (RIBEIRO, 2012, p.209).

Na concepção das classes dominante, o Centro de Campos dos Goytacazes deveria ser ocupado primordialmente pelas elites urbanas em ascensão, como os políticos, industriais, comerciantes, profissionais liberais e intelectuais. Para a população pobre, restavam apenas as áreas periféricas, com péssimas condições de habitação (FARIA e POHLMANN, 2015).

Sobre a desigualdade espacial entre o centro e a periferia, Villaça (2001, p.143) explica que “o primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos públicos e privados, é ocupado pelas camadas de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua é ocupada,

predominantemente, pelos excluídos”. Assim, morar no centro significa ter fácil acesso a todos os bens e serviços que a cidade pode oferecer, enquanto morar na periferia é justamente o oposto.

Em 1902 o engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito elabora um plano de saneamento e melhoramentos para a cidade de Campos dos Goytacazes, a pedido do então presidente da Câmara Municipal Benedito Pereira Nunes. O projeto de Brito baseava-se na ideia de “ordem” e de “progresso”, prezando por um crescimento e um desenvolvimento urbano ordenado e bem controlado. Entretanto, o plano não chegou a ser totalmente executado, apenas algumas intervenções pontuais e isoladas foram realizadas seguindo suas orientações (FARIA, 2000).

Nos anos seguintes, o espaço urbano da cidade continuou sofrendo importantes modificações. Conforme Faria (2000, p.06), o poder público municipal persistia em aplicar seu projeto de modernização, essencialmente, na parte central da cidade:

As ruas 21 de Abril, Sete de Setembro, Constituição e Formosa serão alargadas; a antiga Praça das Verduras é urbanizada e transformada em praça de lazer; a Praça São Salvador, já com um belo jardim, é ornamentada com uma fonte, os edifícios se renovam como o edifício Rennes, o edifício do Café High Life, do Bon Marché, novos edifícios aparecem como o do Banco do Brasil (1910), a nova sede da Associação Comercial (1913), o edifício dos Correios e Telégrafos e a sede da Banda de Música Lira de Apolo (1917), o teatro Trianon (1921). Outros edifícios comerciais a sede do O Monitor Campista, o Café Americano. A maior parte destas construções se encontram na Praça São Salvador ou no cruzamento da rua 7 de Setembro com 13 de Maio, chamado Boulevard da Imprensa, o que transforma estes lugares, em pontos de centralidade e animação, muito importantes para as relações sociais na cidade (FARIA, 2000, p.06).

Apesar de tais mudanças, nem a situação da cidade, nem as condições de vida das populações pobres foram realmente melhoradas. A maior parte das intervenções limitava-se à região central da cidade, provocando a expulsão da população pobre em direção às áreas periféricas, onde ainda existiam pântanos e alagadiços e os serviços de infraestrutura ainda não haviam chegado. Além disso, as áreas mais afastadas eram escolhidas para a construção de matadouros, presídios, cemitérios, além de hospitais especializados em doenças de caráter epidêmico e contagioso (FARIA, 2005; FARIA, 2005b).

Ainda nas primeiras décadas do século XX a divisão social do espaço urbano campista começou a se modificar. Nesse período, a burguesia, influenciada pela arquitetura e urbanismo modernos, passou a necessitar de espaços maiores para abrigar um novo padrão de moradia. Como o centro apresentava uma estrutura urbana colonial, com ruas estreitas e

tortuosas, e uma área já densamente povoada, ele se mostrou inviável para absorver tal padrão. Assim, novos eixos de expansão foram delineados pela burguesia, que orientou a ocupação no sentido oeste, em uma das áreas mais altas da cidade, já dotada de alguns serviços e infraestruturas, como a Estação de Ferro Leopoldina, a sede e hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Liceu de Humanidades de Campos (FREITAS, 2011; TERRA, 2007).

Com a mudança de grande parte da burguesia para essa região, a área passou a atrair novos investimentos do poder público e privado, com obras de infraestrutura urbana e com a instalação de um setor de comércio e serviço diversificado, consolidando-se como novo ponto de centralidade da cidade, que continuou a atrair a construção de moradias voltadas à população de alta renda. Ao mesmo tempo, começavam a surgir os primeiros bairros periféricos, tais como Turfe Clube, Saco e Matadouro, caracterizados por uma ocupação de classes menos abastadas (FARIA e POHLMANN, 2013).

Mais a frente, nas décadas de 1930 e 1940, os efeitos de um crescimento urbano complexo e mal controlado eram bastante evidentes. Na imprensa, as reclamações denunciavam a existência de uma cidade que até então era desconhecida pelo poder público, mais preocupado com o embelezamento e estruturação da parte central. A aparição de novos jornais representativos de outros grupos e de outros interesses revelavam os jogos de forças nas intervenções, contribuindo para a expansão da cidade em diferentes direções.

Em 1944, no governo de Salo Brand, a empresa Coimbra Bueno elabora um plano de urbanização apoiado nos princípios do urbanismo científico, aliando beleza e funcionalidade. O plano buscava, principalmente, orientar a expansão da cidade em direção às áreas periféricas, integrando, por exemplo, inúmeros bairros que não haviam sido considerados pelos planos anteriores (FARIA, 2000). Todavia, o que se viu foi a consolidação da importância da área central e adjacências, e suas representações de área privilegiada e hierarquizada definindo-a como o “Centro Histórico” (FARIA, ZACCHI e MOTHÉ, 2013).

Segundo Faria (2005), entre as décadas de 50 e 60 ocorre a intensificação da dualidade centro-periferia, evidenciando-se a falta de investimentos nas áreas periféricas. Isso ocorreu, em grande medida pelo fato de a cidade ter recebido da área rural muitos trabalhadores que de lá foram deslocados em virtude do declínio das lavouras de café e do advento das novas leis trabalhistas. Estes seguiam ocupando os espaços distantes do Centro, resultando na formação de favelas.

Para Corrêa (1989), as favelas constituem uma expressão da segregação imposta, onde os grupos sociais menos favorecidos dispõem de pequenas ou nulas opções de como e onde morar. Segregação que é imposta pela classe dominante via o controle do mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção. Nesse processo, o Estado atua seletivamente de acordo com os interesses do grupo dominante. O autor explica que:

É na produção da favela (...) que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é , antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 1989, p. 30).

Rolnik (2004) considera que as favelas constituem uma das formas pelas quais a população de baixo poder aquisitivo encontra para viver na cidade. Todavia, ao fazê-lo, fogem dos parâmetros capitalistas de ocupação da terra urbana:

Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É o inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da política, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar, dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto. (ROLNIK, 2004, p.69).

Faria (2005) explica que a partir da década de 1970, a agroindústria açucareira que, até então, era a principal base econômica, passa a sofrer forte decadência, havendo o fechamento de várias usinas. Com a redução dos postos de trabalho, intensifica-se o fenômeno da migração de mão de obra, aumentando, assim, o processo de favelização. Segundo a autora, baseando-se em dados de IBGE e Póvoa (2002), em 1940 a população urbana de Campos representava apenas 30% do total da população campista. Neste mesmo período, existiam quatro favelas na cidade. No início da década de 80, em uma população total de 348.461 pessoas, 58% das pessoas viviam na área urbana. Em 1996, já havia 32 favelas na cidade.

Na década de 1990, com o advento da economia do petróleo, um novo ciclo se inicia nos municípios do Norte Fluminense. Por abrigar a Petrobrás e a maior parte da infraestrutura produtiva, Macaé adquire importante destaque na região. Apesar de não sediar o complexo petrolífero, Campos se apresenta como importante fornecedor de mão de obra especializada e adquire posição fundamental por abrigar funções comerciais e de serviços. Além disso, é ele o município da região que mais se beneficia com os recursos proveniente dos royalties e participações especiais da exploração de petróleo e gás. A tabela 03 mostra a evolução dos recursos recebidos por Campos dos Goytacazes provenientes da exploração de petróleo.

Tabela 03
Evolução das rendas petrolíferas – Royalties e Participações Especiais – Campos dos Goytacazes (1999 a 2016)

Ano	Royalties e Participações Especiais (Valores Correntes R\$)	Variação (%)
1999	R\$ 57.049.478,33	-
2000	R\$ 157.870.442,17	176,7%
2001	R\$ 200.261.211,38	26,9%
2002	R\$ 348.260.944,92	73,9%
2003	R\$ 475.182.177,54	36,4%
2004	R\$ 549.607.310,98	15,7%
2005	R\$ 678.425.571,67	23,4%
2006	R\$ 852.565.850,92	25,7%
2007	R\$ 780.099.183,21	-8,5%
2008	R\$ 1.168.642.499,45	49,8%
2009	R\$ 993.167.279,11	-15,0%
2010	R\$ 1.016.021.871,72	2,3%
2011	R\$ 1.235.611.249,66	21,6%
2012	R\$ 1.354.233.313,47	9,6%
2013	R\$ 1.303.272.971,54	-3,8%
2014	R\$ 1.208.366.996,05	-7,3%
2015	R\$ 618.403.172,23	-48,8%
2016	R\$ 352.662.405,09	-43,0%

Fonte: InfoRoyalties, a partir da Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>>. Acesso em: 03/09/2017. Organização do autor.

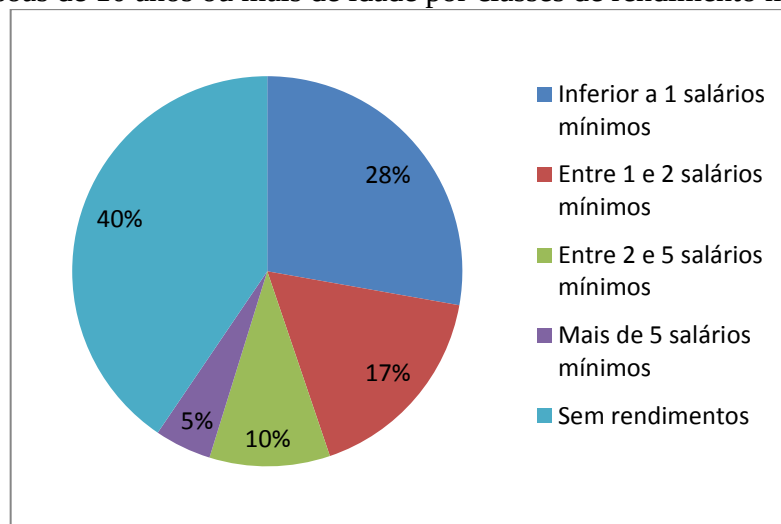
Ressalta-se ainda que o município de Campos dos Goytacazes tem sido beneficiado diretamente com a instalação do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu na pequena cidade vizinha de São João da Barra. As mudanças na estrutura produtiva da região têm provocado impactos econômicos e sociais no município, pois há uma elevação do *status* socioeconômico de parte da população, ao mesmo tempo em que ocorre um afluxo de trabalhadores pobres e com baixa qualificação.

Apesar de ser um polo de ensino superior, com inúmeras universidades públicas e privadas, dados do Censo 2010 revelam que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade é de 6,9%, o que corresponde a um total de 24.567 pessoas. Da população total do município, 33.386 pessoas nunca sequer frequentaram creche ou escola.

Quando observados os dados sobre a renda no município percebe-se que do total da população com 10 anos ou mais de idade apenas 5% ganhava mais do que 5 salários mínimos.

Por outro lado, 40% não possuía qualquer rendimento e 28% vivia com menos de 1 salário mínimo por mês (Gráfico 06).

Gráfico 06
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento mensal



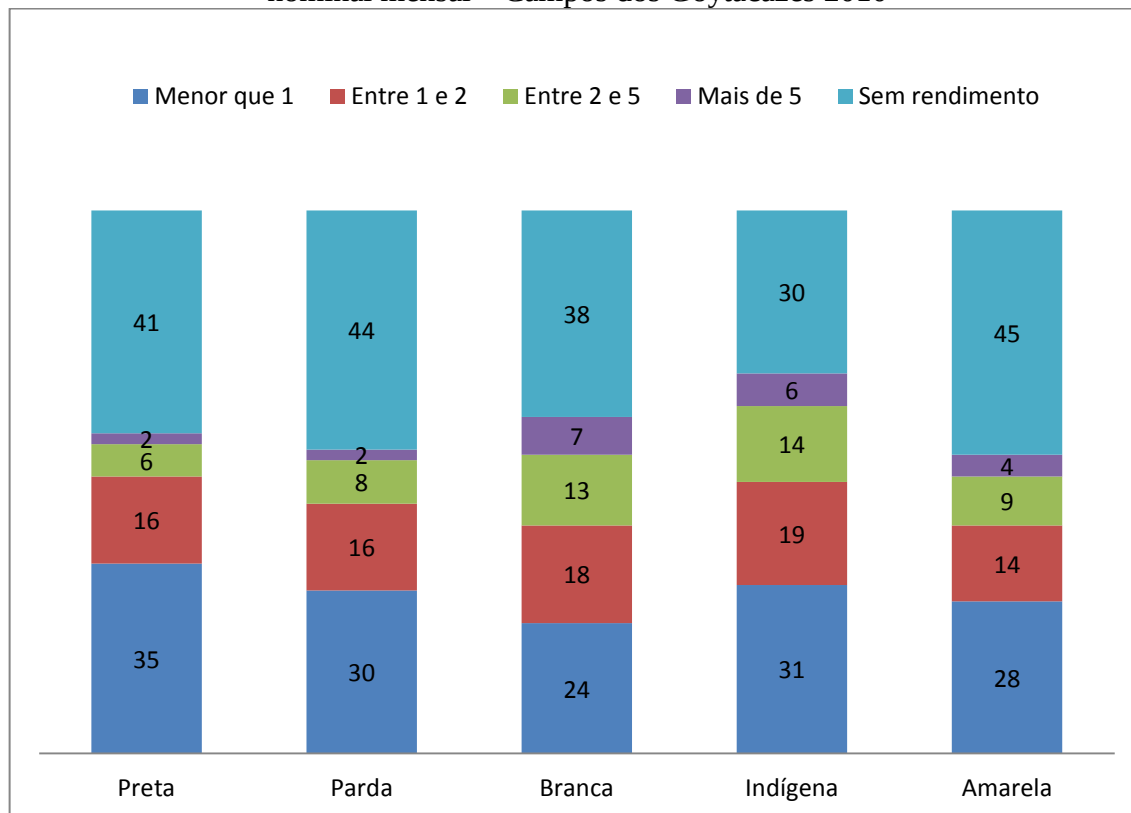
Fonte: IBGE (2010)¹¹. Organização do autor.

Quando se analisa a desigualdade de renda considerando o fator cor ou raça, os dados demonstram que, embora em todos os grupos haja forte discrepância de rendimentos, na população negra (pretos e pardos) essa diferença é ainda maior, conforme mostra o gráfico 07.

¹¹ Disponível em: <http://cidac.campos.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/07/Tabela_1_Trab_Rend.pdf>. Acesso em: 11/09/2017.

Gráfico 07

Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo cor ou raça, por classes de rendimento nominal mensal – Campos dos Goytacazes 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010). Organização do autor

Entre a população negra e parda, estão os menores percentuais daqueles que se encaixam na classe de rendimento entre 2 e 5 salários mínimos. Na classe de rendimentos maior que 5 salários mínimos, o percentual entre brancos é mais do que o triplo do percentual entre pretos e pardos, o que significa um baixo percentual de negros entre os mais ricos.

Enquanto na população branca os que recebem menos de 1 salário mínimo representam 24%, na população parda o percentual é de 30% e na população negra chega a 35%. Entre aqueles que não possuem rendimentos, os maiores percentuais estão entre as pessoas que se declaram de cor amarela, seguida dos pardos e pretos, com 45%, 44% e 41%, respectivamente.

A grande quantidade de pessoas vivendo com baixos rendimentos reflete no alto índice de beneficiários do Programa Bolsa Família. Segundo dados do CadÚnico¹² referentes a junho de 2017, 33.153 famílias recebem os recursos do programa de transferência de renda, o

¹² Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad>. Acesso em: 03/09/2017.

que corresponde a 24,4% das famílias do município. O número total de beneficiários é de 109.821 pessoas, ou seja, 23,7% da população do município.

Essa desigualdade reflete em um espaço urbano desigual e fragmentado. A cidade apresenta um elevado número de pessoas morando em aglomerados subnormais, denominação dada pelo IBGE às favelas.

Dados do Censo 2010 revelam que a cidade possui 27 aglomerados subnormais, onde residem mais de 15 mil pessoas, conforme mostra o quadro 01.

Quadro 01
Aglomerados subnormais em Campos dos Goytacazes

Domicílios particulares ocupados	142.637	Unidades
Número de aglomerados subnormais	27	Unidades
Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	4.595	Unidades
População residente em domicílios particulares ocupados	461.879	Pessoas
População residente em domicílios particulares em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	15.777	Pessoas

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010). Organização do autor

Conforme mostra o quadro 02, enquanto no conjunto do município a população preta e parda somam 50,74%, nas favelas elas chegam a 73,44%, o que denuncia a permanência de uma segregação da população negra na cidade.

Quadro 02
População segundo cor/raça

Raça/cor	No município	(%)	Em favelas	(%)
Preta	65517	14,13	3944	25,00
Parda	169777	36,61	7643	48,44
Indígena	302	0,07	13	0,08
Branca	225088	48,54	3985	25,26
Amarela	2985	0,64	192	1,22
Sem declaração	62	0,01	-	-
Total	463.731	100	15.777	100

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010). Organização do autor

Essa população negra, em sua maioria, é descendente de negros que inicialmente eram escravizados e tinham as fazendas como local de moradia. Posteriormente, com o fim da escravidão, tiveram inicialmente como opção de subsistência o trabalho nas antigas atividades nas terras dos antigos senhores por meio do sistema de parceria, no qual permaneciam nas terras, no entanto dividiam a safra com os fazendeiros. Todavia, mediante a modernização

produtiva e das relações trabalhistas, assim como da posterior crise e decadência do setor sucroalcooleiro, os negros libertos buscam nas cidades novas ocupações em outros setores, em especial, nos da construção civil e de serviços. Com os baixos salários, em muitos casos a opção de moradia é a favela. Silva e Almeida (2017) explicam:

Assim, se a cultura da cana-de-açúcar representou, até meados do século XX, a forma comum de subsistência da classe trabalhadora na Região, sendo ao mesmo tempo espaço de trabalho, de subsistência e lugar de convivência e moradia, a expulsão dos trabalhadores do campo com a mecanização e modernização das relações de trabalhos os re-territorializa, lançando-os em um novo processo de reprodução social sem nenhum tipo de proteção social.

O quadro 03 permite comparar o rendimento per capita nos domicílios particulares no conjunto do município e também nas favelas que compõem o espaço urbano de Campos dos Goytacazes.

Quadro 03

Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento domiciliar per capita
Campos dos Goytacazes - 2010

Classes de rendimentos	No município	(%)	Em favelas	(%)
Inferior a 1 salário	86.908	61,0	3.698	80,6
Entre 1 e 2 salários	26.431	18,6	416	9,1
Entre 2 e 5 salários	15.971	11,2	85	1,9
Mais de 5 salários	5.939	4,2	18	0,4
Sem rendimentos	7.133	5,0	370	8,1
Total	142.637	100	4.588	100

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010). Organização do autor

Observa-se uma grande desigualdade nos rendimentos das famílias. Mais de 60% dos domicílios possuem rendimento per capita inferior a 1 salário mínimo. Além disso, 5% não possui qualquer rendimento. Por outro lado, em 4,2% dos domicílios o rendimento domiciliar per capita é de mais de 5 salários mínimos.

Essa desigualdade é ainda maior nas favelas, onde 80,6% dos domicílios possui um rendimento domiciliar per capita de menos de 1 salário mínimo. Já aqueles domicílios enquadrados na classe de rendimento superior a 5 salários mínimos representam 0,4%.

O percentual de domicílios com rendimentos entre 2 e 5 salários é 6% superior no conjunto do município em relação às favelas. Já quanto aos domicílios enquadrados na classe rendimento superior a 5 salários, o percentual é 10 vezes superior no conjunto do município

do que nas favelas. Portanto, o que se tem é uma predominância de pessoas pobres e negras vivendo em condições de alta vulnerabilidade, com dificuldades de acesso aos serviços de saúde, educação, segurança e lazer.

Sobre essa questão, Campos (2005, p.151) afirma:

Historicamente, a cidadania ainda não aportou nas favelas, pois permanece a frequente falta de respeito ao cidadão, entendido em sua maior parte como de segunda categoria. (...) Assim como os negros escravos, que não tinham direitos civis, os favelados, enquanto favelados (reafirmando-se sua maioria como afro-descendente), também não os têm, pois até os direitos mínimos, constitucionais, são literalmente ignorados pela sociedade (CAMPOS, 2005, p. 151).

Ainda sobre o espaço urbano de Campos dos Goytacazes, nos últimos anos diversos empreendimentos residenciais e comerciais voltados para a população de maior poder aquisitivo vem sendo construídos no espaço urbano da cidade, conforme escrevem Faria, Zachi e Mothé (2013, p.78):

Os empreendimentos residenciais são os condomínios horizontais fechados, que após serem dotados de todos os serviços urbanos exclusivos pelo setor privado, além de segurança, lazer, tornam-se caros apenas acessíveis às camadas de alta renda. Os empreendimentos comerciais são os hiper-mercados, concessionárias de grandes marcas de veículos, sobretudo importados, hotéis pertencentes a grandes redes internacionais, *shopping center*, que também já são construídos com toda infraestrutura de que necessitam. O acesso e infraestrutura básica são garantidos pelos investimentos públicos (FARIA, ZACCHI e MOTHÉ, 2013, p.78).

Diferente das favelas, os condomínios de luxo possuem acesso a uma infinidade de serviços urbanos, em grande medida mediante os investimentos do poder público. Nas palavras de Corrêa (1998), trata-se de uma auto-segregação, de modo que a classe dominante seleciona pra si melhores áreas para habitar, excluindo-as do restante da população:

A expressão desta segregação da classe dominante é a existência de bairros suntuosos e, mais recentemente, dos condomínios exclusivos e com muros e sistema próprio de vigilância, dispondo de áreas de lazer e certos serviços de uso exclusivo (CORRÊA, 1989, p.64).

Para a população de baixa renda, ressalta-se a atuação do poder público municipal na construção de conjuntos habitacionais populares a partir da política habitacional “Morar Feliz”, instituída em 2009 pela gestão do local. A política em tela teve como objetivo a construção de 10.000 casas para atender as famílias moradoras de áreas de risco, ou aquelas famílias usuárias do aluguel social e encaminhadas ao programa por motivo de

vulnerabilidade social ou ambiental e ausência de moradia. As casas são geminadas e padronizadas, tendo uma área edificada de 43,08 m², em lote de 140 m². Os recursos para a realização do programa foram provenientes dos royalties e participações especiais advindos da exploração do petróleo na Bacia de Campos (FARIA, POHLMANN, 2016).

Dutra e Terra (2017) afirmam que na primeira etapa do projeto, entre os anos de 2011 e 2012, foram ofertadas 5.426 casas populares em 14 conjuntos habitacionais, espalhados em 10 bairros da cidade. A segunda etapa do programa, que se deu no período de 2013 a 2016, tinha a proposta de construir mais 4.574 casas populares, sendo esta fase mais voltada para o interior do município. No entanto, apenas 672 moradias foram entregues. No total, foram construídas 6.098 casas.

Apesar de se constituir como uma política de grande relevância, os estudos indicam que a mesma apresentou problemas em sua formulação e implementação. Em geral, os conjuntos foram construídos em locais bastante afastados das áreas centrais da cidade, dificultando o acesso da população aos comércios e aos serviços públicos básicos, como transporte, saúde, educação e lazer. Também foram identificados problemas na estrutura das casas, como rachaduras, infiltrações, assim como deficiências nas redes de esgoto, água e energia elétrica. Além disso, prevalece a falta de atenção da prefeitura no acompanhamento das famílias na pós-ocupação, prevalecendo um sentimento de abandono e descaso (DUTRA, 2015; DUTRA E TERRA, 2017).

Importa ainda ressaltar que, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), com base no Censo Demográfico 2010, o município de Campos de Goytacazes apresentava um déficit habitacional de 11.717 unidades. O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários, coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (quando 30% ou mais da renda familiar é gasta com aluguel) e adensamento excessivo nos domicílios alugados.

Não é possível fazer uma relação direta entre o Programa Morar Feliz e o déficit habitacional, pois os parâmetros utilizados são diferentes. No entanto, ainda que a política habitacional considerasse apenas os critérios do IBGE, observa-se que grande parte do déficit ainda se manteria, haja vista que o Morar Feliz atingiu apenas 60% da meta estipulada. Além disso, o número de unidades previstas era menor que o déficit habitacional mensurado à época. Dados precisos sobre essa questão só poderão ser analisados a partir do Censo de 2020.

Por outro lado, importa ressaltar que há no município um total de 20.879 imóveis vagos, ou seja, que não estão servindo como moradia para ninguém (IBGE 2010). No entanto, não se deve pensar que estes podem ser automaticamente ocupados por quem não tem moradia. Apesar de haver habitações vazias, ocorre é um processo de concentração.

As mudanças econômicas e sociais ocorridas em Campos nas últimas décadas provocaram uma transformação na configuração do seu Centro Histórico. A partir de meados dos anos 1980, com o declínio da economia açucareira, a elite que historicamente ocupou aquela área perde sua influência, resultando na modificação das representações do Centro Histórico enquanto um lugar privilegiado na cidade. Assim, a área deixa de ser prestigiada pelas classes mais abastadas e passa a ser mais frequentada pela classe popular e por uma classe média emergente da cidade (PIMENTEL, 2016, p.51).

Segundo Paes (2006), nesse processo, o Centro Histórico perde parte do seu *status* e dinamismo para áreas contíguas, com destaque para o Bairro Pelinca, localizado a oeste, que se estabeleceu como um novo centro de moradia e comércio dirigido a um grupo de poder aquisitivo mais elevado e que demanda por serviços especializados e mais sofisticados. Ressalta-se, no entanto, que apesar de ter perdido certo prestígio, o lugar ainda apresenta grande relevância na cidade, haja vista possuir uma variedade de equipamentos e serviços que não são encontrados em outro lugar na cidade. Como explica Paes (2006, p.69):

[...] o Centro ainda reteve um importante número dos chamados setores de serviços e empresas geradores de serviços e empregos [...]. Localizam-se também neste espaço, órgãos da administração, do poder judiciário, serviços educacionais, serviços financeiros e contábeis, serviços de saúde e atividades ligadas ao setor têxtil-vestuário. Também os serviços de necessidade mais contemporânea como os da área de informática, gráficas e copiadoras, assim como serviços ópticos e fotográficos (PAES, 2006, p.69).

Embora ainda seja ocupada por algumas residências, essa não é a principal forma de ocupação da área. Na verdade há agora uma forte concentração de atividades comerciais e de serviços, dando ao Centro uma fluidez particular. Nos dias úteis e no horário comercial percebe-se um fluxo intenso de pessoas, contrastando com as noites, finais de semana e feriados, quando a área recebe novos usos por grupos não hegemônicos, tais como os agentes da prostituição, vendedores ambulantes e pessoas em situação de rua.

CAPÍTULO 02 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

“Moça, você tem dinheiro pra eu comprar uma sandália de dedo, roubaram a minha aqui na rua e o chão está muito quente para eu andar descalço!”. O pedido é de uma travesti, de 26 anos, ela prefere não se identificar, mas conta que saiu de casa aos 18 anos, porque a família não aceitava sua condição sexual. Após morar com amigos e colegas que conheceu pela vida, a condição financeira não permitiu que pagasse mais aluguel e foi parar nas ruas. A jovem “mora”, junto com outras pessoas, no Centro de Campos. Por volta das 7h da manhã ainda é possível encontrar muitos moradores dormindo, principalmente na calçada do Edifício Ninho das Águias e Correios. Há também um grupo se abrigando embaixo da marquise de uma loja de fotografias fechada e outro ao lado da loja de flores, ao lado da Catedral. (Ururau Jornal Online, “Moradores de rua ocupam ruas do Centro de Campos”, 23/05/2016.¹³).

“Em Campos, conforme dados da Secretaria da Família e da Assistência Social, em agosto, 78 pessoas nessas condições passaram pela abordagem social realizada por equipes do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Esses grupos escolheram como áreas mais comuns de concentração a Praça São Salvador, Jardim São Benedito, Rodoviária Roberto da Silveira, Praça da República, Rio Providência, Zaga (Avenida 28 de Março) e Praça do Liceu.” (Folha da Manhã, “Morador de rua: situação limite”, 08/09/2013.¹⁴).

Os textos acima são fragmentos de notícias publicadas por sites jornalísticos de Campos dos Goytacazes e evidenciam uma realidade bastante comum na cidade, que é a presença de pessoas em situação de rua. As duas notícias dão destaque para a localização dessa população no espaço urbano, demonstrando sua concentração em áreas do Centro da cidade.

De fato, ao caminhar pelas ruas da área central de Campos dos Goytacazes, é comum encontrar pessoas nessas condições, ocupando calçadas, praças e marquises. Analisar os usos do território por essa população apresenta-se como um enorme desafio. Embora constituam um grupo populacional, esses sujeitos apresentam particularidades e estratégias específicas de habitação e sustento na cidade. Nesse sentido, esta seção do trabalho busca analisar como se dão as estratégias de sobrevivência da população de rua que ocupa o Centro da cidade.

¹³Disponível em: http://novosite.ururau.com.br/columasmenu/cidades/f3dc06719b720c81e8ece174f8f50983161dbbe2_moradores_de_rua_ocupam_ruas_do_centro_de_campos Acesso em: 19/06/2017.

¹⁴ Disponível em: <http://www.folha1.com.br/ conteudo/2013/09/geral/635821-morador-de-rua-situacao-limite.html> Acesso em: 19/06/2017.

2.1. A rua como espaço de morar

Conforme Ribeiro (2012), o território usado é o espaço que é de todos e de todas as práticas. Logo, não pressupõe apenas limites pré-estabelecidos e admite diferentes escalas, assim como ações espontâneas nos diferentes espaços. Assim, a autora considera que o recurso ao conceito de território usado aumenta as oportunidades de fala dos muitos outros atores sociais, portanto, não apenas dos hegemônicos.

Ribeiro (2012) salienta que no reconhecimento da vitalidade do tecido social, é necessário reconhecer que a complexidade da vida urbana manifesta-se em todos os lugares, o que exige a superação do uso preponderante do “localizador social” representado pelo domicílio, que geralmente é utilizado como norte da interpretação da dinâmica social. Desse modo, considera-se que o território usado muito contribui na análise das estratégias cotidianas da população de rua, haja vista que para esse grupo social, a rua é usada de modo distinto do que pressupõe as “normas” sociais de uso do espaço.

Segundo Savério Sposito (2001), ninguém pode deixar de ocupar qualquer lugar para morar na superfície terrestre, já que ninguém vive suspenso no ar. No entanto, numa sociedade capitalista, caracterizada pela propriedade individual de bens, existe uma diferenciação entre a riqueza possuída por diferentes pessoas, o que vai resultar em desigualdades no modo de morar.

Enquanto alguns possuem grandes mansões, fazendas, barcos e até aviões particulares; outros possuem dinheiro suficiente para passar anualmente férias em lugares turísticos (praia, montanha com neve, etc.) e residem em residências com muito conforto; outros com muita dificuldade possuem sua casa própria, até, às vezes, dependendo de empréstimos do governo; e, finalmente, *existem também aqueles que nem têm onde morar, dependendo de favores ou perambulando pelas ruas da cidade em busca de qualquer abrigo, ocupando áreas embaixo de pontes ou proximidades de córregos, onde constroem com restos de materiais de construção, seus barracos* (SAVÉRIO SPOSITO, 2001, p.38, grifo nosso).

Lefebvre (2001) aponta uma diferenciação entre os conceitos de *habitar* e *habitat*. Enquanto o *habitar* está ligado ao sentido de viver a cidade em sua plenitude, participando ativamente de uma vida social urbana, o *habitat* restringe-se ao morar sem que a pessoa esteja inserida no movimento e na dinâmica do cotidiano da cidade. Ou seja, os cidadãos não teriam dimensão do contexto no qual está inserido, perdendo, assim, sua consciência criadora, sua consciência urbana.

Cavalcanti (1999, p.46) afirma que o habitar constitui um direito que se exerce não apenas pelo morar: “é morar bem, frequentar a cidade, morar com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades”.

Na mesma perspectiva, Carlos (2004) explica que o ato de *habitar* está na base da construção do sentido da vida, revelado nos modos de apropriação dos lugares da cidade a partir da casa. Ou seja, a habitação aí vai muito além da casa em si.

É preciso considerar que o espaço da habitação não pode se restringir ao plano da casa, pois o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. A partir da sua casa e para manutenção de sua via, o cidadão usa outros lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, os lugares de lazer. Esses usos se realizam num tempo determinado enquanto momentos da vida cotidiana (CARLOS, 2004, p.93).

Não se trata de desconsiderar o papel da casa no plano do vivido. Pelo contrário, é a partir de sua casa que o homem habita e se percebe no mundo. Nesse sentido, a casa envolve outras dimensões espaciais como a rua e depois o bairro, aonde vão se tecendo a trama de relações do indivíduo em sociedade através dos modos de uso dos lugares da cidade.

Entretanto, na lógica capitalista esse sentido torna-se incabível, de modo que os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial e suas casas se transformam em mercadorias passíveis de serem trocadas ou derrubadas. É assim que a atividade humana do habitar vai se reduzindo a uma finalidade utilitária.

Nesse processo, o cidadão se reduz à condição *de usuário*, ao passo que o ato de habitar se reduz àquele do morar (*stricto sensu*) e seu status se mede pela condição de proprietário de uma casa. [...] o habitar, enquanto ato social vai desaparecendo, ao mesmo tempo em que, a habitação vai se reduzindo a um mero abrigo (CARLOS, 2004, p.111).

Para aqueles que vivem nas ruas não há uma casa para servir de abrigo. Logo, não se confere a eles nem mesmo o status de proprietário, pois nada lhes pertence, nem mesmo um endereço. Seu habitat é a própria rua. É ela quem os abriga em seus cotidianos. Conforme Robaina (2015), se para a população domiciliada a casa é o lugar referenciado e convergente para a realização de atividades cotidianas como a alimentação, a higiene e o dormir, para as pessoas em situação de rua a casa é substituída por um conjunto de práticas, estratégias e lugares, de modo que para estes a rua deixa de ser apenas um lugar de passagem e de trânsito, adquirindo uma nova conotação.

Damatta (1997) escreve que na sociedade brasileira, em geral, a casa e a rua são encarados como espaços antagônicos, recebendo qualificáveis distintas. A casa é vista como o espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, ou seja, de tudo aquilo que define a ideia de "amor", "carinho" e "calor humano". Por outro lado, a rua seria um espaço definido precisamente ao inverso, sendo reconhecida como um local perigoso, onde devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral. É o local de individualização, de luta e de malandragem, onde cada um deve zelar por si, de modo que não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar algum tipo de confusão ou conflito. Trata-se, segundo o autor, de esferas de significação social que normalizam e moralizam o comportamento por meio de perspectivas próprias.

Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo assim, dentro de alguns dos seus espaços. Devo comer na sala de jantar, posso comer na varanda no caso de uma festa, mas não posso mudar de roupa na sala de visitas. A sugestão é suficiente para provocar risos ou mal-estar, sinal marcante de que temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e, naturalmente, de ações e reações (DAMATTA, 1997, p.50).

No entanto, esta não seria uma oposição estática e absoluta. O autor afirma que na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, de modo que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua "casa", ou seu "ponto". “Neste sentido, a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali “vivem” como “se estivessem em casa” (DAMATTA, 1997, p.55).

Melo e Vogel (1985), a partir de DaMatta, também consideram que casa e rua nem sempre apresentam uma oposição rígida. Em certos casos, a casa pode exercer funções públicas e a rua pode ser apropriada privativamente.

Na realidade, o universo da rua comporta relações de substância, domínios de intimidade e informalidade, lugares mais ou menos familiares, onde as relações contratuais, a impessoalidade, as formalidades e o valor-dinheiro se relativizam ou são parcialmente suspensos. Numa rua encontramos a casa enquanto moradia, a casa associada com o trabalho, o negócio ou estabelecimento puro e simples, além de áreas que, localizadas na rua propriamente dita (isto é, na parte não tomada pelas edificações ou casas, se constituem como pontos) (MELO e VOGEL, 1985, p.70).

Por sua vez, Souza (2017, p.56) considera que as oposições entre casa e rua cunhadas por DaMatta seriam fictícias, apresentando-se como uma forma de “modernizar o

culturalismo racista para os dias de hoje”. Uma forma de hierarquizar indivíduos segundo princípios morais.

Para Neves (1999), a rua não pode ser compreendida apenas pelo olhar externo. A autora afirma que, para aqueles que nela vivem, a rua é o lugar de abundância a ser vasculhada, de acolhimento a ser conquistado e de alternativas diante da condenação à morte. No mesmo sentido, Frangella (2004) chama a atenção para que a rua não seja vista como um mero logradouro, mas que deve ser considerada como um espaço urbano sobre o qual se constroem um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento.

Monteiro (2011) escreve que para aqueles que vivem nas ruas, este ambiente constitui o *locus* de sua existência, espaço de reprodução de suas relações sociais. Assim, buscam locomover-se para obterem sua sobrevivência diária e buscam locais onde possam abrigar-se para dormir e onde possam suprir suas necessidades de higiene e de alimentação. “É o cenário de todo o movimento cotidiano da vida, onde as atividades rotineiras do dia a dia, normalmente associadas a casa enquanto espaço de intimidade, é realizada no espaço público” (MONTEIRO, 2011, p.73).

Vieira et al (2004) sustentam que viver na rua significa adquirir novos referenciais de vida social. A rua entendida como o espaço de morar e sobreviver oferece diferentes possibilidades que são exploradas criativamente por seus moradores. Aqueles que moram na rua possuem um modo de vida próprio, desenvolvendo formas específicas de garantir a sobrevivência, de conviver com o mundo. Assim, possuem um outro olhar sobre a cidade, atribuindo novas funções aos espaços públicos.

Salienta-se, no entanto, que a inserção no mundo da rua não se dá de maneira repentina. Aos poucos a pessoa vai abandonando hábitos, costumes e conceitos, para gradativamente ir vivenciando e adquirindo um novo entendimento da rua e da vida. A rua deixa de ser o contraponto negativo da casa, entendida como proteção e cooperação, passando a ser percebida como espaço possível de sobrevivência, ou seja, como lugar de trabalho e moradia. Para alguns, esta é uma situação temporária; para outros, pode significar uma forma definitiva de viver na cidade.

2.1.1. Por que o Centro da cidade?

Em geral, há uma tendência de se encarar as ações da população em situação de rua na cidade como fruto do acaso. No entanto, os estudos indicam que a longa permanência

nesses espaços traz para esse grupo conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando estratégias específicas em cada cidade (LOSCHIAVO, 2009).

Para a população em situação de rua, o morar se dá mediante um processo envolvendo itinerâncias e fixações no espaço urbano, haja vista que não conseguem saciar suas necessidades básicas em um só lugar. No entanto, esse grupo tende a estabelecer um território de circulação, podendo englobar uma rua, um quarteirão ou um bairro, por exemplo. Ou seja, são itinerantes, mas dentro de um espaço delimitado. O que faz com que determinada área da cidade seja por eles ocupada é justamente a diferença no conjunto de possibilidades de acesso a recursos necessários.

Escorel (2003) explica que a definição desse local de permanência se dá a partir de alguns requisitos:

Verifica-se que, num primeiro momento, segurança e cobertura (abrigo ou teto) são os principais requisitos. Em seguida, para sobreviver nas ruas os locais são escolhidos segundo as possibilidades de oferta de água, alimentos e/ou doações e rendimentos. O mais difícil é conseguir um local onde possam de maneira regular tomar banho, lavar a roupa e limpar seus pertences. A dificuldade de acesso à água e à higiene é relativamente homogênea em todo o território urbano. Por outro lado, como em relação à comida há fartura de oferta e doações, este critério delimita um território relativamente vasto da cidade (ESCOREL, 2003, p.147).

Em geral, essa população concentra-se nas áreas centrais das cidades, haja vista as variadas facilidades que esses locais oferecem. Conforme Corrêa (1989), a área central das cidades possui significativa importância, constituindo-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia, ou seja, das cidades à sua volta. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes.

Robaina (2013) salienta que a escolha dessa área pelas populações de rua se deve ao fato do centro garantir melhores condições de sobrevivência em comparação a outras áreas da cidade, tendo em vista principalmente as possibilidades de realização de atividades laborais, bem como a concentração de ajudas assistencialistas. Escorel (2003) ressalta ainda que, estes locais, por ficarem desertos durante a noite, conferem ao grupo uma privacidade doméstica, sendo mais propícios ao descanso e à realização de atividades mais íntimas.

Nas palavras de Vieira et al (2009, p.103):

A população de rua tende a permanecer em lugares caracterizados por uma ecologia determinada, que favorece a sobrevivência. Ocupa bairros centrais e comerciais da

cidade que são fonte privilegiada dos recursos que necessita: alimentação, abrigo e trabalho. Regiões densamente ocupadas e frequentadas nos horários comerciais, que ficam, comumente, despovoadas e ociosas durante o período noturno e nos finais de semana.

A diversidade da arquitetura urbana nos centros oferece maiores alternativas de abrigo para essa população. Pontes, marquises, viadutos, frente de prédios privados e públicos, postos de gasolina, parques, praças, calçadas, dentre outros locais protegidos do frio e da exposição à violência estão entre os locais que são usados para atender às necessidades desses sujeitos. Os lugares mal iluminados nas ruas ou praças, que geralmente são evitados por pedestres, são escolhidos para ser usado como banheiro, lugar para dormir, fazer sexo ou consumir drogas ilícitas, por exemplo. O banho e a lavagem das roupas costumam ocorrer em fontes e chafarizes que estejam em seu caminho (DAIANE SANTOS, 2009).

Monteiro (2011) salienta que esses fragmentos de espaço tornam-se espaços de referência em que o próprio movimento da vida vai tomando seus contornos. “Espaços que, dominados e/ou apropriados, possuem a dimensão de território, assumindo ao mesmo tempo funcionalidades diferenciadas, ora como abrigo, ora como fonte de recursos que lhes assegurem a sobrevivência ou como espaços de lazer” (p.55).

Em Campos dos Goytacazes, essa dinâmica não é diferente. Embora também haja a presença de pessoas em situação de rua em outros locais da cidade, percebe-se claramente uma concentração dessa população no Centro da cidade.

As entrevistas com as pessoas que vivem nas ruas do Centro da cidade apontam que a escolha da área deve-se ao fato de o Centro apresentar melhores condições de sobrevivência em relação às demais regiões da cidade, principalmente em relação ao trabalho.

Aqui no centro é um local que a gente tem tudo que a gente quer. A gente arruma tudo... (Maria, 21 anos).

Às vezes saio, rapaz. Às vezes dá uma doideira na cabeça, vou pra praia... pra outro lugar... Mas aqui é melhor. Aqui eu tomo conta de carro, de moto. Agora eu tô só em moto. Aqui tem muito serviço, menino. Só não trabalha quem não quer. Aquilo lá é o quê? Papelão, não é? Então, já é dinheiro. Óh o mercado. Não trabalha quem não quer. Aqui não passa fome, não. Passa fome quem quer. (Sr. Antônio, 48 anos).

Aqui é gostoso de ficar. Trabalhar. A questão é essa. Eu acordo cedo, já começo a catar latinha... Aí no centro é bem melhor pra mim. (Sr. José, 62 anos).

Conforme já apontado anteriormente, o Centro de Campos dos Goytacazes é uma área concentra uma enorme variedade de atividades comerciais e de serviços. Há supermercados,

lojas de roupas e calçados, papelarias, farmácias, bancos, universidades, hospitais, clínicas médicas e odontológicas, postos de gasolina, entre outros. Essa grande quantidade de serviços faz com que pessoas de todos os lugares da cidade e até mesmo de outras cidades da região procurem o Centro de Campos dos Goytacazes diariamente.

O Centro oferece uma variedade de locais que se apresentam estratégicos no cotidiano da população de rua, como as praças, parques e as incontáveis marquises, que são usados para descanso ou proteção, por exemplo. Os locais movimentados são propícios para a realização de atividades laborais. O grande fluxo de pessoas e veículos torna-se uma oportunidade de trabalho para os chamados “flanelinhas”, por exemplo. Já a grande quantidade de lojas com a consequente produção de lixo, apresenta-se como uma fonte de trabalho para os catadores de materiais recicláveis. Ressalta-se ainda a existência de serviços públicos direcionados à população de rua e que também se localizam na área central da cidade ou em áreas adjacentes. Tudo isso faz do Centro uma área propícia para a moradia e sustento dessa população.

2.1.2. Os locais de permanência

Assim como na maioria das cidades, em Campos dos Goytacazes não existe um local único e específico no qual essas pessoas ocupam em suas vivências. A pesquisa permitiu identificar que na cidade há uma diversidade de espaços que são apropriados pela população em situação de rua no Centro da cidade.

A figura 03, que apresenta o mapeamento dos locais de concentração da população em situação de rua no Centro de Campos dos Goytacazes, demonstra a existência de oito pontos de ocupação e uso. São eles: o Hospital Plantadores de Cana, o Jardim São Benedito, a Ponte Leonel Brizola (Ponte da Rosinha), as praças São Salvador e República, além das proximidades do Teatro Trianon, do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e o espaço destinado ao Mercado Municipal.



Figura 03: Locais de concentração da população em situação de rua no Centro de Campos dos Goytacazes.
Fonte: Trabalhos de campo.

A partir das observações em campo, considerou-se que não seria adequado hierarquizar esses espaços, seja considerando a quantidade de pessoas aglomeradas ou os locais que são ocupados há mais tempo por essas pessoas. No entanto, ressalta-se que há locais que historicamente são ocupados por pessoas nessas condições, como é o caso da Praça São Salvador. Já outros, são de ocupação bastante recente, como é o caso do novo Mercado Municipal. Se em 2016 ainda não havia pessoas vivendo neste último local, atualmente é um dos locais que apresenta maior concentração, seja durante o dia ou à noite. Do mesmo modo, convém ressaltar que há outros espaços no Centro que também são ocupados por essa população, todavia, não chegam a formar aglomerações e não ocorrem de maneira frequente.

Durante os meses de pesquisa percebeu-se que alguns locais tornaram-se menos frequentados por essas pessoas, como as adjacências do Teatro Trianon e a Praça da República. Identificou-se ainda que em todos os locais há um aumento ou diminuição da concentração a depender do horário. Por exemplo, dificilmente percebe-se a presença da população de rua durante o dia no Hospital Plantadores de Cana. Na Praça São Salvador,

embora alguns deles permaneçam durante o dia, é mais fácil encontrá-los à noite, quando o movimento de pedestres diminui e eles tendem a se concentrar nas marquises dos bancos, Correios e lojas. A seguir será realizada uma descrição mais detalhada desses espaços e os respectivos usos pela população em situação de rua.

A **Ponte Leonel Brizola**, mais conhecida como Ponte da Rosinha¹⁵, liga o Centro da cidade ao subdistrito Guarus. Em uma área embaixo da ponte há comércios ligados à venda de lanches e também uma quadra de esportes. É bastante comum que pessoas em situação de rua fiquem no espaço embaixo da estrutura da ponte (Figuras 04, 05 e 06), seja dentro ou ao lado da quadra. Durante o dia dificilmente se vê outros frequentadores na quadra de esportes, ao contrário de algumas noites, quando grupos de jovens se reúnem para eventos culturais.



Figura 04: Pessoas dormindo dentro da quadra de esportes embaixo da ponte Leonel Brizola.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 22/08/2017

Diferentemente do poder público e dos proprietários de imóveis, as pessoas em situação de rua não dispõem de tijolos, grades, documentos e força policial para demarcar e proteger seus territórios. Em geral, seu território de vida é segmentado e protegido pela disposição espacial de seus objetos e pela sua presença (SANTOS, 2009). As pessoas que vivem embaixo da Ponte Leonel Brizola costumam usar elementos da própria estrutura do lugar na construção de seus territórios. Na figura 05 percebe-se que, além de se abrigarem embaixo da ponte, utilizam as grades e madeiras para proteção.

¹⁵ Em referência à ex-prefeita da cidade, Rosinha Garotinho.



Figura 05: Grades e tapumes usados como proteção.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 22/08/2017

Embora não seja muito comum, em alguns dias percebe-se a presença de pessoas dormindo próximo às pilastras de sustentação da ponte. É provável que escolham estes locais quando a quadra está sendo usada por outras pessoas.



Figura 06: Pessoas dormindo próximo à pilastra de sustentação da Ponte Leonel Brizola
Fonte: Trabalho de campo realizado em 27/07/2017

Também é comum ver pessoas em situação de rua exercendo a atividade de flanelinha na área próxima à ponte, já que um amplo espaço da rua é destinado a estacionamentos de carros e motos. Essa atividade é realizada durante o dia e também à noite, já que há uma

grande movimentação de pessoas que frequentam os “lanches da ponte”, como são conhecidas as lanchonetes do local.

O **Terminal Rodoviário Roberto da Silveira** (Figura 07) localiza-se na Avenida José Alves de Azevedo, também conhecida como Avenida Beira-Valão. Trata-se de um dos locais mais movimentados da cidade, onde dia e noite embarcam e desembarcam moradores de todos os bairros, distritos e subdistritos do município, assim como pessoas vindas de outros municípios da região. Apesar do intenso fluxo, é comum a presença de pessoas em situação de rua deitadas nos bancos ou mesmo no chão do lugar. Ressalta-se que, diferentemente da maioria dos locais de concentração dessa população, o Terminal Rodoviário possui banheiros de fácil acesso e que são usados pela população em situação de rua.



Figura 07: Terminal Rodoviário Roberto da Silveira
Fonte: Trabalho de campo realizado em 27/07/2017

Durante o dia observa-se também que algumas pessoas em situação de rua ficam sentadas na calçada próxima ao “valão”, em frente ao terminal (Figuras 08 e 09). Já à noite é comum vê-las dormindo nas marquises das lojas ao lado do terminal.



Figura 08: Pessoas em situação de rua na calçada da “Beira-valão”.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017



Figura 09: Pessoas em situação de rua na calçada da “Beira-valão”.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

Localizada ao lado do Terminal Rodoviário Roberto da Silveira, a **Praça da República** é um dos locais mais reconhecidos na cidade pela presença de pessoas em situação de rua. Isso se deve à presença constante de um grupo de pessoas que ali permanece dia e noite.

No entanto, essas pessoas não ficam exatamente dentro da Praça, que é inteiramente cercada por grades. Concentram-se numa calçada externa a ela, próxima ao Colégio Estadual XV de Novembro (Figura 10). Um dos portões que dá acesso à Praça permanece fechado constantemente. Os pedestres que desejam entrar no ambiente precisam dar a volta ao lado oposto de onde fica o grupo em situação de rua.



Figura 10: Pessoas em situação de rua na Praça da República
Fonte: Trabalho de campo realizado em 17/08/2017

Ressalta-se ainda que algumas das pessoas que ficam ali também trabalham como flanelinha. É bastante comum ver baldes com água e outros materiais usados na lavagem de carros. No entanto, chama a atenção o fato de ter havido uma expressiva diminuição no número de pessoas no local entre os anos de 2016 e 2017. Uma hipótese que pode explicar essa diminuição é o fato de o grupo ter migrado para a obra destinada ao novo Mercado Municipal, já que houve um aumento considerável de pessoas naquele local.

A **Praça São Salvador** está localizada próxima ao Rio Paraíba do Sul e fica em frente à Catedral do Santíssimo Salvador. Trata-se de um local tradicionalmente ocupado pela população de rua. A praça é cercada por comércios, agências bancárias, agência da Previdência Social e agência dos Correios, com intenso fluxo de pessoas durante o dia. A dinâmica cotidiana das pessoas em situação de rua não se dá exclusivamente no espaço da Praça, já que não é um local que possui cobertura ou parede para encostar (Figura 11). Elas costumam permanecer embaixo das marquises das lojas e agências que ficam em volta da Praça.



Figura 11: Praça São Salvador
Fonte: Trabalho de campo em 24/07/2017.

A presença da população de rua na Praça é mais intensa durante as noites, quando o movimento de pedestres é menor. Eles chegam à medida que anoitece e as lojas e agências se fecham. Quando o dia amanhece, a maioria deles se levanta e vai para locais de menor movimento próximo dali ou mesmo para outros pontos da cidade.

A figura 12 mostra um registro feito às 6 horas da manhã de um dia útil. A agência dos Correios está fechada e é possível perceber várias pessoas enroladas em cobertores.



Figura 12: Pessoas dormindo na calçada da agência dos Correios às 6h da manhã.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 27/07/2017

As figuras 13 e 14 registram dois momentos de um mesmo dia. Na primeira imagem, registrada por volta das 09 horas da manhã, uma mulher encontra-se deitada. Observa-se que os pedestres passam por ela e se desviam.



Figura 13: Pedestres desviando de mulher deitada na calçada da agência dos Correios.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

Na figura 14 é feito o registro em momento posterior, quando a mulher levanta-se e recolhe seus pertences.



Figura 14: Mulher recolhendo seus pertences na calçada da agência dos Correios.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

As figuras 14 e 15 registram outras pessoas ocupando pontos próximos à Praça São Salvador. Os dois locais são lojas que se encontram desativadas.



Figura 15: Pessoas em situação de rua em marquise de loja desativada.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017



Figura 16: Pessoas em situação de rua em marquise de loja desativada.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

Segundo o Sr. José, que costuma dormir próximo à agência dos Correios, o fato de permanecerem ali não provoca nenhum tipo de conflito. Ele afirma que o próprio gerente dos Correios os “autorizou” a dormir ali e que a presença da população de rua traria até benefícios para a agência.

Se você passar em frente ao Correio, vai ver uma barraquinha lá. Autorizado pelo gerente do Correio. Ele disse: “Eu gosto que vocês dormem aqui. Depois que vocês passaram a dormir aqui, fica tudo limpinho”. Quando dá 5h da manhã eu tiro a barraquinha. Guardo no saco e deixo na parede do Correio. Eu costumo dizer que ali é nosso guarda-roupa. (Sr. José, 62 anos).

Na fala do Sr. José Também é possível perceber a estratégia usada para guardar seus pertences. Segundo ele, sua barraca e seus cobertores ficam na parede da agência dos Correios. A mesma estratégia é usada pelos demais que dormem naquela área. Na figura 17 podem-se perceber diversos cobertores e papelões usados para dormir. Sr. José explica que apesar de os objetos permanecerem em um local aberto, “ninguém mexe”, pois já sabem que pertence a eles.



Figura 17: Pertences da população de rua na parede dos Correios.
Fonte: Trabalho de campo em 24/07/2017.

Ao passar naquela área durante o dia também é possível perceber materiais como colchões e cobertores em diversos pontos ao redor da Praça (Figura 18), o que evidencia os diferentes dos usos do espaço entre os dias e noites.



Figura 18: Colchão, papelão e cobertor embaixo de marquise na Praça São Salvador.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 06/09/2016.

A tradicional concentração da população de rua na Praça São Salvador fez do local um dos principais pontos de distribuição de comida por organizações que realizam ações para pessoas carentes. Em quase todas as noites é possível perceber a presença de pessoas distribuindo alimento no local, inclusive aos domingos. Nesses horários, muitas pessoas em situação de rua se deslocam dos demais pontos de concentração com destino à Praça.

A grande movimentação na Praça também faz dali um local propício ao exercício de atividades de lavador de carro/flanelinha (Figura 19), catador de material reciclável e vendedor de artesanato. Como explica o Sr. Gustavo, além do espaço para dormir, a Praça o permite acesso à alimentação e também ao trabalho: *“Aqui eu fico. Aqui tem almoço, tem a janta. E aqui eu trabalho. Trabalho tomando conta de carro”* (Sr. Gustavo, 47 anos).



Figura 19: Homem em situação de rua lavando carros na Praça São Salvador.
Fonte: Trabalho de campo em 24/07/2017.

O **Hospital Plantadores de Cana** (Figura 20), localizado na Avenida José Alves de Azevedo, é uma instituição privada que atende mediante atendimento particular ou convênio com o poder público municipal. Não é muito comum a permanência da população de rua durante o dia no local. Sua presença é mais percebida durante as noites.

O fluxo contínuo de pacientes e funcionários durante as noites faz do hospital um lugar tranquilo e seguro para a população de rua: *“Eu gosto de ficar porque aqui é tranquilo. Sossegado. Ninguém mexe com ninguém. Ninguém te perturba”*, afirma o Sr. Daniel, 39 anos. Durante a entrevista percebeu-se também a boa relação com funcionários da instituição, seja nas conversas ou na água que se consegue na recepção do hospital.



Figura 20: Hospital Plantadores de Cana
Fonte: Trabalho de campo realizado em 24/07/2017

No entanto, o principal fator que influencia a permanência dessas pessoas ali é a oportunidade de obter algum rendimento em troca da venda de vagas nas filas. Em geral, as pessoas em situação de rua que dormem na porta do hospital, realizam esta atividade. Ao mesmo tempo em que aproveitam da segurança do local, valem-se da situação para obter algum tipo de rendimento.

O **Jardim São Benedito**, na Rua Marechal Floriano, é um dos principais locais para a realização de atividades de esporte e lazer no Centro da cidade. Além de uma área arborizada, possui academia popular, quadras de esporte, parque infantil e quiosques.

As pessoas em situação de rua costumam ficar nas áreas ao redor do Jardim (Figura 21) ou mesmo ao lado da Paróquia São Benedito (Figura 22), que fica em frente ao Jardim. Além do espaço amplo com sombras, há um banheiro que essas pessoas usam em suas necessidades fisiológicas e de higiene.

Ninguém vem pra cá me incomodar. Escuto a palavra do Senhor... descanso minhas pernas... Melhor do que sair andando. Eu não conheço nada aqui. Só durmo ali (encostado à parede da igreja). Até o padre me conhece... Se eu falo que tô com fome... ontem mesmo me deu 10 reais pra almoçar... Quando tá chovendo eu encosto ali (marquise da igreja). A água tem ali dentro (do Jardim). Lá tem banheiro. (Francisco, 52 anos).



Figura 21: Pessoas em situação de rua na calçada do Jardim São Benedito
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017



Figura 22: Pessoas dormindo ao lado da Paróquia São Benedito
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

Ao lado do Jardim há o Mosteiro que diariamente oferece refeições para pessoas carentes e que costuma atrair a população em situação de rua para o local. Além disso, a movimentação de pessoas que frequentam o Jardim e a Catedral permite a realização de atividades de flanelinha, já que os condutores costumam estacionar seus veículos nas ruas adjacentes.

Entre a Igreja e o Jardim há um coreto (Figura 23) que é ocupado por diversas pessoas em situação de rua durante os dias e as noites. É bastante comum que essas pessoas pendurem suas roupas na estrutura de proteção.



Figura 23: Coreto no Jardim São Benedito onde ficam as pessoas em situação de rua.
Fonte: Trabalho de campo em 25/07/2017.

Próximo ao Jardim São Benedito está o **Teatro Trianon**. Durante o dia percebe-se a presença de pessoas em situação de rua na área dos fundos do Teatro, onde há um jardim (Figura 24) e também funciona um estacionamento. Ressalta-se, no entanto, que assim como na Praça da República, na área do Trianon também houve uma diminuição da concentração da população de rua quando no período entre o início de 2016 e o final de 2017.



Figura 24: Mulher deitada no jardim do Teatro Trianon
Fonte: Trabalho de campo realizado em 19/12/201

As pessoas em situação de rua também costumam permanecer nas ruas ao fundo do Trianon, principalmente nas marquises de lojas desativadas (Figura 25) e próximo ao estádio de futebol Ary de Oliveira e Souza, conhecido como o Campo do Goytacaz (Figura 26).



Figura 25: Marquise de loja desativada próxima ao Teatro Trianon
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017



Figura 26: Campo do Goytacaz.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

As entrevistas realizadas no local indicam que a área é propícia para a permanência dessa população por conta da facilidade de se conseguir mantimentos por meio de doações. Exemplo disso é que durante o trabalho de campo uma senhora se aproximou e ofereceu um lanche, sem que as pessoas tivessem pedido.

Além disso, a proximidade com o 8º Batalhão da Polícia Militar condiciona, segundo alguns entrevistados, maior segurança. Ressaltam tratar-se de um local tranquilo e seguro, em oposição à região da Praça São Salvador.

Aqui eu sou mais bem visto. Passa lanche. Passa roupa. Passa o pessoal da Igreja que faz uma benção pra nós... uma oração. Tem água, tem comida. Não precisa pegar nada de ninguém... Eu peço uma moeda mas não peço nada de ninguém. Durante o dia... sempre aqui. Vou no quartel, pego uma água gelada pra mim e pro meu pai (o pai é um senhor que fica com ele). E aqui é tranquilo, também... Se não, não estaria aqui. (Nicolau, 43 anos)

Eu escolhi esse lugar pra ficar porque lá no centro tem muita violência. Ali fica o quartel, que tem vários amigos... É a segurança... e além da segurança, é a paz que eu tenho aqui. Todo mundo me conhece. (Benjamim, 65 anos).

Conforme já apontado, um dos locais de recente ocupação pela população que vive nas ruas de Campos é o novo **Mercado Municipal**, localizado bem próximo ao Antigo Mercado e ao Shopping Popular Michael Haddad. Trata-se de um amplo galpão que foi construído para abrigar provisoriamente os vendedores que atendem no Antigo Mercado (Figura 27). No entanto, mesmo após a finalização da obra, os feirantes não aceitaram a mudança para o novo local temendo uma redução sem suas vendas. Recentemente, o espaço passou a ser ocupado por várias pessoas em situação de rua. Apesar de estarem em um local de grande fluxo, suas presenças não são percebidas com facilidade por quem passa na avenida, devido à extensão do galpão e a pouca luminosidade do ambiente.



Figura 27: Galpão provisório do Mercado Municipal
Fonte: Trabalho de campo realizado em 27/07/2017

Sr. Antônio, que trabalha na Praça São Salvador guardando motos, usa o local para dormir. Segundo ele, por ter uma “*tapagem*”, o local oferece mais proteção. Já o Sr. José, que trabalha catando materiais recicláveis, usa o local para guardar o material que recolhe nas ruas. No entanto, ele dorme na Praça São Salvador.

Conforme observado durante o campo e nas entrevistas, o local possui banheiros e dispõe de água, que é usada não apenas para higiene, mas também nas atividades de limpeza de veículos por aqueles que trabalham como flanelinha ali em frente. As bancas que seriam usadas pelos feirantes na venda de frutas e verduras, são agora usadas para dormir, sentar ou mesmo para apoiar o fogareiro usado na elaboração de comidas.

2.1.3. *A alimentação*

A alimentação constitui em uma das principais preocupações daqueles que vivem nas ruas. Em grande medida, o cotidiano dessas pessoas gira em torno da luta pela obtenção de alimentos. Assim, diversas estratégias e práticas podem ser desenvolvidas no intuito de se atender essa necessidade.

Segundo Frangella (2004), em geral, a obtenção de alimentos pode ser dar a partir de dois circuitos. O primeiro é aquele no qual o morador de rua obtém a alimentação pronta a partir de espaços externos à rua, como a rede assistencial, os restaurantes populares e vizinhos. A comida também pode ser conseguida a partir da prestação de serviço a algum restaurante ou bar à sua volta. Já o segundo circuito diz respeito ao processo de encontrar, elaborar e comer o alimento na própria rua. Isso pode se dar a partir de sobras de feiras ou mesmo do lixo. No entanto, ter acesso a uma dessas formas de alimentação pressupõe estar no lugar certo e na hora certa. É necessário acompanhar os momentos de oferta das alimentações ou dos produtos alimentícios, conhecer os lugares que oferecem tais oportunidades, assim como manter boas relações com instituições, vizinhança.

Em Campos dos Goytacazes destaca-se a grande quantidade de organizações não governamentais, grupos religiosos e voluntários que realizam a distribuição de alimentos para essa população na cidade. Segundo a assistente social do Albergue Francisco de Assis (AFA), Úrsula França, muitas pessoas de outras cidades procuram as ruas de Campos para viver porque sabem que a cidade oferece “boas condições” para quem vive nas ruas:

A maioria vem da Região Sudeste. A maioria vem com a ilusão de que Campos está melhor. Na fala deles, em Campos come-se muito bem. Quem vive em situação de rua recebe ajuda. E não tem histórico de maus tratos. Então eles ficam mais livres nas ruas e muito bem tratados. Então é por isso que eles procuram. Uns com ilusão de trabalho e outros por essa condição (Úrsula França, 2016¹⁶).

Isso pôde ser constatado a partir do relato do Sr. André, que residia em São Fidélis. Segundo ele, sua cidade não oferece condições para quem vive nas ruas, ao contrário de Campos dos Goytacazes: “Pra ficar na rua, é melhor ficar aqui em Campos. Aqui você consegue ir pra outros lugares... vai pro Farol, Santa Clara... Tem doação, lá já não tem” (Sr. André, 33 anos).

Praticamente em todas as noites há a distribuição de alimentos. Algumas instituições oferecem a alimentação em um local fixo, geralmente na Praça São Salvador, outras fazem o percurso pelos principais locais de concentração da população de rua, a exemplo do grupo Anjos da Noite, ligado a juventude da Igreja Católica e do Projeto Alegria, formado por jovens voluntários. Durante a pesquisa, foi possível acompanhar a ação deste último grupo por algumas semanas.

O grupo do Projeto Alegria sai todas as terças-feiras para realizar a entrega de lanches. Em geral, a ação é realizada após as 21 horas, devido a maior probabilidade de encontrar as pessoas em seus locais de descanso. Além de servir sanduíches, sucos, refrigerantes e café, o grupo também oferece roupas, cobertores, assim como ração e vacinas para animais pertencentes às pessoas que vivem nas ruas. Em datas comemorativas como o Natal, a organização também faz a entrega de presentes.

Os mantimentos distribuídos são obtidos a partir de doações. A organização possui uma página na internet¹⁷ na qual é feito o contato dos voluntários com a instituição. Às segundas-feiras uma integrante do Projeto anuncia a quantidade de produtos necessários para a ação que será realizada no dia seguinte. Na própria página os voluntários escrevem a quantidade de doações que realizarão. Na maioria dos casos, aqueles que doam também auxiliam na entrega, no entanto, é possível deixar a doação para o grupo fazer a distribuição. Os voluntários saem de carro e percorrem os principais pontos de concentração da população de rua no Centro e em áreas adjacentes.

¹⁶ Entrevista realizada em 18/11/2016.

¹⁷ Página do Projeto Alegria na internet disponível em: <<https://www.facebook.com/Projeto-Alegria-1448632848741788/>>. Acesso em: 03/09/2017.

Nos últimos anos, um dos principais locais de refeição para essa população foi o Restaurante Popular Romilton Bárbara. O restaurante foi inaugurado pelo Governo do Estado do Rio em 2004. Mediante a grave crise enfrentada pelo governo do estado, passou a ser administrado pela Prefeitura Municipal a partir de junho de 2016. De acordo com a prefeitura, eram servidas de 1.800 a 1.900 refeições por dia¹⁸. Em junho de 2017 a nova gestão da prefeitura anunciou o cancelamento do serviço, sob o discurso de suspensão de gastos diante da crise de arrecadação do poder público municipal.

Após o fechamento do Restaurante Popular pessoas da sociedade civil se reuniram formando o grupo “Café da Manhã Voluntário”. De segunda a sexta-feira o grupo se reúne em frente ao mesmo local para servir café da manhã para pessoas carentes que antes se alimentavam na instituição, entre as quais, muitas em situação de rua¹⁹.

Atualmente, duas instituições que oferecem refeições em locais e horários regulares são o Centro POP (Figura 28) e o Mosteiro da Santa Face e do Puríssimo e Doloroso Coração de Maria, também conhecido como Madre, que fica ao lado do Jardim São Benedito (Figura 29). O primeiro é ligado à prefeitura municipal e o segundo, à Igreja Católica. Diariamente oferecem café da manhã, almoço e lanche da tarde.



Figura 28: Centro POP

Fonte: Trabalho de campo realizado em 27/07/2017

¹⁸ Informação veiculada pelo site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/prefeitura-fecha-restaurant-popular-de-campos-rj-como-medida-de-economia.ghtml>. Acesso em: 27/08/2017.

¹⁹ Informações disponíveis na página do Café da Manhã Voluntário na internet. Disponível em: <https://www.facebook.com/cafedadocomamor/>. Acesso em: 03/09/2017.



Figura 29: Pessoas aguardando distribuição de alimentos no Mosteiro da Santa Face
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017

Os relatos ouvidos permitem considerar que a doação é o principal meio de obtenção de alimentos nas ruas de Campos. Em geral, o almoço é obtido nos espaços institucionais: Centro Pop e Mosteiro/Madre. Já a janta e demais refeições são obtidas por meio das organizações que realizam entrega nos pontos específicos, com destaque para a Praça São Salvador. Ressalta-se ainda que não é incomum que a população em situação de rua peça o alimento quando sentem necessidade.

O alimento vem até a gente. Doação... Quanto não tem doação, a gente sai, pede... Quando a comida demora muito pra chegar até aqui a gente vai lá no Centro POP, na Madre (Maria, 21 anos).

Olha, tem as irmãs que você pode ir... na Madre. E pode ficar aguardando aqui também, porque passa o pessoal da noite que dá o lanche, dá janta (Sr. Nicolau, 43 anos).

Eu almoço nas freiras, no Jardim São Benedito. Na Madre... A janta é aqui na Praça. Doação... Passa café e janta (Sr. Gustavo, 47 anos).

O Sr. Rafael, que dorme próximo à Ponte Leonel Brizola explica que além de ir à Praça São Salvador pegar a refeição, também consegue lanches doados pelas lanchonetes que funcionam ali perto. Em geral, são lanches que, por algum motivo, sobraram:

À noite eu como aqui na Praça. Tem pessoas de igrejas... dão quentinhas... dão sopa, pão... Às vezes o pessoal do Lanche mais tarde me dá um lanche que sobra... que às vezes alguém pede e não vem pegar... se não tem como venderem, eles me dão. Eu vivo mais de comida assim de doação. (Sr. Rafael, 35 anos).

Alguns relatos indicam até mesmo certa “fartura”. O Sr. Benjamin afirma que “*tem dia que você nem come tudo... vem demais. Muita doação*”. Por outro lado, também há afirmações de quem em determinados dias as doações são mais escassas:

Geralmente sábado e domingo, não tem. Durante a semana passa gente a noite, entrega a sopinha, a quentinha. Pão com mortadela, às vezes um suco, cafezinho. Se der duas quentinhas, como uma a noite e guardo uma pro outro dia... (Francisco, 52 anos).

Ao mesmo tempo, há também aqueles que produzem o alimento a partir de fogareiros improvisados com latas encontradas nas ruas:

O almoço... tem a madre, né. E tem aqui no CentroPop. Tem muita comida aqui, menino! Muita doação. Nós faz também. Aqui, olha as coisas aqui (Diz apontando para uma lata). A janta nós come aqui. Que passa aqui. Passa na Praça São Salvador, em outros lugares também. Hoje mesmo tem alguma coisa, né. (Sr. Antônio, 48 anos).

A figura 30 mostra o fogareiro improvisado por pessoas que vivem no espaço do Mercado Municipal. Observa-se que o fogão e as panelas foram substituídos por latas encontradas nas ruas.



Figura 30: Fogareiro improvisado usado pela população de rua na obra do Mercado Municipal.
Fonte: Trabalho de campo em 18/12/2017.

2.1.4. O banho e a água para beber

A água é um dos recursos mais difíceis de serem adquiridos pela população de rua. Na maioria das vezes há maior disponibilidade de comida do que de água. Banheiros públicos, chafarizes, postos de combustíveis, igrejas e até mesmo o Rio Paraíba do Sul se tornam fontes desse recurso para a população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes.

O chafariz localizado na Praça São Salvador é uma das fontes de água para a população que habita aquele local. Na figura 31 é possível perceber ver um senhor com uma garrafa carregando a água tirada do chafariz.



Figura 31: Homem em situação de rua retira água do Chafariz Belga da Praça São Salvador
Fonte: Trabalho de campo realizado em 27/07/2017

Em alguns pontos de concentração da população de rua a água é obtida com mais facilidade. Essa diferença se dá na obtenção de água para beber e também naquela usada para banho. Na rodoviária, por exemplo, o banheiro fica aberto todos os dias e em todos os horários, no entanto, a água para beber geralmente é obtida nos comércios. Aqueles que ficam próximo ao campo do Goytacaz costumam conseguir água gelada no Batalhão da Polícia Militar.

O grupo que fica na Ponte Leonel Brizola costuma beber água no posto de combustíveis que fica ali ao lado ou mesmo na Igreja Universal, próxima daquele espaço. Rafael, que geralmente trabalha e dorme embaixo da Ponte, diz que no Mercado Municipal onde ficam os feirantes, existe um chuveiro disponível para banho. Além de usar esse banheiro, ele também faz uso do banheiro do Centro de Apoio Psicossocial (CAPs):

A água eu pego no posto à noite. Pego na Igreja Universal... que é gelada. Banho, às vezes eu tomo ali no Mercado Municipal... no banheiro, de manhã. E na hora do almoço eu tomo no CAPs. E antes de sair eu tomo banho lá de novo. (Sr. Rafael, 35 anos).

Na obra do novo Mercado há um banheiro e também uma mangueira externa por onde sai a água usada para ingerir, higienizar o espaço e as roupas ou mesmo ser usada pelos flanelinhas na lavagem de carros. Maria explica: “Água tem ali. Tem água ali, tem luz. Toma banho ali, lava roupa”. Já o Sr. Antônio, além de usar a água disponível naquele local, diz que é comum conseguir água gelada no posto de combustível próximo dali ou no Centro Pop, que oferece banheiros para essa população fazer a higiene:

Tem água gelada no posto. No Centro Pop... Toma banho aqui. Tem uma bica d'água, que sai água com força. No Mercado também tem água. Tem o chuveiro no Mercado. Tem o Centro Pop também (Sr. Antônio, 48 anos).

O banheiro do Jardim São Benedito é usado não apenas pela população que vive ali, mas também por pessoas que costumam ficar em outros pontos do Centro. No entanto, o espaço só permanece aberto durante o dia. Já o banheiro do Centro Pop, que não fica disponível à noite e nem aos finais de semana. Os relatos indicam que quando não há disponibilidade nesses locais, o Rio Paraíba do Sul é usado para banho. O Rio passa bem próximo ao Centro da cidade e é bastante acessível.

A água a gente pega aqui no Centro Pop também. O banho é no meu querido Paraíba que há muito tempo me acolhe. Ali é minha piscina... E às vezes aqui no CentroPop. Final de semana é no Paraíba (Sr. José, 62 anos, Praça São Salvador).

Água eu tomo aqui na Igreja Universal e banho no Jardim São Benedito... no Rio Paraíba... (Sr. Gustavo, 47 anos).

A água tem ali dentro (do Jardim). Lá tem banheiro. A noite se der vontade, eu seguro, porque a noite fica fechado. Pra tomar banho, sigo nessa rua até o Paraíba... Pra mim, é melhor que uma água do chuveiro (Sr. Francisco, 52 anos).

Percebe-se, então, que a racionalidade hegemônica cria uma cidade que é excludente, mas, ao mesmo tempo, um refúgio para os pobres. Em meio à escassez essa população se adapta de forma criativa, desenvolvendo novas racionalidades que se mostram essenciais à sua sobrevivência.

CAPÍTULO 03 - O CIRCUITO INFERIOR E O TERRITÓRIO USADO

3.1.A rua como espaço de trabalhar

Segundo Santos (2006), o espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos, o que assegura às cidades a possibilidade de acolher as mais diversas atividades, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, as cidades abrigam todos os tipos de capital e todos os tipos de trabalho. Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, instalam-se paralelamente outras formas de racionalidades que se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres e; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais. A experiência da escassez constitui, assim, a base de uma adaptação criadora à realidade existente.

O autor afirma que a precariedade da existência de uma parcela importante da população não exclui a produção de necessidades. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa àquela dos atores hegemônicos encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Na divisão do trabalho por baixo:

[...] o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais. Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade que é fundada de dentro. (SANTOS, 1999, p. 02).

Nascimento (2011) explica que a baixa qualificação profissional, a escassez de emprego e a dificuldade de acesso aos serviços básicos exigem da população pobre maior flexibilidade de adaptação às alternativas de trabalho e renda. Assim, os pobres são, a todo o momento, obrigados a reinventar suas condições materiais de vida no território usado, já que cotidianamente se defrontam com a escassez.

Para Silveira (2015), o circuito inferior da economia urbana é um mecanismo permanente de integração dos pobres ao meio construído, ao trabalho e ao mercado. Trata-se de um mercado socialmente necessário, no qual se dá a busca pela sobrevivência, embora seus atores sejam subordinados às lógicas de um uso corporativo da cidade e do território.

Montenegro (2006) explica que o circuito inferior exerce o papel de provedor de ocupações à população pobre e reafirma-se, ao mesmo tempo, como perpetuador da pobreza

diante da crescente limitação do Estado em prover empregos e satisfazer as necessidades mínimas de grande parte da população do país. A autora ainda salienta que esse circuito engloba qualquer trabalho que permita obter algum tipo de renda na cidade. Assim, atividades realizadas por indivíduos como vendedores ambulantes, guardadores de carros (“flanelinhas”) ou “catadores” de materiais recicláveis compõem o universo desse circuito. Conforme Arroyo (2008), essas atividades atendem uma demanda de serviços não ofertada pela parte mais moderna da economia urbana.

É bastante comum que as pessoas em situação de rua sejam taxadas como “preguiçosas” ou “vagabundas”. Na maioria das vezes são vistos como incompetentes e responsáveis pela deplorável situação na qual se encontram. No entanto, ao contrário do que é colocado pelo senso comum, os estudos indicam que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores. Como afirma Neves (1999), “dotados de competência para lutar, esforçam-se para dar a volta por cima. Portadores de coragem para sair do fundo do poço, renovam, a cada dia, a expectativa diante da sorte” (NEVES, 1999, p. 120).

A pesquisa do MDS (BRASIL, 2008) identificou que 70,9% das pessoas em situação de rua exercem alguma atividade remunerada. Aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência constituem minoria (15,7%). As atividades por eles realizadas constituem estratégias de sobrevivência no espaço urbano e se inserem no circuito inferior da economia.

Segundo Lopes (2009), para esse grupo social, mesmo em condições degradantes, o trabalho continua sendo a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando a esperança de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal.

Escorel (2003) afirma que as atividades por eles exercidas têm a intermitência como característica principal. São atividades que precisam ser buscadas diariamente e dependem das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades. Segundo a pesquisa do MDS (BRASIL, 2008), entre as principais atividades realizadas por essa população, destacam-se as de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). A maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal, de modo que apenas 1,9% dos entrevistados afirmou trabalhar com carteira assinada.

A enorme variedade de atividades laborais realizadas por essa população também foi identificada em outros estudos, a exemplo de Daiane Santos (2009), Neves (1999) e Escorel (2003):

Geralmente os moradores de rua desempenham atividades como guardadores de carros, limpadores de para-brisa, catadores de materiais recicláveis, artesãos, malabaristas, que são insuficientes para assegurar a sua subsistência (SANTOS, D. 2009, p.47).

Este é o caso dos prestadores de serviço de limpeza de cascos de navios, de encarte de jornais, de vigia de barracas e pontos de comércio na rua, de descarregamento de caminhões em frente a transportadoras, de coletor de papel, de latas de cervejas e refrigerantes, de mariscos, de vendedor intermediário de frutas, refrigerantes e cervejas em sinais de trânsito, de vigias de carros, etc. (NEVES, 1999, p. 124).

O morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. A atividade de biscateiro, o "faz tudo" que respondia às pequenas e variadas solicitações de consertos domésticos, foi substituída pelo "faz qualquer coisa", solicitada ou não. São as "virações", qualquer atividade (ao seu alcance) que possa reverter em dinheiro, alimentos ou outros donativos (ESCOREL, 2003, p. 163).

A pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes também identificou essa realidade entre as pessoas que moram nas ruas da cidade. Identificou-se a realização atividades como a venda de doces e artesanatos, a catação de materiais recicláveis (figura 32), assim como o trabalho de "flanelinha", como são conhecidos aqueles que prestam serviços nos estacionamentos, na limpeza ou "proteção" de um automóvel (figuras 33 e 34)²⁰. Há ainda aqueles que fazem os chamados "bicos", ou seja, atividades esporádicas, como capina de quintal, pintura, ou ajudante de pedreiro. Outras formas de obtenção de dinheiro identificadas foram a prostituição e a venda de vagas nas filas de hospitais. Conforme Escorel (2003), embora sejam ocupações que não exijam qualquer qualificação, envolvem um processo de aprendizado, uma apropriação do "território de trabalho" e relações específicas com transeuntes.

A grande concentração de pessoas e serviços na área central constitui um fator essencial para a realização desses serviços. Conforme Montenegro (2006), as atividades do circuito inferior são intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se localizam, ou seja, dependem da economia de aglomeração, aproveitando-se dos interstícios deixados pelos setores mais modernos da economia.

O local de realização da atividade, assim como o período do dia são aspectos considerados nas tais estratégias de obtenção de rendimento na rua. A depender do trabalho,

²⁰ Ressalta-se que na cidade há pessoas que realizam tais atividades sem estar em situação de rua.

sua realização pode ocorrer em todos os dias e horários, como fazem alguns flanelinhas. No entanto, há atividades que somente são realizadas mediante demanda específica, como os “bicos” e a prostituição. Essa variação também vai acarretar em diferenças nos rendimentos, que alcançam até R\$70,00 por dia, conforme pôde ser mensurado nas entrevistas realizadas.



Figura 32: Homem dorme próximo ao carrinho de materiais recicláveis na Praça da República.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 29/08/2017



Figura 33: Flanelinha lavando carros em área próxima à Praça da República.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 25/07/2017



Figura 34: Flanelinha na Praça da República.
Fonte: Trabalho de campo realizado em 24/07/2017

O trabalho dos guardadores de carro ou flanelinhas está entre as atividades mais comuns entre as pessoas em situação de rua no Centro da cidade. Grande parte das ruas dessa área é ocupada por trabalhadores desse setor, sejam eles moradores em situação de rua ou mesmo residentes em moradias regulares.

Escorel (1999) afirma que essa atividade está relacionada à mercantilização do medo e envolve uma relação de conflito com outros agentes do espaço urbano.

A atividade envolve uma apropriação do espaço público, uma delimitação de território de trabalho disputado não apenas com outros guardadores, mas também com o poder público municipal. Relaciona-se tanto com a insegurança geral da cidade e o medo de que o veículo seja furtado quanto com o medo inspirado pelo próprio guardador. É uma atividade que pode proporcionar rendas relativamente elevadas na escala de rendimentos da população de rua, não exige instrumentos de trabalho, nem qualificações específicas. Pode ser realizado de maneira intermitente – apenas para conseguir alguns trocados que garantem a alimentação e a bebida – ou de maneira regular, o que possibilita adquirir confiança da clientela (ESCOREL, 199, p.218).

Os relatos feitos pelos sujeitos que atuam nesse ramo de atividade indicam que as ruas são repartidas e as áreas de estacionamento são apropriadas por diferentes pessoas que se tornam “donas” do espaço. Em alguns casos, o próprio “dono” exerce a atividade na sua área delimitada durante todo o dia, além dos horários noturnos que há demanda. No entanto, existem aqueles que trabalham durante um determinado horário que há mais demanda e depois “cedem” suas áreas para outra pessoa trabalhar. Além disso, identificou-se ainda a

existência de situações em que o “dono” permite que outra pessoa trabalhe em suas vagas mediante o pagamento de determinada quantia.

Observa-se ainda que a escolha das áreas é estratégica, assim como os horários de trabalho. Essas pessoas geralmente se aproveitam da dinâmica provocada pelas lojas, bancos, igrejas, clínicas médicas e outros equipamentos. Durante as noites, a movimentação nas lanchonetes e igrejas também resulta em demanda para esse tipo de trabalho.

Em geral, os lavadores de carros e/ou flanelinhas utilizam como ferramentas de trabalho uma flanela, que pode ser um pedaço de pano ou uma camisa velha. Usam ainda baldes, além de água, que geralmente é recolhida em locais como postos de gasolina ou banheiros públicos. Em alguns casos, baldes ou cones são usados para demarcar o seu território de trabalho.

Sr. Marcos, de 64 anos, realiza essa atividade há 20 anos, sempre no mesmo local, próximo ao Jardim São Benedito. Ele, que já trabalhou com a armação de ferragens em cidades como Búzios, Rio de Janeiro e São Paulo, retornou para Campos dos Goytacazes depois de perder postos de trabalho devido à idade, considerada avançada pelo mercado. Por não conseguir serviços na área de construção, encontrou nas ruas o seu “meio de vida”:

Aí eu fui vigiar carro, me identifiquei e tô há 20 anos. Num lugar só. Eu fico ao lado do Super Bom da 13 de maio. Ali eu sou bem conhecido. Eu pego 6h da manhã e largo 15h da tarde. Eu trabalho lidando com o público. Ali eu sou mais relações públicas do que flanelinha. Eu uso um colete para ajudar a tirar os carros da vaga, já que é uma área meio complicada, que é mão única. Nesses 20 anos eu já conquistei uma boa amizade ali. Eu não posso forçar o povo a colaborar. Vai depender da cabeça de cada um. Vamos dizer que de 6h da manhã às 15h da tarde, no entra e sai da minha vaga, entre uma base de 60 carros. 10 colaboram e 50 não. Hoje acontece isso, mas eu não posso fazer cara feia. Ali é de acordo com os consultórios, de segunda a sexta. Por baixo, hoje dá pra tirar aí uns 60 reais semanais. Aí vamos dizer... dá R\$240,00 por mês. Eu nem posso dizer que é R\$60,00. Às vezes é até menos. Eu fico ali de 6h às 15h, que é o horário de pico. Eu saio dali, vou no mercado municipal. Aí eu olho meu dinheiro, não dá nem pra fazer um lanche. Mas dá pra comprar umas bananas. Vou na banca, dou um real, cato aquelas bananas soltas e como (Sr. Marcos, 64 anos).

Ressalta-se que sua atividade está relacionada à dinâmica dos consultórios médicos. Seus clientes são, em grande parte, profissionais da área da saúde que trabalham naquela área durante a semana. Aos sábados, domingos e feriados ele fica impedido de realizar sua atividade, já que nesses dias não há demanda por estacionamento. No entanto, até mesmo quando há a demanda, nem sempre seu trabalho é compensado com algum valor, já que nem todos os proprietários de automóveis lhe pagam pela atividade. O Sr. Marcos ainda explica

que geralmente fica no local no período entre as 6h e as 15h que, segundo ele, é o horário de maior movimento. Após esse período, quando sai para comer e descansar, ele diz que libera “suas” vagas para outros flanelinhas que atuam na mesma região.

A baixa quantia em dinheiro que ele consegue durante a semana está estritamente vinculada à quantidade de vagas que ele dispõe para realizar o trabalho. Segundo ele, inicialmente havia mais vagas, no entanto, com a chegada de novos flanelinhas sua área de atuação foi reduzida, restando-lhe apenas cinco vagas.

Por sua vez, a redução da área de trabalho e a consequente diminuição de seus ganhos possui estreita relação com a trajetória de ida para as ruas do Sr. Marcos. Segundo ele, até 2015, quando havia mais vagas disponíveis, o dinheiro era suficiente para manter o pagamento do aluguel de uma pequena casa. No entanto, com a diminuição das vagas, perdeu a condição de manter o pagamento da moradia. Depois de alguns meses dormindo literalmente na rua, ele vive há três anos no Albergue Francisco de Assis.

Até então eu vivia de aluguel. Vigando carros... pegava o dinheiro. Se ganhei 20, vou guardar R\$10,00. Se ganhei R\$30,00, vou guardar R\$15,00. Os R\$15,00 eu gastava com meu lanche e jantava em casa. Juntava aquilo pro meu aluguel. Mas chegou o momento que a área onde eu tô trabalhando foi se encurtando. Sobraram cinco vagas, aí ficou difícil. E é uma área pública. Eu não tenho controle no que ganho. Aí ficou difícil... e eu falei: vou entregar a casa... meu dinheiro não está dando. E agora, vou morar aonde? Vou procurar minha irmã? Mas ela já tem o programa de vida dela... Vou ficar na rua? Aí fiquei oito meses. Fiquei morando na rua mesmo oito meses. Foi quando descobri esse abrigo e aqui fiquei (Sr. Marcos, 64 anos, Albergue Francisco de Assis).

Sr. Antônio também trabalha como flanelinha, no entanto, atualmente só atende proprietários de moto. O seu ponto de trabalho é uma pequena área de uma rua ao lado da Praça São Salvador. O local é bastante estratégico, pois fica próximo às agências dos Correios e Previdência Social, além da Igreja, bancos, lojas e padaria. Ele explica que trabalha mediante um acordo de arrendamento, já que a área por ele ocupada “pertence” a outra pessoa. Trata-se de alguém que exercia essa mesma atividade anteriormente e que se apossou do espaço. Por dia, ele consegue um rendimento que varia entre R\$50,00 e R\$70,00. No entanto, parte do valor é destinada ao “dono” do ponto. Por mês, seu rendimento varia em torno de R\$1.000,00, sendo a maior parte gasta na própria alimentação.

Trabalho tomando conta de carro e moto. Agora só moto. Todo dia... Onde eu tô trabalhando é de outra pessoa. Eu pago R\$15,00 pelo ponto. Por dia [o rendimento] é R\$70,00, R\$60,00. Às vezes eu faço R\$50,00. Gasto com alimentação.

Eu não tô bebendo. Às vezes eu vou lá, bebo umas cervejinhas. (Sr. Antônio, 48 anos).

O Sr. Gustavo, que também trabalha como flanelinha próximo à Praça São Salvador, destaca que aquela área possui movimento todos os dias da semana e em todos os horários. A farmácia, que funciona 24 horas por dia, assim como os eventos noturnos na igreja, permitem que haja possibilidades de ganhos dia e noite.

Trabalho tomando conta de carro. Não dá pra ganhar muito, mas dá pra me sustentar. De segunda a segunda, todos os horários. De 7h da manhã às 22h da noite. Aqui. Só em frente aos Correios. Aqui tem a farmácia, que é 24 horas. E tem missas e casamentos na igreja. Todos os dias tem movimento. [O rendimento é] na faixa dos R\$60,00 R\$70,00 por dia (Sr. Gustavo, 47 anos).

Já o Sr. Rafael que exerce a mesma atividade, só trabalha durante a noite, quando as vagas de estacionamento da Ponte Leonel Brizola são liberadas por outro rapaz que trabalha durante o dia. Ele ressalta que o movimento na área também ocorre durante as 24 horas do dia, principalmente por conta das lanchonetes dali que funcionam ininterruptamente. Rafael explica que se preocupa com a reação dos motoristas e que, por isso, não apresenta nenhum tipo de reação caso a pessoa não queira contribuir com o que ele chama de gorjeta.

Eu fico aqui embaixo da Ponte ou na Praça São Salvador. Pelo movimento de carros... é onde você tem um meio de conseguir dinheiro. Por que em Guarus ninguém gosta de estacionar carros. É muito difícil. Aqui não... é 24 horas. Pelos Lanches, o comércio... então dá pra você ganhar um dinheiro. Mas, tem um problema. Aqui eu tô porque o rapaz que já é antigo aqui já foi embora. De dia fica outro. Aí quando ele vai eu fico aqui. Se não fosse isso, eu levava o dia inteiro e ganhava até mais. Porque aqui é um entra e sai de dia... Quando dá 17h30min eu venho pra cá. Porque eu combinei com o rapaz de 17h30min em diante eu vigiar os carros. Todos os dias, de domingo a domingo. Aí eu vou juntando... Porque um me dá um real, dois reais... Então, não tem um salário... É mais uma gorjeta. Porque é até contra a lei você ser um flanelinha... então o carro encosta aqui, eu vou, faço um sinal positivo... nem intimo dinheiro nenhum... quando ele sai, ele me dá... A gente não sabe se é um policial, se é uma pessoa do Jurídico. Então, eu me reservo. Sempre aqui, ou ali do outro lado (em frente ao Lanche). Por que nos outros lugares dá conflito. Já tem pessoas que fazem o serviço... É mais ou menos uns R\$60,00 reais por semana. Às vezes cato latinha... A noite quando não tem como eu dormir, aí eu saio catando latinha na Pelinca, nos quiosques... aí no outro dia eu vendo... eu vendo por R\$3,50 o quilo. Eu tenho uma conta bancária, e eu vou colando lá. Já tenho R\$500,00... Nesses três meses já fiz R\$500,00 (Sr. Rafael, 35 anos).

Também se ressalta em sua fala a preocupação em não ocupar outros espaços ocupados por outros flanelinhas. Seu rendimento semanal com esta atividade é de R\$60,00. Valor que geralmente é complementado com a catação e venda de latinhas de alumínio. Essa

atividade é realizada no Bairro Pelinca, onde há uma grande concentração de bares e restaurantes.

A catação e venda de materiais recicláveis também é uma das principais estratégias de sobrevivência da população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes. Papelão, latinha de alumínio, objetos de metais, ferro e cobre, além de garrafas pets jogadas no lixo tornam-se fontes de recurso para pessoas que sobrevivem nas ruas. Para Loschiavo dos Santos (2009, p.149):

Recolher objetos e materiais pós-consumo, descartados por outras pessoas, constitui-se hoje numa atividade preponderante entre populações despossuídas, do primeiro ao terceiro mundo. Trata-se de um sistema, no qual o descarte da sociedade afluyente se torna o capital dos despossuídos (LOSCHIAVO DOS SANTOS, 2009, p. 149).

Escorel (1999) escreve que a catação é uma atividade que envolve um aprendizado e um processo de trabalho composto pela coleta, seleção e separação, compactação, armazenamento, transporte e venda.

Os catadores estabelecem relações com os responsáveis pelas ‘fontes’, como porteiros e vigias de prédios residenciais ou comerciais e funcionários de empresas, assim como mantem relações comerciais com os proprietários de depósitos e brechós. Também utilizam a venda de pessoa a pessoa. Em função do papel que desempenham (desqualificado, porém necessário), no setor de reciclagem do lixo – que está em franca expansão econômica – não podem ser considerados como supérfluos e desnecessários (ESCOREL, 1999, p.217).

José, que trabalha com essa atividade juntamente com outro colega de rua, afirma que a atividade é realizada todos os dias. Segundo ele, há uma diversificação dos locais a depender do tipo de material. Ele explica que o papelão, por exemplo, é mais fácil de ser encontrado no Centro. Já as latinhas de alumínio existem em maior quantidade na região da Pelinca. Essa diferença se deve ao tipo de comércio de cada área. Enquanto no Centro há maior quantidade de lojas que descartam o papelão, na Pelinca há mais bares e restaurantes que descartam as latinhas.

Eu ganho dinheiro através da reciclagem. Eu não sou lixeiro. Lixeiro é quem produz (o lixo). Eu sou reciclador. É todo dia. Cinco horas da manhã eu acordo. Vou pegando as caixinhas de lixo, as garrafas pet, vou guardando. É o dia todo trabalhando. Eu trabalho mais na Alberto Torres e na Pelinca. Tem muita gente recolhendo papelão. Está difícil encontrar papelão. E às vezes no Centro. Materiais como latinha, só se encontra em locais mais afastados do centro. No Centro é mais papelão (Sr. José, 62 anos).

Segundo José, diariamente são recolhidos cerca de 200 quilos de papelão e 200 quilos de garrafas pet. O material fica armazenado no espaço do novo Mercado Municipal e é vendido separadamente, tendo em vista a ocorrência de uma variação do valor de cada um deles. O material é repassado para um atravessador que revende o produto para empresas de processamento localizadas no estado do Espírito Santo e na cidade do Rio de Janeiro.

Quando você vendia no dia, tirava mais ou menos R\$100,00 por dia. Dividia pra mim e meu amigo. Uns R\$50,00 reais pra cada um. Agora nós vamos trabalhar semanalmente. Aí sobra um dinheirinho a mais. Vai dar mais que um salário. Vende por quilo. O papelão está 0,20 centavos o quilo. As garrafas pet claras, 0,80 centavos, as de cores 0,50 centavos. Aí tem a latinha, tem o ferro, tem o cobre... Nós reciclamos tudo. Mas nosso carro chefe é o papelão. Por dia... Uns 200 quilos de papelão. Uns 200 quilos de pet. Pessoas compram e revendem pra empresas de fora que vão beneficiar esses produtos. Eles repassam o produto. Compra por um valor, e revende por um valor maior ainda. É revendido aqui em Campos. Aí eles colocam nas máquinas de prensar, vem um caminhão e leva pra fora. Pro Espírito Santo e Rio de Janeiro (Sr. José, 62 anos).

Além dessas atividades mais convencionais, identificou-se nas ruas a realização de outros trabalhos que exigem relações mais específicas com os demais cidadãos. Os chamados “bicos” ou “biscates” são uma realidade. Para quem não tem uma atividade fixa, qualquer serviço torna-se oportunidade de obtenção de ganhos. Capina de quintal, limpeza de caixa de gordura nas residências, pintura de casas ou ajudante de obra configuram essa realidade. Diferente da catação de recicláveis e da atividade de flanelinha que comumente são feitas no Centro, e demanda pelos “bicos” se dão com maior frequência nos bairros residenciais.

Lá mesmo no bairro... fazendo um biscate... uma capina... limpo caixa de gordura... Ganho R\$10,00 R\$12,00... Limpo um carro. Capina de quintal, pintura... bater uma massa de obra... Nem sempre tem todo dia. Pessoal me vê na rua... no bairro Novo Jockey e fala “Elivelton, tem um coisinha pra você fazer aí”. “Oh, dá uma geral no meu carro.” [Aqui no centro trabalho] de vigia de carro. Ali no Sindicato dos Bancários. Fico lá... e ganho um dinheirinho... Ganhei 20 e poucos reais... só ali. Olha, por mês, eu calculo R\$350,00. Todas as atividades... Basta ter ânimo. Eu tendo ânimo, eu faço as coisas (Sr. Joaquim, 50 anos).

A “venda” de vagas nas filas de hospitais também se insere na realidade da rua. A pouca quantidade de vagas nos serviços médicos faz com que os pacientes passem as noites na fila de marcação de consultas e exames. Em geral, os usuários do serviço de saúde chegam ainda no dia anterior e permanecem até a manhã do dia seguinte, quando são atendidos. Essa dificuldade enfrentada pelos pacientes apresenta-se como uma oportunidade para pessoas carentes obterem dinheiro. Uma estratégia bastante conhecida e usada pela população carente

residente e, principalmente, pela população de rua. Segundo o Sr. Daniel, que realiza esta atividade, o valor obtido varia entre R\$15,00 e R\$20,00, valor que é complementado com a venda de doces e artesanato.

[...] eu fico aqui pra marcar ficha, aí eu ganho um dinheiro. Vendo as vagas. R\$15,00 ou R\$20,00 contos tá bom demais. E muitas vezes fico no semáforo vendendo bala. Vendo bala, faço mais artesanatos de latinha, que fica muito lindo... faço coqueirinho, faço panelinha de arroz, faço motoca (Sr. Daniel, 39 anos).

Do mesmo modo, a prostituição também se insere na realidade da rua, sendo mais comum entre as mulheres.

Eu faço programa. Pra não depender de ninguém... ficar pedindo pra ninguém... então eu saio pra rua (...) O que cai no meu bolso é lucro. (Maria, 21 anos)

Tais atividades, que muitas das vezes passam à margem dos códigos de “normalidade” da sociedade sedentária, representam uma adaptação dos habitantes de rua às condições espaciais e sociais, à que estão inseridos (FRANGELLA, 2004).

Convém ressaltar que os rendimentos obtidos com a realização de tais atividades não alteram as precárias condições de vida dessa população. Na maioria dos casos os vencimentos são revertidos imediatamente em recursos básicos como alimentação ou em bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas.

Por mais que se esforcem, não conseguem sair desse círculo de labor e consumo diários num contexto de extrema escassez. Fatores como os estigmas negativos, a ausência de qualificação, assim como a falta de residência fixa e de documentação comprometem a aquisição de empregos com ganhos melhores que permitiriam uma melhora em suas condições de vida.

3.2.Território usado e políticas sociais para a população em situação de rua

Os usos do território urbano pela população em situação de rua envolvem também as entidades de acolhimento e de serviços voltados a essa população. Segundo dados da PNPSR (BRASIL, 2008), a maioria desses sujeitos costuma dormir na rua (69,6%), em locais como calçadas, praças, rodovias, parques e viadutos. No entanto, um grupo de tamanho considerável

(22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições e, outra parcela (8,3%) costuma alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues e instituições de acolhimento.

De acordo com Koga (2011), o território pode ser visto como o chão das desigualdades sociais, mas também como o chão concreto das políticas. É nele que as desigualdades se tornam mais evidentes entre os cidadãos, todavia, também é por meio dele que as estas podem ser atenuadas mediante a implantação de serviços.

Ressalta-se, pois, o papel do Estado nesse processo. Conforme Castro (2011), as atribuições de corrigir as desigualdades e permitir o exercício da cidadania compreendem as competências da máquina administrativa do Estado:

Entre as suas funções está a de prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação, etc (CASTRO, 2011, p.126).

Historicamente, os atendimentos a esse grupo deram-se a partir da filantropia, de início totalmente subsidiada pela iniciativa privada e, posteriormente, também por meio de subsídios estatais. No entanto, ocorriam de forma desarticulada e restrita quanto às necessidades básicas dessa população. Conforme Silva e Rocha (2015), na década de 1930 as pessoas que viviam nas ruas foram incorporadas àquilo que as autoras chamam de política social brasileira marginal. Apesar de contar com recursos públicos, os serviços eram ofertados em instituições privadas e filantrópicas:

[...] o Estado varguista passou a subsidiar, através de base legal (Conselho Nacional de Serviços Sociais - CNSS), as instituições privadas e filantrópicas para a prestação de serviços sociais aos mesmos. Mais tarde, ao lado delas foi criada a LBA – Legião Brasileira de Assistência, órgão do governo federal, para a realização de serviços de natureza assistencial redirecionado para o público materno-infantil (SILVA e ROCHA, 2015, p.154).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 opera-se uma mudança na concepção das ações do Estado, não apenas no que diz respeito à população em situação de rua, mas de todo e qualquer cidadão, haja vista que na Carta Magna a dignidade da pessoa humana é contemplada como um dos fundamentos do Estado Brasileiro (Art. 1º, inc. III). Nesse sentido, apresenta-se como objetivos da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização social; a redução das desigualdades sociais e regionais e a

promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, incs. I a IV).

No que se refere à observação dos direitos sociais para a população em situação de rua, é importante considerar o Art. 5º da Constituição Federal, o qual determina que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade ...” No Capítulo II, Artigo 6º, o texto constitucional preconiza: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”.

A instauração de tais direitos no texto da Lei, assim como as diversas políticas sociais instituídas a partir da promulgação do documento constituem conquistas inerentes aos movimentos de lutas promovidos pela sociedade brasileira à época, entre os quais aqueles promovidos por organizações ligadas às pessoas em situação de rua.

Foi nesse período também que se articularam no país, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Desenvolvidos em diferentes cidades por organizações da sociedade civil, esses projetos constituíram a base da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, em 1985. Na mesma direção, ainda, a Pastoral do Menor realizou, de 1981 a 1992, a Semana Ecumênica do Menor, que reuniu aproximadamente mil pessoas na defesa dos “meninos de rua” e na organização da luta por direitos de cidadania para este segmento. [...] pela ação das Pastorais do Povo de Rua essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida (BRASIL, 2011, p.15).

Foi nesse contexto de lutas que avanços significativos para esse segmento foram alcançados, conforme mostra o quadro-síntese nas páginas seguintes (Quadro 04).

Com o advento do texto constitucional, a Assistência Social apresenta-se agora como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, integrando-se à Seguridade Social brasileira. O artigo 203 da Constituição estabelece que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Em dezembro de 1993, a Assistência Social é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei 8.742) e em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) materializa as diretrizes da LOAS, definindo o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL/NOB/SUAS, 2005).

Em sua estrutura de gestão, o SUAS explicita a perspectiva do acesso à integralidade da proteção nos diferentes territórios do país, de modo que os serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE)²¹ devem ser organizados de modo a garantir a integralidade da proteção, considerando as seguranças socioassistenciais a serem afiançadas a famílias e indivíduos.

Quadro 04

Principais avanços políticos e normativos da população em situação de rua no Brasil

ANO	NORMA/ORGÃO	DIREITOS/EVENTOS
1988	Constituição Federal	Estabelece como um dos fundamentos da Carta Magna a dignidade da pessoa humana.
2004	PNAS-NOB/SUAS	Assegura a cobertura dos serviços assistenciais à população em situação de rua.
2005	SNAS	I Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua.
2005	Lei nº 11.258	Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social.
2006	Decreto Presidencial de 25 de outubro de 2006	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
2007	MDS	Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua.

²¹ A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social básica são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Já a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. No âmbito da Proteção Social Especial, há os serviços de Média e Alta Complexidade. Os serviços de média complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado. Envolve principalmente o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Já os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. É integrado por instituições como as unidades de atendimento integral institucional, repúblicas, casas de passagem e albergues (PNAS/NOB/SUAS, 2004).

2009		II Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua.
2009	Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009.	Estabelece parâmetros para a oferta de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (PSE) de Alta e Média Complexidade direcionados a diversos públicos, entre os quais a população em situação de rua.
2009	Decreto nº7,053, de 23 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.
2009	Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009	Prevê para a população em situação de rua a inclusão de ações programáticas na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Organização do autor

A Política Nacional de Assistência Social configura-se na perspectiva socioterritorial, havendo uma preocupação com o reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações, entre as quais, convém destacar, a população em situação de rua, que tem a cobertura assistencial assegurada pela referida Política.

Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – **população em situação de rua**, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (PNAS/NOB/SUAS, 2004, grifo do autor).

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua em conjunto com os movimentos sociais representativos desse segmento social, onde foram discutidos os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para a população de rua. Como resposta às demandas apresentadas nesse encontro, em 30 de dezembro de 2005 foi aprovada a Lei 11.258 que altera a LOAS, estabelecendo a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua no âmbito do SUAS (BRASIL, 2005).

Esse significativo avanço normativo insere-se no contexto da intensificação das lutas sociais protagonizadas pela própria população de rua, que se mobilizava na consolidação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). O Movimento, fundado oficialmente em 2005²², teve como elemento propulsor a chacina da Praça da Sé²³ na cidade de São Paulo, em

²² Tendo como exemplo a trajetória e a organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, pessoas em situação de rua de vários locais do Brasil, lideranças dessa luta, participaram do 4º Festival Lixo e Cidadania, realizado em setembro de 2005. Durante o Festival foi lançado o Movimento

agosto de 2004, que vitimou fatalmente sete moradores de rua e foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País.

Em 25 de outubro de 2006, foi instituído, por Decreto Presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS com representantes de seis ministérios, além da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), do Movimento Nacional de População de Rua e da Pastoral do Povo da Rua para abrir um amplo processo de estudos e elaboração de propostas na definição do conteúdo da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR). Em 2007, iniciou-se o processo de discussão e elaboração do texto da PNPRS.

Já em 2007 deflagrou-se a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, buscando quantificar e conhecer o perfil desse público específico com vistas a aproximar as políticas públicas às necessidades e demandas dessa população. A pesquisa coordenada pelo MDS abarcou 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando um universo de 71 cidades brasileiras.

Nos dias 17 e 18 de maio de 2009 ocorreu em Brasília o II Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua, que teve como objetivo debater a PNPSR e também a participação do MNPR em atividades de outros movimentos sociais.

Neste mesmo ano foi publicada a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 (BRASIL, 2009c), referente à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A normativa estabeleceu parâmetros para a oferta de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial (PSE) de Alta e Média Complexidade direcionados a diversos públicos, entre os quais a população em situação de rua. Para este segmento, a oferta da atenção especializada na PSE tem como objetivo a construção de novos projetos e trajetórias de vida, visando à construção do processo de saída das ruas e o alcance da referência como sujeitos de direitos na sociedade brasileira.

Entre os serviços de PSE de Alta Complexidade direcionados à população de rua está o Serviço de Acolhimento Institucional que é desenvolvido em unidade institucional semelhante a uma residência e/ou em unidade institucional de passagem, com o objetivo de oferta de acolhimento imediato e emergencial; inclui ainda o Serviço de Acolhimento em

Nacional da População de Rua (MNPR), como expressão dessa participação organizada das pessoas em situação de rua em várias cidades brasileiras (BRASIL, 2011, p.16).

²³ A Chacina da Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 2004, é considerado o acontecimento mais chocante ocorrido no Brasil envolvendo a população de rua. 15 pessoas em situação de rua foram covardemente atacadas enquanto dormiam, sete deles morreram. Segundo a Justiça, cinco autores do ataque eram policiais militares. O caso teve repercussão internacional e desencadeou movimentos de luta protagonizados população de rua.

Repúblicas, destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social. Em geral, esses espaços podem ser ocupados pela população em situação de rua para pernoite ou para abrigo temporário durante alguns meses. Neles se oferecem serviços como alimentação, higiene, atendimentos com profissionais como assistentes sociais e psicólogos, além de encaminhamentos para serviços médicos, de elaboração de documentos, entre outros.

Os serviços de PSE de Média Complexidade incluem o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado em Situação de Rua. O primeiro representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua ao viabilizar que a oferta de atenção especializada a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, mediante o trabalho de equipes de abordagem. Geralmente estas equipes saem durante os dias e as noites buscando identificar pessoas que vivem nas ruas e encaminhá-las para os atendimentos necessários. Já o segundo configura-se tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. Devendo ser ofertado nos Centros POP, o serviço:

[...] oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem ser proporcionadas vivências que favoreçam o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a mobilização e a participação social dos usuários. Vale destacar que este Serviço configura-se como um importante canal para a inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a partir da realização dos encaminhamentos para sua viabilização (BRASIL, 2011, p.67).

No contexto de avanços normativos, em 23 de dezembro de 2009 foi instituído o Decreto nº 7.053 que instituiu a PNPSR e o seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento. Esta Política surgiu como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas especificamente para a população que vive nas ruas do país. Tal agenda orienta a ação e estabelece responsabilidades para as diferentes políticas públicas na atenção a esse segmento da população, sendo implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos.

Cabe destacar que, além da instituição dos Comitês, a PNPSR previu dentre seus dispositivos a implantação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua²⁴; o acesso da população em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda e a implantação de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua no âmbito da Política de Assistência Social (BRASIL, 2011).

Nesse processo de reconhecimento dos direitos da população em situação de rua, e em consonância com a PNPSR, ganhou relevância, ainda, a inclusão na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) de ações programáticas para este segmento. O PNDH-3, instituído por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, prevê para a população em situação de rua: a garantia de registro civil; o acesso a serviços de saúde e a atendimento médico; de programas de reinserção; proteção contra abusos e exploração sexual; prevenção à violência contra esse segmento; capacitação de policiais para o atendimento cidadão e não violência em relação à população de rua; punição para policiais que cometam violência contra população em situação de rua; a criação de centros de referência e garantia de serviços de acolhimento adequados; entre outras.

Em Campos dos Goytacazes, a rede que presta assistência à população em situação de rua é composta por quatro equipamentos. No âmbito dos serviços de PSE de Média Complexidade, a cidade dispõe de um Centro POP, no qual oferece o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado em Situação de Rua. Quanto à PSE de Alta Complexidade, existem as unidades Casa de Passagem, Abrigo Lar Cidadão e o Albergue Francisco de Assis (AFA). A figura 25 apresenta a localização dos equipamentos na área urbana de Campos dos Goytacazes.

²⁴ Encontra-se em funcionamento o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) enquanto um projeto não governamental, sem fins lucrativos. Site: <http://www.cnddh.org.br/>.



Figura 35: Localização das instituições de atendimento à população em situação de rua em Campos dos Goytacazes. Fonte: Trabalhos de campo

Constata-se que o Centro Pop e o Albergue estão localizados exatamente no Centro da cidade, enquanto a Casa de Passagem e o Abrigo estão em bairros adjacentes.

O quadro apresenta o perfil de cada um dos equipamentos que atendem a população de rua em Campos dos Goytacazes. No presente trabalho nos ateremos apenas às instituições direcionadas especificamente a esse grupo, no entanto, importa ressaltar que essa população também pode fazer uso dos demais serviços públicos comuns a qualquer cidadão.

Quadro 05

Perfil dos equipamentos de atendimento à população em situação de rua

Equipamento	Classificação	Capacidade	Período de atendimento	Serviços oferecidos	Tempo de permanência
Centro POP	Média Complexidade	-	08h às 18h	Abordagem Social Acompanhamento psicossocial Alimentação e higiene Encaminhamentos	Diário
Casa de Passagem	Alta Complexidade	30 vagas	Integral	Abrigo Acompanhamento psicossocial Alimentação e higiene Encaminhamentos	03 meses
Abrigo Lar Cidadão	Alta Complexidade	20 vagas	Integral	Abrigo Acompanhamento psicossocial Alimentação e higiene Encaminhamentos	06 meses
Albergue Francisco de Assis	Alta Complexidade	11 vagas	18h às 06h	Abrigo noturno Acompanhamento psicossocial Alimentação e higiene Encaminhamentos	01 mês

Fonte: Trabalhos de campo. Organização do autor.

O **Centro POP** é a instituição que oferece o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e se constitui como uma referência no território para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito dessa população.

Um dos eixos norteadores do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é a relação da população de rua com a cidade e a realidade do território em questão. Segundo o documento que orienta o funcionamento dos Centros POP, “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop” (BRASIL, 2011):

É nos espaços públicos da cidade que inúmeras condições locais interagem, influenciam e caracterizam a vida das pessoas em situação de rua. Para a realização do trabalho com pessoas em situação de rua é importante, portanto, considerar a relação que estabelecem com a cidade e o território. Nesse sentido, faz-se necessário, inicialmente, identificar quais são os lugares de maior concentração e trânsito dessas pessoas na cidade. Além disso, é importante procurar compreender: suas estratégias de sobrevivência e adaptação; seus costumes; as relações que mantém no espaço em que vivem e convivem; as condições a que estão expostos

cotidianamente; e os recursos disponíveis com os quais podem contar na cidade, por exemplo, as redes sociais que lhes dão apoio no dia a dia (BRASIL, 2011, p.73).

Devido à peculiaridade dos Centros POP, o documento orienta que as unidades devem ser implantadas em locais de fácil acesso, com maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua. Em Campos dos Goytacazes, Está localizado na Rua Tenente Coronel Cardoso, no Centro da cidade, bem próximo ao Terminal Rodoviário Roberto Silveira, da ponte Leonel Brizola e da Praça São Salvador, espaços comumente ocupados pela população de rua em suas vivências na cidade. Portanto, tendo em vista a realidade da população de rua em Campos dos Goytacazes, considera-se que a unidade está localizada em um local adequado.

O Centro POP conta com um quadro técnico formado por assistentes sociais, psicólogos, monitores, além de assistentes administrativos e auxiliares de serviços gerais – parte concursada e parte contratada (informação verbal)²⁵.

Diariamente, diversas pessoas se chegam à unidade no intuito de obter algum tipo de atendimento. Segundo Aline Gomes, psicóloga do Centro POP, o primeiro contato do usuário com a instituição ocorre de três maneiras: por demanda espontânea, quando a pessoa se dirige à unidade; mediante o encaminhamento de outros órgãos públicos, ou; a partir do Serviço Especializado em Abordagem Social. Neste último caso são as equipes de abordagem que vão até as pessoas que estão nas ruas e realizam sua inserção na rede socioassistencial do município. As ações de abordagem nas ruas são realizadas três vezes durante a semana: segunda e quinta-feira às 18h e sexta-feira às 9h.

A servidora explica que, a partir do primeiro contato, o sujeito passa por um processo de avaliação e triagem que visa identificar o seu perfil e situação para, a partir daí, ser conduzido aos serviços dos quais ele necessita.

A tabela 04 mostra a quantidade de pessoas atendidas pelo Centro POP em cada mês dos anos 2014, 2015 e 2016 e a respectiva média de atendimento mensal/ano.

Tabela 04

Quantidade de pessoas atendidas mensalmente pelo CentroPop - 2014 a 2016

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
2014	92	96	81	83	99	107	111	101	110	116	99	84	99
2015	93	91	122	138	127	116	124	104	104	120	127	105	113
2016	133	133	136	123	127	148	120	133	134	122	131	105	129

Fonte: MDS e SMDHS. Elaboração do autor

²⁵ Entrevista realizada em 08/11/2016 com a psicóloga Aline Gomes no CentroPop, Campos dos Goytacazes.

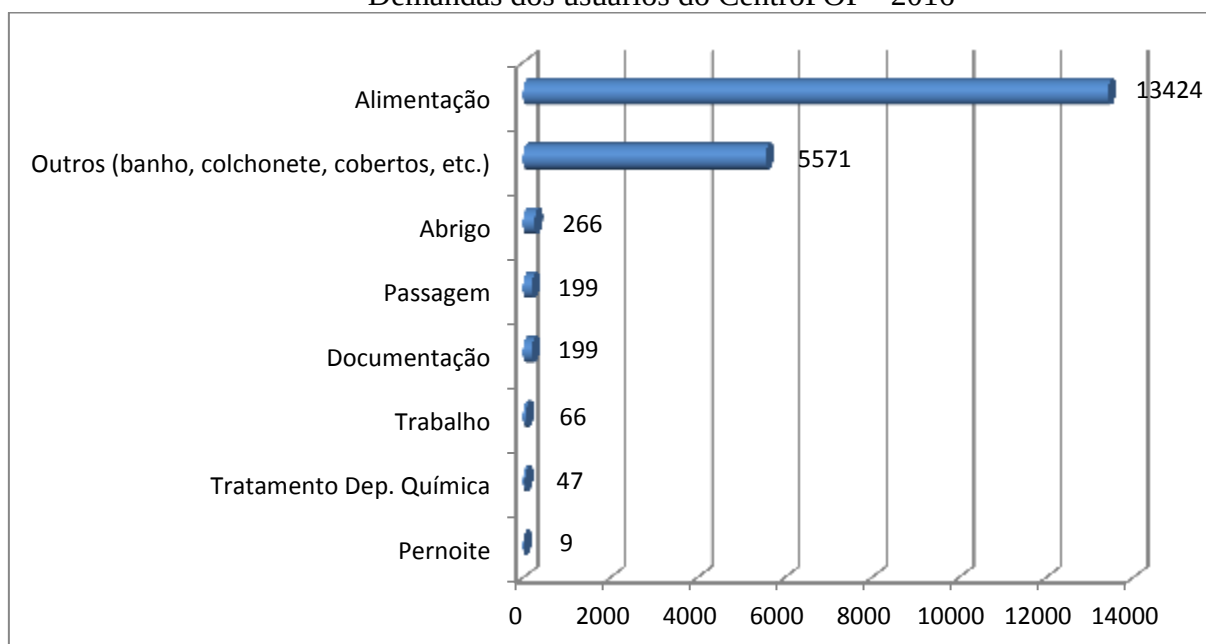
Observa-se um crescimento da média/mês de pessoas atendidas em cada ano. Além dessa variação, percebe-se que nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro esse número cai relativamente. Período que coincide com o verão, quando moradores da cidade costumam ir para as praias. Segundo Aline Gomes, nesse período parte da população de rua também vai ao litoral para trabalhar.

“Geralmente nos procuram mais as segundas e terças, após o fim de semana. O atendimento ocorre durante o ano inteiro, mas é comum que nos meses de verão essa procura caia um pouco, por conta da diminuição do movimento no centro da cidade, quando as pessoas vão para o litoral e alguns moradores em situação de rua vão para as praias para trabalhar” (Aline Gomes, 2016).

O Centro POP funciona apenas durante o dia, de 8h da manhã às 18h da noite. Realiza em suas dependências ações de acompanhamento psicossocial, atividades de convívio e socialização, além de promover o acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal e alimentação. São oferecidas três refeições diariamente: às 8h é servido o café, às 12h o almoço e às 16h é oferecido um lanche. Por estar em uma área de fácil acesso e próximo aos locais de concentração dessa população, diariamente, diversas pessoas se encaminham para a unidade no intuito de obter algum tipo de atendimento.

O gráfico 08 apresenta as principais demandas dos usuários da instituição no ano de 2016. Os dados indicam a quantidade de vezes que cada serviço foi demandado. Percebe-se que a alimentação foi o serviço mais procurado, com 13.424 buscas. Em segundo lugar aparecem demandas por banho, colchonete e cobertores (5.571). Destaca-se também de forma expressiva a procura por abrigo (266), o que pode indicar um desconforto com a rua. Do mesmo modo, as buscas por documentação (199), passagens (199), trabalho (66) e tratamento de dependência química (47) indicam que parte desse público busca alguma mudança em sua condição.

Gráfico 08
Demandas dos usuários do CentroPOP - 2016



Fonte: SMDHS (2017). Adaptado pelo autor.

Esses dados comprovam que o Centro POP apresenta-se de fundamental importância para a população de rua. Na fala do Sr. João, a instituição serve como uma referência para quem está “desorientado”:

Tô nessa situação por dois anos. Passei pelo ES, Rio, Casimiro de Abreu... Eu cheguei aqui, conheci um colega lá no Shopping Estrada, fiquei na casa dele uns dias. Depois procurei o CentroPop. O CentroPop é o centro de referência para essas pessoas que estão desorientadas. A pessoa que está assim, ela não está com a cabeça boa, ele está desorientada. Sem pai, sem mãe, sem dinheiro, sem nada pra se manter. Aí é brabo. O CentroPop me orientou ir pra Casa de Passagem e Pro Lar Cidadão, que é esse aqui. Fiquei 90 dias lá (na Casa de Passagem). Aqui tem uma base de sete meses (Sr. João, 52 anos, Abrigo Lar Cidadão).

A unidade de acolhimento **Casa de Passagem** está localizada na Rua Manhães Barreto, no Jardim Maria de Queiroz, bairro adjacente ao Centro. Sua estrutura física é composta por oito quartos, três banheiros, uma cozinha, dois espaços de convivência, além de salas para a coordenação e equipe técnica. A unidade dispõe de uma equipe formada por 17 profissionais como assistentes sociais, psicólogos e cuidadores (informação verbal²⁶).

A unidade funciona em período integral, de modo que as pessoas podem lá permanecer durante o dia e a noite. Além de oferecer abrigo, alimentação e higiene, a Casa de

²⁶ Entrevista realizada em 17/11/2016 com o psicólogo Júlio Pinho, na Casa de Passagem, Campos dos Goytacazes.

Passagem também realiza o acompanhamento psicossocial dos usuários, assim como encaminhamentos para outros serviços de saúde e assistência social.

A Casa de Passagem atende majoritariamente pessoas com idade entre 22 e 59 anos, em sua maioria, encaminhados pelo Centro POP. Segundo Júlio Pinho, psicólogo da instituição, o objetivo da Casa é inserir ou reinserir a pessoa no mercado de trabalho e garantir a essa ela autonomia. O tempo de permanência na unidade é de três meses, podendo variar de acordo com o caso:

“O tempo em média de atendimento aqui seria de três meses, só que isso não acontece na prática. Por quê? Falta de vagas em asilos, já que a gente recebe idosos que não tem condições de trabalhar. A gente recebe muito paciente psiquiátrico que não tem condições de trabalhar. Tem alguns aqui que a família não quis mais ficar, o psiquiátrico ou idoso. Então tem gente que não tem histórico nenhum de rua e está aqui. A gente não obriga ninguém a sair. Dado os três meses, se a pessoa não correu atrás e tudo mais, a gente vai conversando nesse meio tempo. Mas a gente tem que liberar a vaga. Mas tem essa questão do mercado de trabalho informal, até conseguir o emprego acaba ficando aqui mais tempo. Sai de manhã para agilizar algum documento, aí volta, acaba ficando” (Júlio Pinho, Casa de Passagem, 2016).

A Casa de Passagem dispõe de trinta vagas, sendo a instituição de acolhimento com maior capacidade de acolhimento. Além disso, é o único equipamento do município que atende mulheres em situação de rua, sendo destinado a elas um total de 10 vagas. Em geral, a unidade consegue atender a demanda, que é 25 pessoas em média. No entanto, conforme ressaltou o psicólogo, nem todas as pessoas abrigadas se encaixam no perfil de situação de rua. O déficit de vagas em asilos e hospitais psiquiátricos faz com que a Casa receba usuários com perfis inadequados para o local.

O **Abrigo Lar Cidadão** existe desde 2010 e localiza-se na Rua Prudêncio Bessa, Bairro Parque Aurora. Até o início do ano de 2017 a instituição localizava-se na Rua dos Goytacazes, Bairro Turf Clube, em uma área bem próxima ao Centro. O local onde funciona o Abrigo atualmente é uma residência que foi alugada pela prefeitura municipal. Trata-se de uma casa ampla, com uma área externa bastante extensa. No local há seis quartos, três banheiros, uma cozinha e uma varanda utilizada como refeitório. A equipe técnica é formada por profissionais da Psicologia e Serviço Social, bem como técnicos cuidadores, auxiliares de serviços gerais e cozinheiras.

O Abrigo possui vinte vagas, sendo que a maior parte desses indivíduos chega à instituição mediante o encaminhamento realizado pelo Centro POP. O público atendido é composto por pessoas do sexo masculino, no entanto, há previsão de também atender

mulheres, já que no local onde funciona o Abrigo atualmente, há quartos suficientes para atender pessoas dos dois gêneros.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), esse tipo de equipamento deve atender pessoas com idade entre 18 e 59 anos, no entanto, há também casos específicos de pessoas com mais de 60 anos que chegam à instituição por motivos diversos, entre os quais o adoecimento, problemas mentais, abandono familiar ou passagem pelas ruas. Camile Cruz, coordenadora do Abrigo,²⁷ afirma que alguns dos usuários do equipamento deveriam estar em outro tipo de instituição, como asilos, por exemplo. No entanto, por haver um déficit desse tipo de vaga no município, muitos são encaminhados para a instituição.

A unidade oferece acolhimento durante tempo integral, servindo as refeições diárias, além de realizar acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. Comparado às demais instituições do município voltadas a esse público, o abrigo é onde a população em situação de rua pode permanecer em acolhimento por um maior período de tempo, podendo alcançar seis meses de permanência.

Geralmente, os atendidos ficam abrigados em uma média de cinco meses. No entanto, segundo a assistente social da instituição²⁸, há casos específicos de pessoas que ficam abrigadas por vários anos, até alcançar sua autonomia e reintegração social.

A norma aqui do abrigo seria seis meses. Aqui é um abrigo provisório. Só que tem gente aqui já está aqui há cinco anos. Mas aqui a rotatividade é muito grande. Só os idosos e pacientes psiquiátricos que acabam permanecendo por mais tempo (Daniele Cândido, CentroPOP, 2016).

Geralmente não há um destino específico dos usuários. Em alguns casos, o próprio usuário abandona a instituição. Isso ocorre principalmente por não conseguirem se encaixar nas regras estabelecidas internamente. O fato de muitos deles serem dependentes químicos também contribui para a volta às ruas. Mas há também casos de idosos que conseguem benefícios e alugam uma casa, por exemplo.

O **Albergue Francisco de Assis**, localizado na Rua Saldanha Marinho, Centro, é uma unidade de acolhimento que se diferencia das demais por ser uma instituição privada, pertencente ao Grupo Espírita Francisco de Assis e que se integra à rede socioassistencial mediante convênio com a prefeitura municipal. A instituição, que tem 70 anos de fundação,

²⁷ Entrevista realizada no dia 21/12/2017.

²⁸ Entrevista realizada no dia 21/11/2016 com a assistente social Daniele Cândido, no Abrigo Lar cidadão.

originalmente leva o nome de Albergue Francisco de Assis. No entanto, após firmar convênio com a prefeitura municipal, necessitou se adequar às normas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, recebendo a nomenclatura de Casa de Passagem (informação verbal²⁹).

O equipamento dispõe de onze vagas, que geralmente ficam ocupadas integralmente. Possui dois quartos, além de banheiro, cozinha, espaço de convivência e salas para atendimento psicossocial. O quadro de profissionais é formado por um psicólogo e uma assistente social, dois cuidadores, além de uma cozinheira.

O AFA possui como principal característica o atendimento exclusivamente noturno em atende todos os dias da semana. Os usuários entram às 18 horas da noite, tomam banho, jantam, dormem e saem na manhã do dia seguinte. Além disso, recebem acompanhamento do psicólogo e da assistente social que pode os encaminhar para os demais serviços da rede socioassistencial, caso necessitem.

Os usuários são do sexo masculino, com idades variando entre 18 e 59 anos, que são encaminhados, majoritariamente, pelo Centro POP. Segundo Úrsula França, assistente social do Albergue, a unidade acolhe principalmente pessoas em trânsito, oriundas de outras cidades e estados, e que estão à procura de emprego.

Hoje a gente está atendendo por demanda encaminhada pelo Centro POP. Mas aos finais de semana ou, dependendo do caso, eu posso atender por demanda espontânea. E depois eu encaminho no dia seguinte para o Centro POP para ser referenciado (Úrsula França, AFA, 2016).

Em média, essas pessoas frequentam a instituição durante um mês, todavia, em determinados casos podem permanecer por mais tempo. Quanto ao destino das pessoas, a assistente social afirma que nem sempre é possível saber.

A maioria vai embora e não me comunicam pra onde vai. Tem uns que passam aqui duas, três noites eles não comunicam. Por que é assim... quem chega na cidade com a ilusão de arrumar emprego, que quer realmente trabalhar e não conseguiu, ele vai migrar pra outra cidade. Não ficam muito tempo parado. Os que estão aqui hoje, a maioria está em busca de emprego, está fazendo um bico. Tem o caso de um rapaz que chegou agora. Ele tem uma semana que está trabalhando no Super Bom (rede de supermercados), claro que ele precisa de um período para poder se estabilizar” (Úrsula França, AFA, 2016).

²⁹ Entrevista realizada no dia 23/11/2016 com a assistente social do Albergue Francisco de Assis, Úrsula França.

Durante trabalho de campo na instituição³⁰, um dos albergados era o Sr. Davi de 35 anos. Davi nasceu em Salvador, BA, mas mudou-se para Macaé há 16 anos, quando passou a trabalhar prestando serviços para a Petrobrás. Após perder o emprego, ficar sem moradia e não conseguir nenhum tipo de ajuda na rede assistencial daquela cidade, ele recorreu ao Albergue Francisco de Assis para permanecer provisoriamente.

Eu estou nessa situação já tem 22 dias. Por que meu dinheiro acabou. Fiquei um ano e três meses desempregado, a rescisão acabou, foi acabando o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), foi acabando o seguro... O dinheiro foi acabando... Eu devia três meses de aluguel, me mandaram embora (da casa). E aí eu recorri à Úrsula (Coordenadora do AFA) pra ficar aqui, até conseguir a passagem pra voltar pra minha terra natal. Eu nem vim morar em Campos... Eu só vim ficar aqui até conseguir alguma coisa. Se eu não conseguir, eu vou voltar pra minha terra. Meu objetivo é conseguir voltar pra Salvador. Esse é o meu objetivo. Então vou ficar aqui provisoriamente pra não ficar na rua lá (Sr. Davi, 35 anos, AFA).

Pode-se afirmar que a implantação das políticas sociais para a população em situação de rua representa um avanço na relação do Estado com relação a essa população. Tais políticas demonstram, de certa maneira, que essas pessoas estão sendo reconhecidas como sujeitos de direitos.

No entanto, deve-se considerar que tais medidas não implicam necessariamente na resolução de tal problemática. Pelo contrário, podem contribuir para a sua manutenção, já que não se apresentam medidas efetivas, como o acesso a moradias e a vagas de trabalho. Além disso, em muitos casos, o encaminhamento para as unidades de acolhimento são efetuadas apenas para atender as premissas urbanísticas idealizadas pelos atores hegemônicos.

Os estudos indicam que, em muitos casos, as políticas de acolhimento não atendem às necessidades desses indivíduos, de modo que muitos deles “preferem” permanecer nas ruas. Na maioria das vezes esses espaços não são projetados especificamente para essa finalidade, havendo uma série de deficiências estruturais que entram em conflito com a própria lógica assistencial e com as necessidades específicas das populações de rua. Uma das principais queixas diz respeito à ausência de espaços para guardar os pertences desses sujeitos. Muitos deles trabalham como catadores e possuem seus materiais de trabalho, como os veículos de madeira e os próprios materiais recolhidos nas ruas que precisam de locais espaçosos para ser armazenados. Queixam-se ainda da inexistência de armários onde se possam guardar os documentos, objetos pessoais e até mesmo eventuais dinheiros. Assim, para não correr o risco

³⁰ Trabalho de campo realizado em 20/12/2017.

de roubo ou recolhimento por parte da prefeitura, “preferem” permanecer na rua (ROBAINA, 2013).

A pesquisa do MDS (BRASIL, 2008) identificou que 46,5% dos entrevistados “preferem” dormir na rua, enquanto 43,8% manifestaram “preferência” por dormir em albergues. Entre aqueles que manifestaram predileção por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo da não “preferência” por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Entre aqueles que manifestaram “preferência” por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não “preferência” por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade.

Nas entrevistas realizadas com usuários dos equipamentos em Campos dos Goytacazes, a questão da segurança também foi apontada como um dos principais motivos pela permanência nos equipamentos, em detrimento da rua. É o caso do Sr. João, que vive no Abrigo Lar Cidadão. Para ele, ficar no Abrigo diminui os riscos de morrer ou mesmo cometer algum crime nas ruas. No entanto, ele ressalta que a permanência no local por muito tempo resulta em problemas físicos e psicológicos.

Eu prefiro ficar no abrigo por que eu tenho proteção de vida, né. Se eu ficar na rua eu vou correr um risco muito grande de morrer ou matar em qualquer momento. Não quero demorar aqui não. Eu prefiro procurar um trabalho, nem que seja sem carteira assinada. Pra eu seguir pra frente. Pretendo ficar aqui muito tempo, não. Eu vou dar um jeito. Ver se eu arrumo um trabalho aí. Ou Macaé, ou no Rio ou em Vitória. Mas eu vou ter que me estabelecer. Tem um ano que eu tô parado aqui sem fazer nada. Tem hora que dá até dor na cabeça. Me dá estresse. O estresse dá dor no corpo. Tem muita coisa na sua cabeça, fica martelando aquilo. Tem dia que eu não aguente ficar aqui. Mas eu boto uma roupa ali, desço lá pro mercado, vou lá pra beira do rio. Vou lá no Shopping Estrada, anda... quando eu chego aqui à tarde eu chego aliviado. Aquelas dores minhas, aquele estresse, passa tudo. Agora... tem pessoas que vivem aqui diariamente. Passam um mês, dois, três, cinco, seis, sem sair daqui de dentro. Quando sair na rua, vai estar doido (Sr. João, 52 anos, Abrigo Lar Cidadão).

O Sr. Marcos, que fica no Albergue Francisco de Assis afirma que ao mesmo tempo em que a rua oferece uma liberdade, ela não dispõe da devida segurança, o que acaba limitando o cotidiano de vida. Desse modo, é “mais preferível” a permanência na instituição, que além de oferecer segurança, oferece alimentação e higiene. Apesar de ser bem tratado, o Sr. Marcos afirma que determinadas regras da instituição acarretam transtornos. Ele explica que os pertences ficam em armários que, depois de trancados, não podem ser abertos. Outra

queixa é referente à proibição do uso de cigarros no interior da casa, que provoca reações físicas. Além disso, a rigidez no horário de entrada impede ou prejudica a realização de suas atividades laborais.

Na rua você tem liberdade, mas não tem segurança. Você fica no meio de várias pessoas com vários tipos de cabeça. Fui morar na rua, já que não tinha dinheiro para pagar aluguel. Aí me cadastrei no Bolsa Família lá no Centro Pop e entrei no abrigo. O abrigo me oferece a noite, a janta, o banho, que é essencial. A noite não pode fumar aqui dentro. Tudo é trancado no armário. Não se pode mexer duas vezes. Só uma vez só. Passamos por uma vistoria. Os guardas são excelentes. Todos os três. Cada dia é o plantão de um. Todos eles tratam bem. Mas tem hora que dá aquele tic... Aí eu falo com a coordenadora: eu tô meio tenso. Porque você fica cumprindo aquele horário... hoje mesmo eu precisava trabalhar até as 18h30min, mas não pude. Hoje parei 16h30min. Mas estava no meu horário. Porque é pertinho aqui... e eu tenho que entrar 18 horas. Não pode chegar 18h05min aqui. O protocolo da casa rege o seguinte: sai às 6h e entra às 18h de segunda a segunda. Feriado também. Eu faço tudo pra entrar no padrão, pra cumprir. (Sr. Marcos, 64 anos, AFA).

A rigidez na imposição de regras nos espaços institucionais faz com que muitas pessoas fiquem impedidas de lá permanecerem. Sr. André conta que depois de passar um dia sem retornar ao abrigo, foi impedido de retornar para o local:

Já fiquei no Albergue. Fiquei 3 dias. É difícil arrumar vaga pra ficar lá. Cheguei a ficar lá três dias. É que se você faltar um dia, perde sua vaga. E eu faltei... Quando eu voltei já não podia ficar mais. Se faltou, eles cortam (Sr. André, 33 anos).

O Sr. Rafael, que também está na rua, se queixa da ausência de vagas no Albergue. Para ele, a oportunidade de dormir no Albergue lhe traria mais segurança.

Eu até pedi essa requisição pra dormir no Albergue Francisco de Assis. Só que lá não está tendo vaga. Por que dormir na rua é muito perigoso. No Albergue você entra às 18h e sai às 6h. Pelo menos já é um lugar pra você dormir (Sr. Rafael, 35 anos).

No entanto, em muitos casos, quem está na rua não quer ir para as instituições de acolhimento. Afirmam que a rua permite certa liberdade, em detrimento dos abrigos: “Já fiquei lá um tempo (no Albergue Francisco de Assis)... mas eu saí. Não consigo ficar preso, não. Gosto de ficar é livre” (Sr. Nicolau, 43 anos). Já o Sr. Gustavo, diz que ouviu diversos relatos de pessoas que foram maltratadas nos equipamentos. Para ele, na rua há mais liberdade:

Todos que vão pra lá falam que é ruim... Uns, são pessoas que maltratam. Outros, são os Guardas Municipais que maltratam... que prendem, não deixam sair. Se sai na rua, não deixa entrar. Eu prefiro ficar aqui... tem mais liberdade. (Sr. Gustavo, 47 anos).

O Sr. José, por sua vez, compara o abrigo a uma gaiola de passarinhos. Ele afirma que quando chegou a Campos dos Goytacazes, lhe ofereceram uma vaga no Abrigo, no entanto, se ficasse abrigado, seria impedido de realizar seu trabalho:

Detesto abrigo. Abrigo é igual gaiola de passarinho. Eu sou bicho solto. Não posso ficar entre quatro paredes. Me ofereceram, mas eu não aceitei. Quando eu cheguei, eu catava latinha. E a latinha é à noite nos bares aqui da Pelinca. E no abrigo, 18h você tem que estar lá. E meu trabalho é à noite (José, 62 anos).

Ressalta-se, ainda, que para muitas dessas pessoas, há uma naturalização das vivências nas ruas. O tempo que vivem nesse ambiente e as estratégias desenvolvidas muitas das vezes impedem que se vislumbrem outras alternativas de vida, até mesmo a possibilidade de viver em um abrigo. Na visão do Sr. Antônio, que vive há mais de 30 anos nas ruas, as instituições de acolhimento seriam apenas necessárias para aquelas pessoas que não tem condições de sobreviver nas ruas. Para quem consegue trabalhar, como ele, não haveria a necessidade de ir para um abrigo: “*Já me chamaram. Eu trabalho, menino. Eu não preciso (do abrigo). Isso é mais pra quem não tem mais aquela força de fazer a correria dele. Tem pessoas que, se deixar na rua, até morre*” (Sr. Antônio, 48 anos).

Considera-se que os equipamentos de políticas públicas apresentam-se como importantes elementos para esses sujeitos, pois contribuem para a mitigação de suas dificuldades e problemas cotidianos. Tais ações estão longe de solucionar tal problemática, podendo, até mesmo, contribuir para a sua manutenção, já que junto a elas não se apresentam medidas efetivas, como o acesso efetivo a moradias e a vagas de trabalho.

Apesar de constituírem avanços significativos nesse campo, trata-se de medidas seletivas, com limites de cobertura. Em muitos casos vão de encontro às reais necessidades desse grupo, com exigências e normas que dificultam seu acesso aos direitos sociais. Como assinalado por Lopes Silva (2009), a despeito dos direitos sociais com princípios universais garantidos na Constituição de 1988, o avanço do projeto neoliberal imprimiu às políticas sociais uma conformação com profundos limites de cobertura e abrangência. Em relação à população em situação de rua, a autora afirma que as políticas se manifestam em confronto

com as características e perfil do grupo, de modo que as “exigências formais” dos programas geralmente constituem-se limites de acesso aos mesmos pelo público alvo.

A rigidez dos horários de entrada e saída dos equipamentos é um exemplo claro dessas exigências que não estão em consonância com o modo de vida dessa população. Muitos deles precisam escolher entre o abrigo e o trabalho, já que muitas atividades laborais são realizadas fora do horário comercial, quando os equipamentos se fecham. O que se percebe é que as atividades do circuito inferior não são reconhecidas como trabalho e as normas estabelecidas não atendem ao território usado por esse grupo social.

3.3. Usos do território e conflitos no espaço urbano

Conforme Santos (2000), os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando sobre o território, resultando em uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos agentes hegemônicos com os hegemonizados. Nesse sentido, os conflitos tornam-se inevitáveis. Nas cidades brasileiras, diversas ações são empreendidas contra a população de rua, demonstrando claramente as diferentes finalidades e estratégias de uso do território urbano.

Conforme Vainer (2002), no atual período, as cidades são planejadas a partir dos interesses corporativos globalizados, de modo que uma das ideias mais populares entre os planejadores urbanos é conceber a cidade como uma mercadoria de luxo a ser vendida num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Essa concepção pressupõe que a cidade seja constituída por atributos e recursos infraestruturais e simbólicos que constituem, em última instância, os valores de uso que o grande capital transnacional reconhece na mercadoria cidade.

Nessa cidade corporativa, o olhar lançado sobre a pobreza é extremamente negativo, haja vista que os pobres não se encaixam no perfil específico e qualificado do público consumidor, a saber, o capital internacional, visitantes e usuários solváveis. Logo, a pobreza e as práticas que a caracterizam tornam-se elementos indesejáveis, devendo ser combatidos.

Loschiavo dos Santos (2009, p.146) escreve que, na tentativa de atrair e reter o capital, as cidades procuram construir imagens positivas através de projetos de transformação urbana que sistematicamente tentam esconder as diferenças entre os ricos e os pobres, estabelecendo rígido controle sobre as populações marginalizadas, levando à emergência de práticas higienistas, punitivas e repressivas contra essas populações.

Santos (1999) afirma que o escândalo de carências e de escassez que atinge uma parcela cada vez maior da sociedade faz com que esta não seja mais capaz de obedecer a leis, normas, regras e costumes derivados da racionalidade hegemônica. Daí a proliferação dos "ilegais", "irregulares", "informais". No mesmo sentido, Nascimento (2011) explica que, por representarem uma única racionalidade, as normas e legislações instituídas na maioria das vezes não consideram os obstáculos impostos à existência de importante parcela da sociedade e, por isso, nunca acolhem os interesses e as necessidades que motivam as práticas e a permanência deste uso subversivo do território.

A população em situação de rua é uma das faces mais visíveis da pobreza urbana e constitui um dos principais alvos das ações repressivas dos agentes urbanísticos. De acordo com Frangella (2004), esses sujeitos são vistos por políticos, empresários e demais transeuntes como a forma mais extrema de marginalização econômica e social, de modo que sua presença no espaço urbano apresenta-se como uma contraposição às estratégias econômicas e políticas que ideologizam as cidades contemporâneas:

Os moradores de rua proporcionam uma paisagem deslocada nas configurações urbanas contemporâneas, historicamente constituídas a partir da modernidade e marcadas por discursos e práticas urbanísticas que fragmentam e hierarquizam espaços urbanos, por meio da ampliação dos espaços abertos de circulação (justamente os que sobram para as temporárias estadas dos habitantes de rua); da higienização e assepsia do espaço público; e, sobretudo, da política contínua de intervenção urbana de banimento e separação do lixo, dos restos, do fedor sobre as ruas e lugares públicos (FRANGELLA, 2004, p.163).

Nesse mesmo sentido, Daiane Santos (2009) afirma que a presença da pessoa em situação de rua transgrede diversas ordens hegemônicas, tais como a da distribuição dos indivíduos no território urbano, a da participação no mercado de trabalho e a da inserção na burocracia do Estado. Segundo a autora:

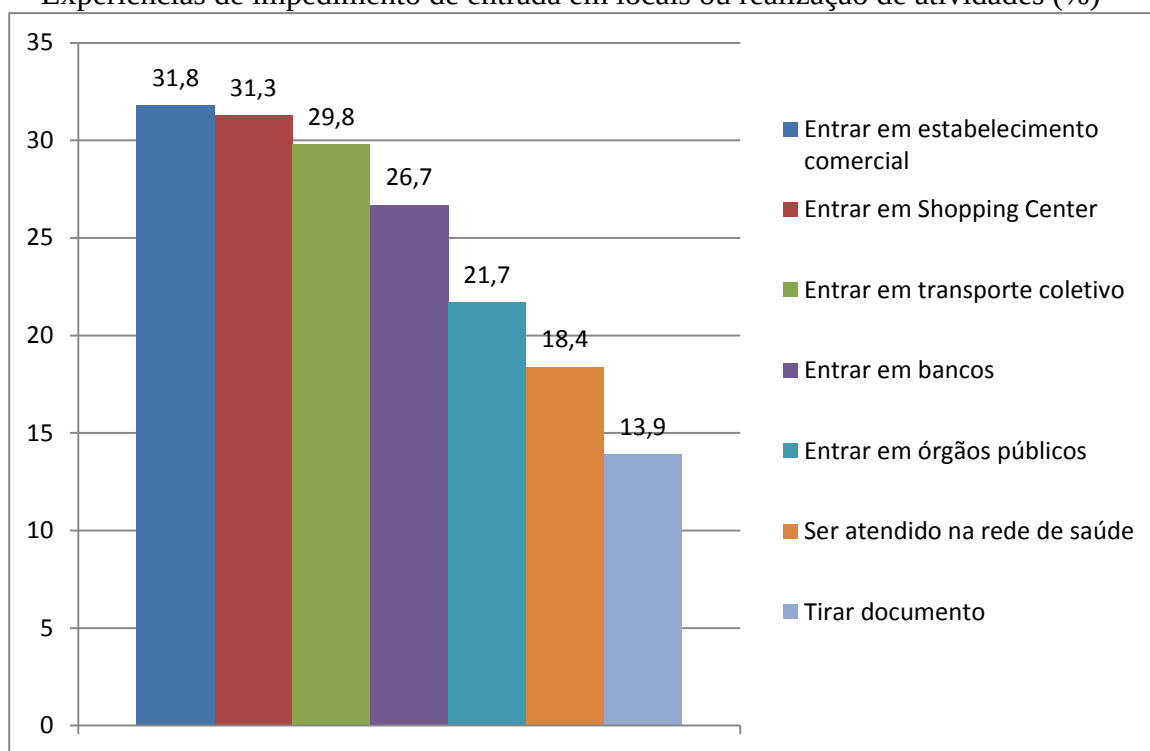
Os moradores de rua são empecilhos para a sociedade, considerados desnecessários economicamente, perigosos socialmente e incômodos politicamente, seu modo de ser e agir reflete uma desordem social. Dessa forma, a sociedade responde com desprezo, rejeição, estigmas de vagabundo ou coitadinho (DAIANE SANTOS, 2009, p.54).

As respostas a esses incômodos se dão de diferentes formas e se constituem verdadeiras tentativas de excluir essa população dos espaços das cidades.

As discriminações sofridas pela população de rua se expressam, por exemplo, no fato de serem comumente impedidas frequentar ou mesmo entrar em determinados locais, assim como realizarem certas atividades. A pesquisa do MDS (BRASIL, 2008), mensurou que a entrada em estabelecimentos comerciais e em shoppings são as experiências discriminatórias mais citadas (Gráfico 09). É provável que isso tenha relação com o fato de muitas pessoas enxergarem esses sujeitos como “vagabundos”, que não possuem capacidade de trabalhar e obter uma renda suficiente para consumir no comércio. O impedimento de entrar no transporte coletivo também é bastante citado. Tal discriminação faz com que essas pessoas sejam impedidas de chegar a determinados locais da cidade ou mesmo de retornarem para suas cidades de origem. Os dados também indicam que essa população é impedida de exercer direitos básicos de cidadania, como a expedição de um documento e ser atendimento pelos serviços de saúde. Trata-se, da verdadeira negação ao uso do território.

Gráfico 09

Experiências de impedimento de entrada em locais ou realização de atividades (%)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - MDS, 2008.

Nota: As colunas não totalizam 100% pois a informação é coletada em quesito de marcação múltipla.

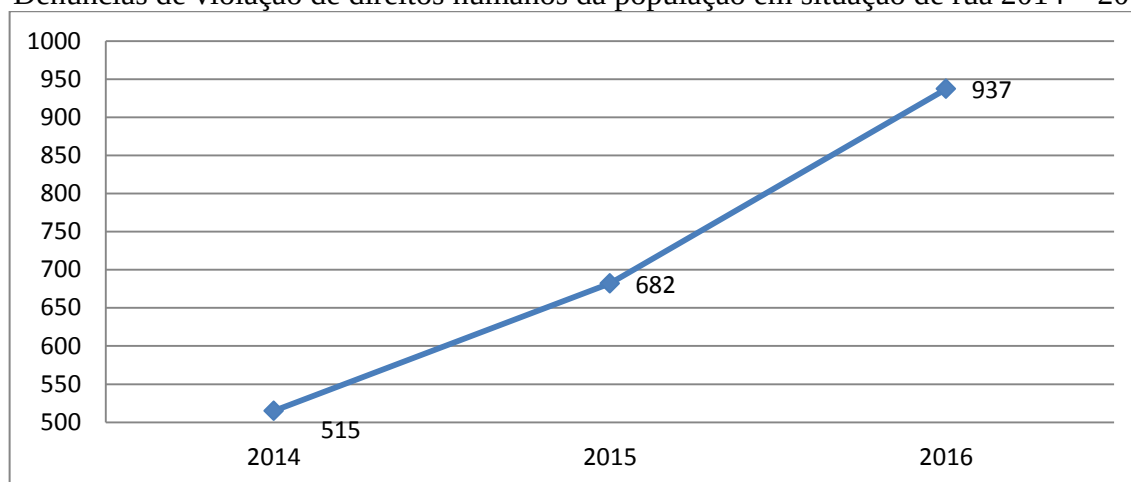
É importante ressaltar que a mensuração dessa informação se deu com base, apenas, em informações sobre impedimentos sofridos. No entanto, é bastante provável que por

inúmeras vezes muitas dessas pessoas nem tentam entrar em certos locais para evitar o constrangimento decorrente da provável negativa.

Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos³¹ também indicam que são cada vez mais comuns denúncias de casos envolvendo desrespeito e violência contra a população em situação no Brasil. O gráfico 10 evidencia que no período de 2014 a 2016 as denúncias de violação de direitos humanos desse segmento populacional aumentaram consideravelmente, passando de 515 para 937. Tendo em vista que esses dados expressam apenas as denúncias efetuadas, é muito provável que os casos sejam ainda mais numerosos.

Gráfico 10

Denúncias de violação de direitos humanos da população em situação de rua 2014 – 2016



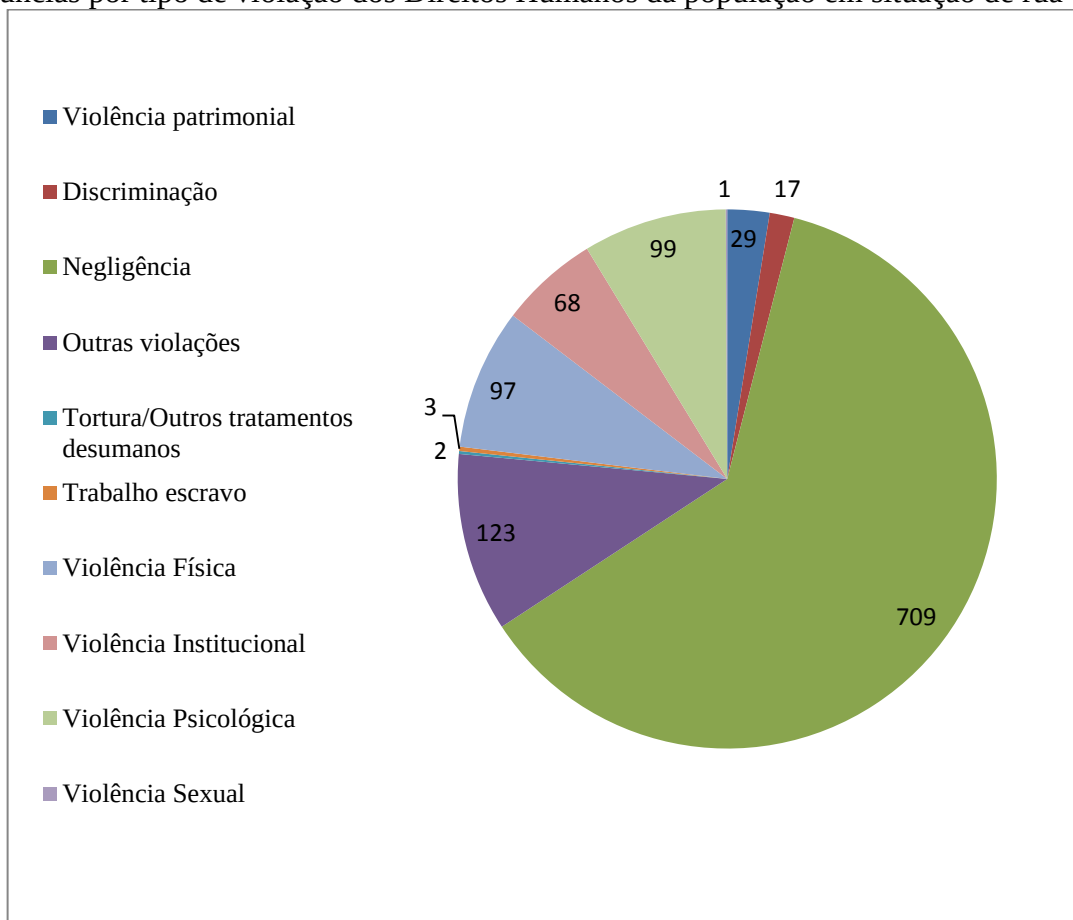
Fonte: Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Adaptado pelo autor.

As denúncias envolvem os diversos tipos de violação aos direitos humanos dessas pessoas. Conforme mostra o gráfico 11, no ano de 2016 destacam-se os casos de negligência envolvendo o poder público, violência física, violência psicológica e violência institucional. Casos de violência sexual, discriminação e trabalho escravo também foram denunciados, o que demonstra o alto grau de vulnerabilidade a qual está submetida esta população.

³¹ O Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos tem a competência de receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações, atuar na resolução de tensões e conflitos sociais que envolvam violações de direitos humanos, além de orientar e adotar providências para o tratamento dos casos de violação de direitos humanos, podendo agir de ofício e atuar diretamente ou em articulação com outros órgãos públicos e organizações da sociedade. As denúncias poderão ser anônimas ou, quando solicitado pelo denunciante, é garantido o sigilo da fonte das informações. Os dados apresentados foram coletados nos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, incluindo Disque 100, Ouvidoria Online, Clique 100, aplicativo Proteja Brasil e denúncias por canais presenciais. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/disque100/disque-direitos-humanos>>. Acesso em 13/01/2018.

Gráfico 11

Denúncias por tipo de violação dos Direitos Humanos da população em situação de rua - 2016



Fonte: Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
Adaptado pelo autor

Convém destacar os diversos casos de mortes de pessoas em situação de rua em decorrência do frio em diversas cidades do país no ano de 2016. Cidades como Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo apresentaram casos de mortes desencadeadas pela baixa temperatura. Em todos os casos, instituições ligadas à população de rua denunciavam a ausência de medidas eficazes pelo poder público no sentido de minimizar o sofrimento dessas pessoas. Em São Paulo, mesmo com o frio extremo, pessoas tiveram seus pertences recolhidos pela Guarda Municipal, além de serem despertados com jatos de água no rosto na madrugada.

O momento em que o frio é mais intenso também coincide com denúncias de que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) está agindo de forma truculenta durante ações de zeladoria executadas em conjunto com as subprefeituras. Segundo o padre Lancelotti, ações batizadas de “rapa” têm levado colchões, cobertores e até pertences pessoais (como documentos) de moradores de rua. Entrevistadas por uma reportagem do portal *G1*, diferentes pessoas relataram terem tido os pertences

pessoais e de trabalho, como carroças, levados pela GCM, além de terem sido acordadas de forma truculenta, com uso de água no rosto, tapas e chutes³².

Além desses tipos de discriminação, a população de rua também é alvo das violências verbal e físicas, ações coercitivas realizadas por policiais e demais agentes do Estado, assim como modificações das formas urbanas no sentido de impedir a permanência desses sujeitos em determinados espaços. É comum que grupos de comerciantes aleguem que as populações de rua atrapalham o comércio local, por conta da ação de mendicância ou mesmo por conta do aspecto repulso e temeroso da miséria. Assim, sob a justificativa do pagamento dos impostos e a inação do Estado, executam ações violentas para expulsá-los, mesmo que temporariamente. Lançamento de água no início das manhãs, espancamentos e até contratação de matadores de aluguel configuram essa realidade (ROBAINA, 2010).

A realização das entrevistas realizadas com a população de rua em Campos dos Goytacazes permitiu identificar que essas pessoas também enfrentam casos de conflito e até mesmo violência em suas vivências cotidianas na cidade. Maria, que vive no Novo Mercado Municipal, conta que moradores vizinhos ao local demonstram-se incomodados com suas presenças, inclusive os denunciando às rádios locais, na tentativa de chamar a atenção do poder público para removê-los dali: “Tem uns que não gostam da gente. Quer que a gente saia daqui. Denuncia a gente na rádio. Mas não conseguiram tirar a gente daqui”. Já o Senhor Benjamim, que vive próximo ao Trianon, afirma que já teve pertences pessoais queimados por uma comerciante: “Essa mulher botou fogo na minha roupa todinha... Essa mulher aí (apontando para uma lanchonete). Porque a minha roupa eu colocava na calçada”.

A chamada “arquitetura antimendigo” consiste em uma das principais formas de violência contra essa população. Nesse caso as estruturas físicas da cidade são projetadas ou modificadas na tentativa de evitar a ocupação de determinados espaços pela população em situação de rua. Tais ações são executadas tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada. Segundo Frangella (2005):

Dispositivos físicos como fechamento de banheiros públicos ou interdição de vias e praças para passar as noites (...), grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns

³² El País: Mortes de moradores de rua com onda de frio em São Paulo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/13/politica/1465848223_192190.html>. Acesso em: 10/01/2018.

prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises (FRANGELLA, 2005, p.201).

Outras modificações do espaço urbano também são apontadas por Robaina (2011, p.157-158):

Nos pontos de ônibus e, principalmente, em praças públicas, inúmeros bancos estão sendo substituídos por outros que impossibilitam a permanência por longo período de tempo, principalmente pelo desconforto de um design planejado especificamente com essa função. Em áreas situadas embaixo de viadutos e pontes, ou em túneis ou outros espaços na cidade, as ações municipais têm cimentado e colocado pedras ou qualquer outro tipo de materiais que impossibilite que a superfície fique plana, impossibilitando a permanência dos sujeitos. Também é possível observar a modificação estética dos novos chafarizes, que são compostos, muitas vezes, somente com jogos de luzes, chamados de “*chafarizes secos*” ou gradeados para dificultar a obtenção e o acesso à água (ROBAINA, 2011, p.157-158).

À medida que o espaço é moldado e modificado para impedir sua permanência, o morador em situação de rua também adapta o seu corpo, reconfigurando seus usos. De imediato, ocorre uma alteração em sua rotina itinerante, ao passo que ele muda seu local de permanência ou uso. No entanto, não é incomum que após algum tempo haja um retorno ao local e uma nova modificação para ali garantir sua permanência e existência.

Do mesmo modo, o Estado e suas ações de ordenamento territorial urbano, permanentemente buscam dar conta de uma “limpeza urbana” sobre os grupos marginalizados nos espaços públicos. Durante a realização da pesquisa de campo ouvimos relatos de pessoas que chegaram a Campos dos Goytacazes mediante o encaminhamento de prefeituras de outras cidades. Um morador de rua afirmou que o serviço de assistência social da prefeitura de um município capixaba o colocou em um veículo juntamente com outras pessoas em situação de rua e o deixou em Campos dos Goytacazes³³. Em outro relato, a coordenadora do Abrigo Lar Cidadão também afirma saber do caso de um grupo de pessoas em situação de rua que desembarcou de uma van na Praça São Salvador³⁴. Durante a realização da presente pesquisa não foi possível perceber se essa ação também é realizada por iniciativa do poder público de Campos dos Goytacazes. No entanto, identificou-se que a prática de oferecer passagens de ônibus para pessoas em situação de rua já ocorreu na cidade. Todavia, atualmente não estaria ocorrendo devido à crise econômica³⁵.

³³ O relato foi ouvido durante ação de entrega de lanches do Projeto Alegria no dia 18/04/2017. O senhor em questão afirmou ter formação em Direito e ser usuário de drogas. Trabalhava na rua fazendo pequenos reparos em veículos.

³⁴ Relato ouvido durante pesquisa de Campo no Abrigo Lar Cidadão no dia 21/12/2017.

³⁵ Relato ouvido durante pesquisa de campo e entrevista com usuário do Albergue Francisco de Assis em 20/12/2017.

Outra forma de ação estatal diz respeito às operações policiais ou da guarda municipal, onde ocorrem os recolhimentos dos corpos das populações de rua de determinados espaços. Em geral, são deslocadas para outras áreas mais afastadas na mesma cidade. Esse tipo de ação também ocorre em Campos dos Goytacazes. Em uma das operações realizadas pela Guarda Municipal, os agentes agiam no sentido de expulsar pessoas da área próxima à Ponte Leonel Brizola. Além de impedir a permanência do grupo no local, recolhiam seus pertences como colchões, cobertores e papelões, colocavam em uma caminhonete e os levava para o CentroPop³⁶ (Figuras 36, 37 e 38).



Figura 36: Guarda Municipal removendo pessoas em situação de rua do Centro da cidade
Fonte: Trabalho de campo em 06/09/2016.

³⁶ A ação foi vivenciada durante uma visita técnica ao CentroPop no dia 06/09/2016. Durante o momento em que eu aguardava para ser atendido pela assistente social percebi diversos carros da Guarda Municipal chegando ao local carregados de materiais como colchões, cobertores e papelões. Saindo do local, pude observar um grupo de guardas municipais embaixo da Ponte Leonel Brizola, mais conhecida como Ponte da Rosinha, tradicional local de concentração da população em situação de rua na cidade. Ao me aproximar pude constatar que estes recolhiam os pertences das pessoas que ali se encontravam. Havia uma mulher que orientava a ação dos guardas e, segundo o que ela dizia, os pertences pequenos poderiam ser levados pelos sujeitos, no entanto não poderiam permanecer no local. Já os objetos maiores eram recolhidos pelos agentes da Guarda, colocados no carro e levados para o CentroPop. Relatos de funcionários da instituição davam conta de que se tratava de uma ordem da prefeitura.



Figura 37: Guarda Municipal removendo pertences de pessoas em situação de rua.
Fonte: Trabalho de campo em 06/09/2016.



Figura 38: Homem se retira do local após intervenção da Guarda Municipal.
Fonte: Trabalho de campo em 06/09/2016.

Observa-se, um comportamento conflitivo entre setores do próprio Estado. Ao mesmo tempo em que a secretaria de Desenvolvimento Humano e Social atua para integrar esse grupo às políticas sociais de direito, a Guarda Municipal age em sentido oposto, restringindo a “liberdade” dessas pessoas.

Robaina (2010, 2011) explica que as ações de institucionalização da população em situação de rua baseiam-se antes de tudo na contenção da circulação desses sujeitos e de seus rastros de miséria da paisagem “perfeita e idealizada”, do que propriamente numa tomada consciente da resolução deste problema social nos espaços urbanos.

Conforme Santos (2000), os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando sobre o território, resultando em uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonizados. As ações empreendidas contra a população de rua nas cidades demonstram claramente as diferentes finalidades de estratégias de usos do território urbano. Embora coexistam no território, as ações de parte da sociedade civil e principalmente das empresas e do Estado sobre população de rua evidenciam um maior poder de atuação sobre o território, de modo que os atores hegemonizados são desconsiderados nesse processo.

A atual estigmatização e criminalização da população em situação de rua nas cidades como acontece hoje se deve, em grande parte, à ideia de controle social prescrita na legislação criminal brasileira ao longo do tempo. Segundo Valença (2014), no Código Criminal do Império, de 1830, qualquer pessoa que não tivesse uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir poderia ser punido com prisão e trabalho forçado por oito a 24 dias. Em 1890, após a Abolição, com a aprovação do novo Código Penal, passou a ser enquadrado como contraventor aquele que não exercitasse qualquer tipo de atividade laboral, não possuindo meios de subsistência e domicílio para morar; ou que exercitasse alguma atividade proibida por lei ou considerada ofensiva a moral e bons costumes. A pena era de prisão por 15 a 30 dias, além de ser obrigado a assinar um termo ocupação dentro de 15 dias, após o cumprimento da pena. Já em 1893, o Decreto Legislativo n. 145, de 11 de julho, passou a prever outro conceito para a vadiagem, compreendendo aquelas pessoas maiores de 14 anos que viviam sem família, sem uma ocupação legal e honesta e que vagassem pela cidade na ociosidade.

A autora explica que os pobres, principalmente negros, eram considerados como os sujeitos tipicamente criminais, justificando o controle social sobre essa população. Aqueles que vagueavam pelas ruas sem qualquer ocupação deveriam ser punidos antecipadamente para que não cometessem crimes: “o vadio era entendido como alguém dotado de periculosidade” (VALENÇA, 2014, p.104).

O Código Penal de 1940 excluiu a mendicância e a vadiagem de seu rol de crimes que, após a instituição da Lei de Contravenções Penais (LCP) em 1941 (DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941) tornaram-se contravenções penais:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada: a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento. b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos.

A contravenção de mendicância perdurou por 68 anos até sua revogação por meio da lei número 11.983/09, de modo que somente a partir de 2009 a mendicância deixou de ser um ilícito penal, não podendo uma pessoa ser punida criminalmente por essa conduta. No entanto, a vadiagem ainda é mantida como uma contravenção penal.

Gonçalves (2016) considera que a contravenção penal de vadiagem pode ser avaliada como um tipo em desuso, visto que, atualmente, o índice de condenações por essa conduta é consideravelmente baixo. Todavia, o autor ressalta que apesar de não ser utilizada no cotidiano forense, a lei ainda pode ser empregada ao sujeito que se enquadrar na conduta prescrita.

Souza (2017, p.67) explica que “o ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes”. O autor explica que a “ralé brasileira” serve às classes favorecidas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar prazer de superioridade; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil. O ódio e toda forma de opressão empregada aos escravos que formavam a antiga “raça condenada” é agora direcionada também aos demais que formam a “classe condenada”, todavia, sem que o racismo deixe de existir enquanto fator importante neste sistema.

Ele acrescenta que, como não houve quebra temporal entre a escravidão e a produção de uma ralé de inadaptados ao mundo moderno, os pobres herdaram, sem solução de continuidade, todo ódio e o desprezo covarde pelos mais frágeis e com menos capacidade de se defender. O antigo medo da “rebelião negra” nas fazendas e quilombos se transforma e é agora percebido no uso sistemático da política como forma de intimidação, repressão e humilhação das classes sociais mais pobres.

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de política com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte de violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos. E essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e

selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos (SOUZA, 2017, p.83).

Para Pereira e Siqueira (2010), a propagação da ideia de miséria como crime legítima e perpetua as segregações, os descasos e, em casos extremos, as execuções, espancamentos e ataques verbais ou simbólicos, provenientes de diferentes estratos sociais, contra a população de rua como um todo.

Embora coexistam no território, as ações de parte da sociedade civil e, principalmente, das empresas e do Estado sobre a população de rua evidenciam as diferenças no poder de atuação sobre o território usado. Nesse jogo desigual e gerador de conflitos, o território como abrigo dos necessitados é constantemente desconsiderado, havendo a sobreposição das estratégias hegemônicas de uso do espaço urbano.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar os usos do território pela população em situação de rua que ocupa a área central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ em suas estratégias de moradia e trabalho. O estudo se deu mediante pesquisa bibliográfica, levantamentos de dados secundários em bancos de dados, além de trabalhos de campo, nos quais se lançou mão de observações, fotografias e entrevistas de cunho qualitativo.

A pesquisa realizada permitiu considerar que a presença de pessoas vivendo nas ruas constitui uma perversa realidade que se revela na paisagem do espaço urbano de grande parte das cidades do Brasil e do mundo. Esse fenômeno insere-se num contexto amplo e estrutural de produção de pobreza na sociedade contemporânea inerente ao sistema de produção capitalista. Em um contexto de inúmeras vulnerabilidades, entre as quais o desemprego, uma inserção ocupacional irregular e de baixos rendimentos, muitas pessoas chegam ao limite das ruas.

A análise evidencia que, em muitos casos, viver na rua é uma situação provisória. Alguns dos entrevistados estão nessa situação há pouco tempo e apresentam o desejo de morar em uma casa. Há, inclusive, aqueles que recentemente deixaram para trás esposas e filhos devido ao desemprego, mas que dependem apenas de uma oportunidade para conseguir pagar um aluguel. Por outro lado, observa-se que algumas pessoas adquiriram hábitos e costumes tão fortes em relação à rua, que já não demonstram vontade de desenvolver uma nova forma de viver na cidade. No entanto, também há casos de pessoas que, apesar do desejo de ter sua casa, dificilmente conseguirão romper com esse quadro devido à idade avançada e os problemas de saúde. O que lhes resta são apenas as instituições de acolhimento.

Apesar de constituírem sujeitos relevantes na produção do espaço urbano, ainda são escassos os estudos e pesquisas sobre essa população, tanto em âmbito governamental ou acadêmico, principalmente no campo da Geografia. Tal fato constitui um desafio para a realização de estudos sobre esses sujeitos. Além disso, o fato de não possuírem um local fixo de moradia é um dos fatores que dificultam encontrar esses sujeitos, quantificá-los e analisar suas condições de vida.

A população de rua, apesar de historicamente ser invisibilizada socialmente, é parte integrante do espaço urbano e mesmo em um contexto de extrema privação, se apropria de espaços e de recursos específicos das cidades no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território usado um abrigo. Essa realidade é presente em Campos

dos Goytacazes que, apesar de historicamente ter apresentado uma opulência econômica, teve seu desenvolvimento marcado pela geração de pobreza, que se evidencia em seu espaço urbano.

O mapeamento dos pontos de ocupação e dos recursos utilizados evidencia uma delimitação geográfica. Assim como na maioria das cidades brasileiras, em Campos dos Goytacazes a população em situação de rua concentra-se na área central da cidade. As análises permitem considerar que a forma como a cidade está organizada condiciona a vida dessas pessoas, que aproveitam as formas e dinâmicas próprias do Centro comercial para realizar suas estratégias de habitação e sustento.

Os territórios são apropriados e usados conforme suas necessidades, havendo diferenciações no período de permanência, que podem se dar durante um período do dia, semanas, meses ou anos. A pesquisa identificou a existência de oito pontos de ocupação e uso por essa população no Centro da cidade: o Hospital Plantadores de Cana, o Jardim São Benedito, a Ponte Leonel Brizola (Ponte da Rosinha), as praças São Salvador e República, além das proximidades do Teatro Trianon, do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e o espaço destinado ao Mercado Municipal. Apesar de existirem outros locais de ocupação e uso na cidade, os oito pontos especificados apresentam maior concentração dessa população.

A alimentação é adquirida, muitas das vezes, a partir de instituições como o Centro POP e a Madre, assim como por meio de organizações não governamentais que realizam ações voluntárias, a exemplo do Projeto Alegria, que faz entrega de lanches às terças-feiras nos principais locais de concentração dessa população. Quanto à água para beber, pode ser adquirida em igrejas, postos de combustíveis ou até mesmo no Batalhão da Polícia Militar. Já o banho pode acontecer em banheiros públicos, no CentroPOP ou até mesmo no Rio Paraíba do Sul.

Nos usos que fazem do território, destacam-se ainda as instituições ligadas às políticas sociais voltadas especificamente para essa população. Na cidade de Campos há quatro equipamentos que oferecem serviços às pessoas que vivem nas ruas: o Centro POP, a Casa de Passagem, o Abrigo Lar Cidadão e o Albergue Francisco de Assis. Tais materialidades apresentam-se como importantes elementos para esses sujeitos, pois contribuem na mitigação de suas dificuldades e problemas cotidianos, assegurando o acesso a condições de vida mais adequadas, ainda que de forma provisória. No entanto, deve-se considerar que tais ações não implicam necessariamente na resolução da problemática. Pelo contrário, podem contribuir para a sua manutenção. É necessário, antes de tudo, repensar o modelo de desenvolvimento

que a sociedade adotou. Modelo este que gera pobreza e que, por sua vez, empurra as pessoas para as ruas. Se aspectos como a qualificação, o emprego e a moradia não forem considerados nesse processo, dificilmente o problema será resolvido.

Em Campos dos Goytacazes chama a atenção o reduzido número de vagas nas unidades que atendem à população de rua. Constatase ainda que tais espaços não são projetados adequadamente para essa finalidade, havendo uma série de problemas estruturais que entram em conflito com a própria lógica assistencial e com as necessidades próprias da população de rua,

Enquanto alguns ficam nos abrigos, a maioria permanece nas ruas. Os relatos colhidos nas instituições indicam que a escolha pelos abrigos ocorre principalmente pela segurança oferecida, em oposição à violência das ruas. Por outro lado, aqueles que “preferem” as ruas afirmam que isso ocorre devido ao excesso de regras das instituições, enquanto a rua ofereceria maior “liberdade”. Os horários de entrada e saída, por exemplo, acabam impedindo a permanência de alguns trabalhadores nesses espaços, haja vista que para muitos deles o trabalho é realizado durante a noite. Torna-se essencial que as normas que regem o funcionamento desses espaços sejam revistas no sentido de atender efetivamente essa população, considerando suas necessidades específicas.

Observa-se ainda a necessidade de maior articulação entre as ONGs, assim como a articulação entre estas e o poder público. Tal integração resultaria em melhor aproveitamento de recursos, pois é recorrente o fato de mais de uma instituição realizar determinada ação ao mesmo tempo, sendo que poderiam, por exemplo, revezar os atendimentos em diferentes dias, de modo que os serviços sejam oferecidos durante toda a semana.

Contrariando os discursos impregnados de preconceitos e que classificam esses sujeitos como desocupados, a análise revela que a população em situação de rua está incorporada à economia urbana via circuito inferior, com a criação de trabalhos em suas diversas formas, garantindo a existência e sobrevivência desse grupo no espaço urbano da cidade.

A grande concentração de pessoas, comércio e serviços na área central da cidade constitui um fator essencial para a realização atividades como a venda de doces e artesanatos, a catação de materiais recicláveis, assim como o trabalho de “flanelinha”. Além desses serviços, ocorre a realização de atividades esporádicas, como capina de quintal, pintura, ou ajudante de pedreiro. Outras formas de obtenção de dinheiro identificadas foram a

prostituição e a venda de vagas nas filas de hospitais. Os ganhos variam de acordo com a atividade e o local de sua realização, podendo alcançar R\$ 70,00 por dia.

Importa considerar que para essa população o trabalho adquire significativa importância. Muitos dos entrevistados demonstraram preocupação em se apresentar como trabalhadores, numa tentativa de se diferenciar de quem vive apenas da caridade. Tendo em vista que a sociedade em geral tende a deslegitimar as atividades exercidas por essa população, alguns deles faziam questão de frisar a importância social e ambiental do trabalho que realizam, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

Ressalta-se que a ausência do trabalho foi o fator responsável pela desestruturação da vida de grande parte daqueles que vivem nessas condições. Suas trajetórias ocupacionais anteriores à rua são marcadas pela segmentação na duração dos vínculos, atividades de baixa qualificação e com alto potencial de substituição, além dos níveis de rendimentos muito baixos. Assim, diferente do que geralmente se pensa, ao chegar às ruas essas pessoas buscam, de certa forma, resgatar e manter sua legitimidade e dignidade através do trabalho.

A pesquisa realizada permite ainda considerar que os usos que essa população faz do espaço urbano se mostram como uma contraposição às estratégias que constituem as cidades corporativas. Diante disso, os conflitos se tornam inevitáveis, chegando ao extremo da execução de verdadeiras ações higienistas, visando eliminar essa população das áreas privilegiadas do espaço urbano. Durante o estudo pôde-se identificar ações da Guarda Municipal que recolhiam pertences dessa população, expulsando-os de espaços no Centro da cidade. Denúncias nas rádios feitas pela população domiciliada, além da queima de pertences por comerciante também foram ações relatadas pelos entrevistados. Então, observamos a contradição: ao mesmo tempo em que essa população é invisibilizada, é também incômoda e atacada por parte da sociedade.

O poder público que deveria garantir e preservar os direitos básicos desse grupo, muitas das vezes age em sentido oposto, como foi percebido pela ação da Guarda Municipal. Esse fato demonstra que, apesar dos avanços no sentido de integrar essa população aos serviços básicos, a mesma continua sendo alvo de ações que visam atender unicamente os atores que comandam a cidade capitalista.

Considera-se que as ações dessa população no espaço urbano constituem resistências ante as racionalidades hegemônicas de uso do território urbano. Ao desenvolverem estratégias de moradia e sustento, se contrapõem à organização e ao uso dominante do território e denunciam a perversidade do processo gerador de pobreza na sociedade contemporânea.

Enfim, considera-se que analisar os usos do território por essa população propicia uma melhor compreensão da complexidade do espaço urbano, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade. Além disso, as análises podem colaborar na desconstrução de preconceitos e concepções equivocadas reproduzidas socialmente, assim como contribuir na elaboração de políticas públicas mais condizentes com a realidade desse grupo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. **Site Le Mond Diplomatique Brasil**, 2008. Disponível em: <<http://webserver.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 03/01/2016.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e Gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.

_____. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009b.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009c.

_____. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop - SUAS e População em Situação de Rua, Volume 03, Gráfica e Editora Brasil LTDA: Brasília, 2011.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela:** a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARLOS, A. F. A.. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTRO. Iná Elias de. **Geografia e Política:** Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAVALCANTI, L. S. .A cidadania, o direito à cidade e a Geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **Geousp**, São Paulo, v. 5, p. 41-56, 1999.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** Desenvolvimento e dinâmica territorial no norte fluminense. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DAIANE SANTOS. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA:** um estudo de caso. Monografia de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania. Fundação Escola do Ministério Público, 2009.

DAMATTA, R. **A casa & a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUTRA, P. L. **Programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas de moradias.** 2017f., Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

DUTRA, P. L. ; TERRA, D. C. T. Programa Morar Feliz em Campos (RJ) sob a ótica do beneficiário. 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. In.: **Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória, ES, 2017.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

_____. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In.: BURSTYN, Marcel. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Geramond, 2003, pp.139-172.

FARIA, T. J. P.. As Reformas Urbanas de Campos e suas contradições. O Plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, p. 1-14, 2000.

_____. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina Por uma Geografia Latino-Americana: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**, p.4478-4799, 2005.

_____. O papel dos médicos e engenheiros na modernização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes, no início do século XX. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. **Anais do ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, p.01-08, p. 2005b.

FARIA, T.J.P.; POHLMANN, M.A.O.. Dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: O programa habitacional Morar Feliz e expansão da periferia. XVI ENANPUR: espaço, planejamento e insurgências, 2015, Belo Horizonte. **Anais do XVI ENANPUR**, p.01-18, 2015.

FARIA, T.J.P. ; ZACCHI, R. C. ; MOTHE, N. G. . Desenvolvimento econômico, desigualdades e injustiças socioespaciais em Campos dos Goytacazes: o papel das políticas públicas urbanas.. In: Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, 2013, Lisboa. **Anais do Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias: Políticas Públicas e Desigualdades**. Lisboa, 2013. v. 1. p. 67-86.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2013.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

_____. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, N. 13, p.199-228, 1º sem. 2005.

FREITAS, Kêila Pirovani Da Silva. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos**. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. Centro de Ciências do Homem/Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

GONÇALVES, G. H. R. .Mendicância, desvio social e cidadania: uma análise sociojurídica sobre o fenômeno da indigência no Brasil. In. **Anais do Encontro Toledo de Iniciação Científica** Prof. Dr. Sebastião Jorge Chammé - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, vol. 12, nº 12, 2016.

HARVEY, D. **A justiça espacial e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10/10/16.

NATALINO, M. A. C.. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão. **Brasília**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

KOGA, D. H. U. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES SILVA, M. L.. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009b.

LOSCHIAVO DOS SANTOS, Maria Cecília.. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In.: **Rua, aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Org.: CUNHA, J.V.Q.; RODRIGUES, M. Brasília, 2009, p.139-150.

MONTEIRO, M. O. A. **Pobreza extrema no espaço urbano**: O caso dos moradores de rua de Fortaleza-CE, Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2011.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, F. C. do.. Do uso corporativo ao uso subversivo do território nos países periféricos. **Revista Mercator**: Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 49-58, set./dez. 2011.

NEVES, D. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, nº31, Jan/Dez. Salvador, 1999.

NEVES, D. P. Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). **Antropolítica (UFF)**, v. 29, p. 11-35, 2010.

OZANIRA DA SILVA. M.. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, p. 155-163, 2010.

PAES, Sylvia Márcia da Silva. **Os impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes (1991-2005)**. Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, 2006.

PENTEADO, Ana Tereza Coutinho. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PEREIRA, M. F. V.. A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas. In: 5ª Semana Acadêmica da UFU, 2008, Uberlândia. **Anais da 5ª Semana Acadêmica da UFU**. Uberlândia: UFU, v. 1. p. 1-9, 2008.

PEREIRA, C. P. ; SIQUEIRA, M. C. . Criminalização da Mendicância e a Realidade da População de Rua do Brasil. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético Político Profissional, 2010. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília, 2010.

PIMENTEL, Paula Cruz. **Memórias de comerciantes locais: a nova funcionalidade do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes/RJ**. Dissertação de mestrado em Memória Social. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

POHLMANN, M.A.O; FARIA, T.J.P. Discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da revista A Aurora-Lettras- Artes-Sciências. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento: repensando Teorias e Práticas**. Belo Horizonte: s/e, 2013. v. 1. p. 1-19.

QUIROGA, J. ; NOVO, M. . Elas da rua: População em situação de rua e a questão de gênero. In.: BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009, p. 157 – 172.

RIBEIRO, Ana Clara T.. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005. p.12458-12470.

RIBEIRO, A. C. ; OLIVEIRA, J.A. . Diagnóstico acerca da população em situação de rua: um estudo do CREAS POP do município de Presidente Prudente. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, v. 9, p. 1-21, 2013.

RIBEIRO, R. M. **O negro e seu mundo**: vida e trabalho na pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: Campos dos Goytacazes, 2012.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Territorialidades da sobrevivência: dos processos de desterritorializações impostas às novas reterritorializações possíveis nos espaços públicos: o caso das populações de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. In.: **Anais do XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, p.1-8, 2010.

_____. Populações “daninhas”? Contenção Territorial e estratégias de Sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. **Revista Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 2, n. 3, p. 137-163, 1º semestre de 2011.

_____. “Nas margens do centro”: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. **Caderno de Geografia**, v.23, n.40, 2013.

_____. **Entre mobilidades e permanências: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Geografia. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza/ Instituto de Geociências Rio de Janeiro/UFRJ, 2015.

ROLNIK, R.. **O que é a cidade**. 6ª reimpressão da 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual**. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, n.9, jul/dez, 2000.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Ano 6, nº. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. M.. **Pobreza Urbana**. 3ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.

_____. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAVÉRIO SPÓSITO, Eliseu. **A vida nas cidades**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, P. A. I. F.; ALMEIDA, E. T. V. de.. Classe, Gênero e Raça: as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. **Petróleo, royalties e região**, v. 58, p. 32-39, 2017.

SILVA, Silvana. C.. Os agentes invisíveis do território usado: o circuito espacial de produção do vestuário em São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p.418-435, 2012.

SILVA, L. R. B; ROCHA, V. O. . População em Situação de Rua; em busca de lugar na política de Assistência Social. IV Seminário Internacional "Crise do Capital, Periferia, Lutas Sociais e Serviço Social, 2015. In: Anais do IV Seminário Internacional Crise do Capital, Periferia, Lutas Sociais e Serviço Social, Juiz de Fora, p. 151 – 162, 2015.

SILVEIRA, M. L.. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In.: **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. Org.: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Editora Globo, 2005.

SILVEIRA, M. L.. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, pp.151-163, 2011.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015.

SMDHS. Levantamento de dados do Centro POP (2014 - 2017), 2017.

SOUZA, J. A elite do atraso: da Escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leys, 2017.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Sposito, M.E.B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente, Unesp, 2001.

TERRA, D. C. T. **Uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes**. 2007. 221 f., Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VAINER, Carlos B.. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Org.: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E.. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VALENÇA, M. A. A construção social da vadiagem nos discursos jurídicos do início da Era Republicana. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 98-108, jul./dez., 2014.

VOGEL, A. MELLO, M. A. S. **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2001.

Sites consultados

CadÚnico. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/>>. Acesso em: 06 de março de 2018.

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos <<http://www.sdh.gov.br/disque100/disque-direitos-humanos>>. Acesso em 13/01/2018.